



**SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL  
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**Relatório de Gestão do exercício de 2014**

**Brasília, 2015**



SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL  
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 134/2013, DN TCU nº 139/2013 da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno, referente a esta Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e ao Fundo Nacional de Aviação Civil

# SUMÁRIO

I. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO GERAL .....	1
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO .....	
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada .....	
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade .....	
1.3 Organograma Funcional.....	
1.4 Macroprocessos finalísticos .....	
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....	
2.1 Estrutura de Governança .....	
2.2 Atuação da unidade de auditoria interna .....	
2.3 Sistema de Correição.....	
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos .....	
2.5 Remuneração Paga a Administradores.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	
3.1 Canais de acesso do cidadão .....	
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	
3.2 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços .....	
3.3 Acesso às informações da unidade jurisdicionada .....	
3.4 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada .....	
3.5 Medidas Relativas à acessibilidade .....	
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS .....	
5.1 Planejamento da unidade.....	
5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados .....	
5.3 Informações sobre outros resultados da gestão .....	
5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional .....	
5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços .....	
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	
6.1 Programação e Execução das despesas .....	
6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda.....	
6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	
6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	
6.5 Transferências de Recursos .....	
6.6 Suprimento de Fundos.....	
6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ.....	
6.8 Gestão de Precatórios .....	
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....	
7.1 Estrutura de pessoal da unidade .....	
7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários .....	
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO .....	
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	
8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário .....	
8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	
9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	
10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental .....	
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	
11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	
11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI) .....	
11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 .....	

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
11.5 Alimentação SIASG E SICONV .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	
12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	
12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas .....	
12.3 Conformidade Contábil .....	
12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	
12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO .....	
13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

## LISTA DE QUADROS E ANEXOS

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas .....	
Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ .....	
Quadro A.5.2.1 – Programa Temático.....	
Quadro A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA.....	
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS .....	
Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS .....	
Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS .....	
Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento .....	
Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas.....	
Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa .....	
Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa .....	
Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total .....	
Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários .....	
Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	
Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários.....	
Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	
Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	
Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade.....	
Quadro A.6.3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....	
Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	
Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência .....	
Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	
Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. ....	
Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse. ....	
Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos.....	
Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos.....	
Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência .....	
Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ.....	
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva .....	
Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....	
Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal.....	
Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva .....	
Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	
Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros .....	
Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.....	
Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental .....	
Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	
Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.....	
Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	
Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR .....	
Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014.....	
Anexo I – Declarações de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV .....	
Anexo II – Declarações do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis .....	

## LISTA DE SIGLAS

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil  
ATAERO – Adicional de Tarifa Aeroportuária  
BB – Banco do Brasil  
CBA – Código Brasileiro de Aeronáutica  
CGU – Controlador-Geral da união  
CISSET – Secretaria de Controle Interno  
COMAER – Comando da Aeronáutica  
CONAC – Conselho de Aviação Civil  
CONAERO – Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias  
COTAER – Comissão Técnica de Coordenação das Atividades Aéreas  
DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo  
FNAC – Fundo Nacional de Aviação Civil  
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária  
MD – Ministério da Defesa  
PAN – Plano Aeroviário Nacional  
PNAC – Política Nacional de Aviação Civil  
PND – Programa Nacional de Desestatização  
PNDIA – Plano Nacional de Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil  
PROFAA – Programa Federal de Auxílio a Aeroportos  
SAC-PR – Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República  
SEAE-MF – Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda  
SEAP – Secretaria de Aeroportos  
SENAV – Secretaria de Navegação  
SPR – Secretaria de Política Regulatória  
SG – Secretaria-Geral da Presidência da República  
SIPAER – Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos  
SISCEAB – Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro  
STN-MF – Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda

**1. INTRODUÇÃO** Este Relatório de Gestão que tem por base o exercício de 2014 é apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 134/2013, DN TCU nº 139/2013 da Portaria TCU nº 90/2014. O relatório se refere a esta Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e ao Fundo Nacional de Aviação Civil.

A seguir estão indicados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, alterada pela DN 139/2014, que não constam do presente documento, assim como a correspondente justificativa.

Item 2.2	Atuação da Unidade de Auditoria Interna
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não estão indicadas para apresentar este item do relatório, conforme quadro A1, parte A, da DN 134/2013, alterada pela DN 139/2014.

Item 2.3	Sistema de Correição
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não possui unidade de correição, sendo as atividades de controle interno desempenhadas pela CISET/PR.

Item 2.5	Remuneração paga a administradores
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não estão indicadas para apresentar este item do relatório, conforme quadro A1, parte A, da DN 134/2013, alterada pela DN 139/2014.

Item 3.2	Carta de Serviços ao Cidadão
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não prestam serviços diretos ao Cidadão, o Decreto 6.932/2009, portanto, não se aplica a essas UJ.

Item 3.4	Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não prestam serviços diretos ao Cidadão, o Decreto 6.932/2009, portanto, não se aplica a essas UJ.

Item 3.5	Medidas Relativas à acessibilidade
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não prestam serviços diretos ao Cidadão, o Decreto 6.932/2009, portanto, não se aplica a essas UJ.

Item 4	Ambiente de Atuação
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não estão indicadas para apresentar este item do relatório, conforme quadro A1, parte A, da DN 134/2013, alterada pela DN 139/2014.

Item 5.2.3.2 Quadro A.5.2.3.2	Ações/Subtítulos - OFSS
Justificativa	As UJ SAC/FNAC foram responsáveis pela execução integral de suas ações.

Item 5.2.3.4 Quadro A.5.2.3.4	Ações – Orçamento de Investimento - OI
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não são responsáveis pela execução de ações do Orçamento de Investimentos.

Item 5.5 Quadro A.5.5	Informações sobre custos de produtos e serviços
Justificativa	Considerando a recente criação da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, ainda não foi implementado controle da espécie para as UJs SAC/FNAC.

Item 6.1.3.2 Quadro A.6.1.3.2	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ
Justificativa	Não há conteúdo a ser declarado no exercício, pois as ações não são executadas por mais de uma UJ.

Item 6.1.3.4 Quadro A.6.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ
Justificativa	Não há conteúdo a ser declarado no exercício, pois as ações não são executadas por mais de uma UJ.

Item 6.3 e Item 6.1.3.6 Quadros A.6.1.3.5 e A.6.1.3.6	Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação
Justificativa	A UJ FNAC não executou recursos recebidos por movimentação interna e externa.

Item 6.3 Quadro A.6.3	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
Justificativa	Não há conteúdo a ser declarado no exercício.

Item 6.5.4 Quadro A.6.5.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse
Justificativa	Não há conteúdo a ser declarado no exercício para as UJs SAC/FNAC. Na UJ SAC não foram apresentadas prestações de contas para análise. No caso da UJ FNAC foram apresentadas algumas, as quais ainda se encontram em análise.

Item 6.7	Renúncias sob a Gestão da UJ
Justificativa	Não há ocorrência de renúncias nas UJ SAC/FNAC.

Item 6.8	Informações sobre a Gestão de Precatórios
Justificativa	AS UJ SAC/FNAC não estão indicadas para apresentar este item do relatório, conforme quadro A1, parte A, da DN 134/2013, alterada pela DN 139/2014.

Item 7.1	Estrutura de pessoal da unidade
Justificativa	A UJ FNAC não possui estrutura de pessoal própria por se tratar de um fundo de natureza contábil-financeira.

Item 7.1.4.1	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.
Justificativa	As UJ SAC e FNAC não possuem casos de acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Item 7.1.4.2	Terceirização irregular de cargos
Justificativa	As UJ SAC e FNAC não possuem plano de cargos, nem tampouco quadro próprio de servidores.

Item 7.2.4 Quadro A.5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários
Justificativa	As UJ SAC e FNAC não possuem contratos de estágio, nem possui estagiários em seu quadro funcional.

Item 7.3	Incluído pela DN TCU 139, de 24/9/2014.
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não dispõem de contratos abrangidos pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Item 8.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não possuem sob sua responsabilidade Bens Imóveis nem funcionais de propriedade da União.

Item 9.1	Gestão da Tecnologia da Informação
Justificativa	Não se aplica ao FNAC, pois o registro dos contratos é realizado na UG 110590 SAC/administração direta.

Item 11.4	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário
Justificativa	Não houve identificação de impropriedades que ensejassem procedimentos administrativos, bem como não houve registro de dano ao Erário.

## **II) Parte B - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins**

Justificativa: Não se aplica, pois a SAC-PR não está indicada para a apresentação de tais informações.

## **III) Parte C – Unidades jurisdicionadas com Relatórios de Gestão Customizados**

Justificativa: Não se aplica, pois a SAC-PR não está indicada para apresentação de tais informações.

**I PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 (SE)****A.1.1 Identificação da unidade jurisdicionada**

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Presidência da República			<b>Código SIORG:</b> 26
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora</b>			
<b>Denominação completa:</b> Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República			
<b>Denominação abreviada:</b> SAC-PR			
<b>Código SIORG:</b> 115257	<b>Código na LOA:</b> 20107	<b>Código SIAFI:</b> 110590	
<b>Natureza Jurídica:</b> Administração Direta/ Órgão Público		<b>CNPJ:</b> 13.564.476/0001-05	
<b>Principal Atividade:</b> Transporte Aéreo			<b>Código CNAE:</b> 62
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 3313-7096	(061) 3313-7097	(061) 3313-7010
<b>E-mail:</b> gabinete@aviacaocivil.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.aviacaocivil.gov.br">http://www.aviacaocivil.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Setor Comercial Sul - B (SCS-B), Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C - 5º e 6º andares – CEP: 70308-200– Brasília - DF			
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidada</b>			
<b>Nome</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Código SIAFI</b>	<b>Código SIORG</b>
Fundo Nacional de Aviação Civil	13.618.708/0001-52	110591	-
<b>Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidada</b>			
<b>Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decreto nº 7476, de 10 de maio de 2011.</li> <li>- Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.</li> <li>- Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.</li> <li>- Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013</li> </ul>			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009.</li> <li>- Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.</li> <li>- Decreto nº 7.624 de 22 de novembro de 2011.</li> <li>- Decreto nº 7.554 de 15 de agosto de 2011.</li> </ul>			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas</b>			
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
110590	Secretaria de Aviação Civil		
110591	Fundo Nacional de Aviação Civil		
<b>Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
00001	Tesouro Nacional		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
110590		00001	
110591		00001	

## **1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade**

Criada pela Medida Provisória nº 527, de 18 de março de 2011 (convertida na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011) e regulamentada pelo Decreto nº 7.476, de 10 de maio de 2011, a SAC-PR tem como principais atribuições a formulação, coordenação e supervisão das políticas para o desenvolvimento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, a coordenação dos órgãos e entidades do sistema de aviação civil e a articulação com o Ministério da Defesa no que se refere à política de navegação aérea civil.

I - formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa;

II - elaborar estudos e projeções relativos aos assuntos de aviação civil e de infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil e sobre a logística do transporte aéreo e do transporte intermodal e multimodal, ao longo de eixos e fluxos de produção, em articulação com os demais órgãos governamentais competentes;

III - formular e implementar o planejamento estratégico do setor, definindo prioridades dos programas de investimentos;

IV - elaborar e aprovar os planos de outorgas para exploração da infraestrutura aeroportuária, ouvida a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;

V - propor ao Presidente da República a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção, manutenção e expansão das infraestruturas aeronáutica e aeroportuária;

VI - administrar recursos, fundos e programas de desenvolvimento da infraestrutura de aviação civil;

VII - coordenar os órgãos e entidades do sistema de aviação civil, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa;

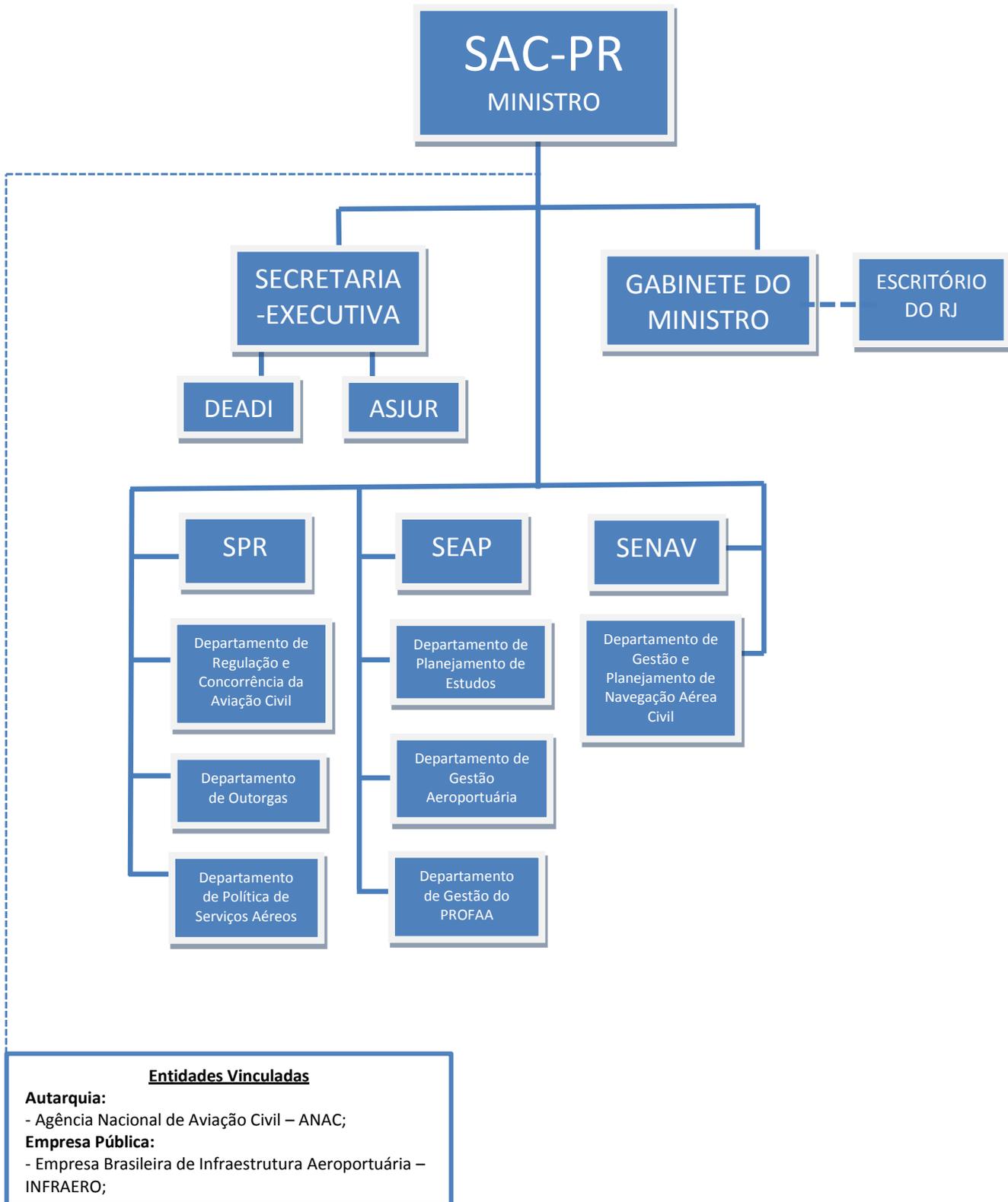
VIII - transferir para Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio de convênios de delegação, a implantação, administração, operação, manutenção e exploração de aeródromos públicos, direta ou indiretamente;

IX - formular, implementar, avaliar e monitorar as políticas do setor de aviação civil, promovendo a concorrência, de forma a assegurar a prestação adequada dos serviços, a modicidade de tarifas e a agregação de novos usuários ao modal de transporte aéreo;

X - atribuir a infraestrutura aeroportuária a ser implantada, administrada, operada e explorada pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero; e

XI - coordenar e acompanhar os assuntos referentes à aviação civil, as infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil que necessitem de posicionamento do Brasil junto aos organismos internacionais, respeitadas as competências legais dos demais órgãos e entidades.

### 1.3 Organograma funcional



**Descrição sucinta das competências e atribuições de responsabilidade de cada área componente da estrutura da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e do Fundo Nacional de Aviação Civil:**

*a)* Gabinete do Ministro (GM)

Ao Gabinete do Ministro compete assistir o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas, do preparo e despacho de seu expediente pessoal, providenciando a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação.

Cabe ao Gabinete acompanhar o andamento dos projetos de interesse da Secretaria em tramitação no Congresso Nacional e providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional.

Compete ainda ao Gabinete assessorar a representação do Brasil na negociação de convenções, acordos, tratados e atos relacionados à aviação civil, ao transporte aéreo e as infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil com outros países ou organizações internacionais, respeitadas as competências legais dos demais órgãos e entidades.

Além disso, cabe ao Gabinete supervisionar, coordenar e orientar a Representação da SAC-PR localizada no Estado do Rio de Janeiro.

*b)* Secretaria-Executiva (SE)

À Secretaria-Executiva compete o assessoramento ao Ministro de Estado Chefe na direção, orientação, coordenação e no controle dos trabalhos da SAC-PR, na definição de diretrizes, na implementação das ações e na interação com a ANAC, INFRAERO e outros órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.

Cabe a Secretaria-Executiva, por meio de seu Departamento de Administração Interna, supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de organização e modernização administrativa, de administração de recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais, de documentação e arquivos, de administração financeira e de contabilidade, no âmbito da SAC-PR.

Além disso, a Secretaria-Executiva, por meio de sua Assessoria Jurídica, assessora o Ministro de Estado Chefe em assuntos de natureza jurídica, no controle interno da legalidade dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados, elaborando estudos sobre temas jurídicos, examinando prévia e conclusivamente, no âmbito da SAC-PR, os textos de editais de licitação e de contratos, convênios, acordos ou atos congêneres, a serem celebrados e publicados.

Compete ainda à Secretaria-Executiva exercer as atividades de Secretaria-Executiva do Conselho de Aviação Civil (CONAC), órgão de assessoramento à Presidente da República na formulação da política de ordenação da aviação civil (Decreto nº 3.564, de 17 de agosto de 2000), acompanhar e avaliar os projetos, ações e cumprimento das deliberações adotadas pelo Conselho.

Com relação à instância técnica do CONAC, a Secretaria-Executiva coordena as atividades da Comissão Técnica de Coordenação das Atividades Aéreas – COTAER, de que trata o art. 4º do Decreto nº 3.564, de 17 de agosto de 2000.

*c)* Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil (SPR)

À Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil (SPR) compete formular políticas e diretrizes relacionadas à delegação e exploração da infraestrutura aeroportuária e a regulação econômica dos serviços aéreos e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, a formação de recursos humanos do setor e o desenvolvimento do transporte aéreo.

Nesse ínterim, a SPR tem por competência acompanhar o mercado e formular políticas públicas que incentivem a eficiência econômica, a competição, a prestação adequada dos serviços aéreos domésticos e internacionais e o desenvolvimento da aviação civil, em consonância com a Política Nacional de Aviação Civil - PNAC;

Cabe a SPR formular e apresentar, ao Ministro de Estado Chefe da SAC-PR, os planos de outorgas para a exploração da infraestrutura aeroportuária, ouvida a ANAC, bem como propor, em

conjunto com a Secretaria de Aeroportos, a transferência da implantação, administração, operação, manutenção e exploração de aeródromos públicos, direta ou indiretamente, para Estados, Distrito Federal e Municípios.

A SPR é composta pelo Gabinete, e pelos Departamentos de Regulação e Concorrência da Aviação Civil (DERC); de Outorgas (DEOUT); e de Política de Serviços Aéreos (DEPSA).

*d)* Secretaria de Aeroportos (SEAP)

À Secretaria de Aeroportos (SEAP) compete a formulação, coordenação e supervisão das políticas relacionadas ao desenvolvimento e gestão da infraestrutura aeroportuária brasileira, bem como planejar e acompanhar a execução dos programas de investimentos federais em infraestrutura aeroportuária e administrar a aplicação dos recursos provenientes do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA e outros recursos correlatos do Fundo Nacional de Aviação Civil.

Cabe a SEAP elaborar, em coordenação com as demais Secretarias, o planejamento da infraestrutura aeroportuária em harmonia com os demais planos de transporte, bem como elaborar, em conjunto com a Secretaria de Navegação Aérea Civil, o plano plurianual de investimentos em infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil.

Além disso, a SEAP tem a atribuição de implementar e acompanhar políticas de desenvolvimento e aplicação de tecnologias que aumentem a eficiência da infraestrutura aeroportuária.

A SEAP é composta pelo Gabinete e pelos Departamentos de Planejamento e Estudos (DPE); de Gestão Aeroportuária (DGA); e de Gestão do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (DPROFAA).

*e)* Secretaria de Navegação Aérea Civil (SENAV)

A Secretaria de Navegação Aérea Civil (SENAV) compete formular, coordenar e propor diretrizes e políticas relativas ao desenvolvimento, planejamento e gestão da infraestrutura aeronáutica civil visando à segurança, ao desenvolvimento do transporte aéreo e à prestação do serviço público adequado à sociedade e à capacitação institucional na área de navegação aérea civil, em coordenação, no que couber, com o Ministério da Defesa.

Cabe a SENAV propor políticas e diretrizes para a Zona de Proteção de Aeródromos, para os Planos Específicos de Zoneamento de Ruído e para a mitigação do perigo da avifauna nos aeródromos e suas imediações, bem como, implementar políticas de desenvolvimento e aplicação de tecnologias que aumentem a eficiência da infraestrutura aeronáutica civil.

Compete, ainda, a SENAV harmonizar os planejamentos relativos à infraestrutura aeroportuária e a aeronáutica civil, em conjunto com a Secretaria de Aeroportos, bem como acompanhar a implementação da Política Nacional de Aviação Civil - PNAC e propor sua atualização nos assuntos relativos a infraestrutura aeronáutica civil.

*f)* Unidade descentralizada: Escritório de Representação no Rio de Janeiro.

Ao Escritório de Representação no Rio de Janeiro cabe assistir o Ministro nas ações desenvolvidas pela Secretaria de Aviação Civil na sua jurisdição.

*g)* Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)

O Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), criado pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2011, é um fundo de natureza contábil e financeira, vinculado à SAC-PR, e tem por finalidade destinar recursos para o desenvolvimento e fomento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil em consonância com a PNAC.

Compete à SAC-PR gerir e administrar o FNAC, dispor sobre o recolhimento dos valores devidos ao FNAC, e sobre a gestão e aplicação dos seus recursos, aprovar os planos de investimentos propostos

pelo Comando da Aeronáutica ou pela Infraero a serem executados com recursos do Fundo; elaborar a programação de aplicação dos recursos do FNAC, entre outros assuntos.

Os recursos do FNAC são destinados a elaboração de estudos, planos e projetos para o desenvolvimento do setor de aviação civil; realização de investimentos em infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil em modernizações, construções, reformas, ampliações, inclusive por meio da aquisição de bens e equipamentos e contratação da prestação de serviços. E, ainda, em programas de formação e capacitação de recursos humanos no âmbito da aviação civil, de aperfeiçoamento da gestão aeroportuária além de programas de investimentos em segurança da aviação civil, na proteção contra atos de interferência ilícita no setor de aviação civil. Outras funções dos recursos do Fundo são a contraprestação pecuniária do parceiro público em contratos de concessão, nas modalidades administrativa ou patrocinada e o fomento do setor de aviação civil, por meio de subsídios.

Os recursos do Fundo são aplicados no desenvolvimento, na ampliação e na reestruturação de aeroportos objetos de concessões públicas, desde que tais ações não constituam obrigação do concessionário, conforme estabelecido no contrato de concessão, nos termos das normas expedidas pela Anac e pela SAC-PR. Há, também, recursos aplicados pelo Banco do Brasil S.A., diretamente ou por suas subsidiárias, para, em nome da União e a critério da SAC-PR, para aquisição de bens e contratação de obras e serviços de engenharia e técnicos especializados, voltados à modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos.

**Quadro A.1.2 – Informações resumidas sobre áreas estratégicas da SAC-PR**

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
--	---------------------	----------------	--------------	-------------------------------

Secretaria-Executiva	Assessoramento ao Ministro de Estado Chefe na direção, orientação, coordenação e no controle dos trabalhos da SAC-PR, na definição de diretrizes, na implementação das ações e na interação com a ANAC, INFRAERO e outros órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta	Guilherme Walder Mora Ramalho	Secretário-Executivo	1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014
Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil (SPR)	Formular políticas e diretrizes relacionadas à delegação e exploração da infraestrutura aeroportuária e a regulação econômica dos serviços aéreos e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, a formação de recursos humanos do setor e o desenvolvimento do transporte aéreo.	Rogério Teixeira Coimbra	Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil	1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014
Secretaria de Aeroportos (SEAP)	Formulação, coordenação e supervisão das políticas relacionadas ao desenvolvimento e gestão da infraestrutura aeroportuária brasileira, bem como planejar e acompanhar a execução dos programas de investimentos federais em infraestrutura aeroportuária e administrar a aplicação dos recursos provenientes do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA e outros recursos correlatos do Fundo Nacional de Aviação Civil	Nelson Edmundo Forte Fernandes de Negreiros Deodato Filho	Secretário de Aeroportos	1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014
Secretaria de Navegação Aérea Civil (SENAV)	Formular, coordenar e propor diretrizes e políticas relativas ao desenvolvimento, planejamento e gestão da infraestrutura aeronáutica civil visando à segurança, ao desenvolvimento do transporte aéreo e à prestação do serviço público adequado à sociedade e à capacitação institucional na área de navegação aérea civil, em coordenação, no que couber, com o Ministério da Defesa	Juliano Noman	Secretário de Navegação Aérea Civil	1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014

#### 1.4 Macroprocessos finalísticos

##### Relativos à SPR:

I - Formulação de políticas e diretrizes para concessão da infraestrutura aeroportuária brasileira, e acompanhamento das concessões aeroportuárias.

O ano de 2014 foi marcado pela entrega de grandes obras nos primeiros aeroportos concedidos à iniciativa privada: a inauguração do novo Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, no Rio

Grande do Norte; a entrega das ampliações e melhorias de estacionamentos, áreas de terminais de passageiros, pátios e pistas, com destaque para o novo Terminal Internacional de Guarulhos e para os Píeres Norte e Sul do Aeroporto Internacional de Brasília, concluídos em maio. No segundo semestre, houve a entrega do novo Terminal do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, São Paulo.

Em continuidade ao processo de concessão, foram assinados, em abril de 2014, os contratos de concessão de outros dois grandes aeroportos brasileiros concedidos à iniciativa privada: o Aeroporto Internacional do Galeão/RJ e o Aeroporto Internacional de Confins/MG. Com a assinatura dos contratos, deu-se início à fase de transição das operações desses aeroportos. Até agosto de 2014, a Infraero continuou operando os aeroportos, assistida pelas respectivas concessionárias e, após essa fase, as concessionárias passaram a ser responsáveis pelas operações, assistidas pela Infraero. No início de 2015, a gestão dos aeroportos do Galeão/RJ e Confins/MG será definitivamente transferida às concessionárias.

II - Análise das propostas de Projetos de Lei de alteração do Código Brasileiro de Aeronáutica/CBA (Lei nº 7.565/86) e proposição de alterações à luz das necessidades e do planejamento do Setor de Aviação Civil.

Acompanhamento, junto ao Poder Legislativo e a diversos agentes do setor e órgãos do Governo, do processo de aprimoramento da Lei nº 7.565/1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), uma das principais leis que regulamenta a aviação civil brasileira.

O Projeto de Lei nº 6.716/09 e apensos, que alteram o CBA, com intuito de compatibilizá-lo com as mudanças tecnológicas, econômicas e jurídicas pelas quais o setor passou ao longo desses anos, continuaram sem movimentação na Câmara dos Deputados durante o ano de 2014, a despeito dos requerimentos para inclusão e votação.

III - Estabelecimento do Plano Geral de Outorgas dos aeródromos civis públicos brasileiros.

A SAC-PR trabalhou, no decorrer de 2014, na revisão do Plano Geral de Outorgas – PGO, buscando alinhar a política pública de outorga de aeródromos ao programa de incentivo à aviação regional, recentemente anunciado pelo Governo Federal, por meio do qual estão sendo realizados investimentos na infraestrutura de aeroportos regionais, com o objetivo de universalizar o acesso da população ao transporte aéreo regular. O programa prevê a utilização de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC para a reforma e construção de pistas, melhorias em terminais de passageiros, ampliação de pátios, revitalização de sinalizações e de pavimentos, entre outros.

O novo Plano tem por objetivo definir e divulgar as diretrizes de política pública que nortearão as decisões da SAC-PR no processo de seleção do modelo de exploração mais adequado a cada aeródromo civil público, instituindo um conjunto de regras para o planejamento das instituições federais, estaduais e municipais responsáveis pelo desenvolvimento da aviação civil brasileira. A proposta foi colocada em consulta pública e recebeu 52 sugestões de aprimoramento. O novo Plano Geral de Outorgas foi aprovado e publicado por meio da Portaria nº 183, 14 de agosto de 2014.

IV - Regularização e formalização de instrumentos de delegação da exploração de aeródromos civis públicos por Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos da nova legislação de regência.

Modernização das delegações da exploração de aeródromos civis públicos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, no uso da competência estabelecida à SAC-PR (inciso VIII, do art. 24-D, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003), bem como regularização de aeródromos civis públicos explorados sem instrumento formal de delegação e a celebração de convênios de novos aeródromos em processo de homologação, de modo a contemplar as inovações trazidas pela legislação vigente e dar maior robustez e segurança jurídica às delegações da infraestrutura aeroportuária.

No decorrer do ano de 2014, foram celebrados 75 novos convênios de delegação da exploração de aeródromos civis públicos, sendo: 51 outorgas para aeródromos até então sem instrumento de exploração da União; 8 outorgas para novos aeródromos; 11 renovações de outorgas (modernização de convênios já existentes); e 2 transferências de delegatário (repasso do Estado para o Município ou vice e versa).

V - Instituição de plano de incentivos para o desenvolvimento e a expansão do transporte aéreo regular de passageiros em ligações de baixo e médio potencial de tráfego.

Com o intuito de fortalecer a aviação regional, de 1º/2 a 3/3/2013 foi submetido à consulta pública modelo de subsídio para rotas aéreas de baixa e média densidade de tráfego, inicialmente intitulado “Programa de Subsídio de Rotas Regionais”. A partir das contribuições obtidas na consulta pública e após inúmeras discussões sobre o assunto com a Casa Civil e o MF, chegou-se ao texto que deu origem à MP nº 652, de 25 de julho de 2014, que cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR. Entretanto, tal MP perdeu eficácia por decurso de prazo, nos termos do art. 62, § 3º da CRFB/88. As disposições contidas na MP nº 652 foram então inseridas na MP nº 656, de 7 de outubro de 2014, a qual foi convertida na Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, em seu Capítulo VIII (“Da Legislação Relativa aos Transportes”), Seção I (“Da Legislação Relativa ao Transporte Aéreo”), artigos 114 a 121.

O PDAR tem como objetivos aumentar o acesso da população brasileira ao sistema aéreo de transporte; integrar comunidades isoladas à rede nacional de aviação civil, no intuito de facilitar a mobilidade de seus cidadãos e o transporte de bens fundamentais, como alimentos e medicamentos; facilitar o acesso a regiões com potencial turístico; aumentar o número de municípios e rotas atendidos por transporte aéreo regular de passageiros; e aumentar o número de frequências das rotas regionais operadas regularmente.

VI - Estímulo à expansão dos serviços aéreos internacionais, com propostas de diretrizes para a representação do Brasil em convenções, acordos, tratados e atos de transporte aéreo com outros países ou organizações internacionais de aviação civil.

Durante o ano de 2014 a SAC-PR participou da negociação de novos Acordos sobre Serviços Aéreos e da renegociação de acordos já em vigor. Por meio da negociação desses acordos, promoveu-se a inauguração de relacionamento aeronáutico entre o Brasil e alguns países e a flexibilização de acordos já existentes, em conformidade com o novo marco regulatório nacional para o setor aéreo. A negociação dos acordos visa expandir a oferta de serviços aéreos aos cidadãos brasileiros por meio do incremento de capacidade e frequências, ampliação dos quadros de rota e conquista de novos direitos de tráfego.

### **Relativos à SEAP:**

#### **I – Elaboração de Plano Aeroviário Nacional.**

Com vistas a subsidiar o planejamento dos investimentos em infraestrutura aeroportuária, incumbe ao Departamento de Planejamento e Estudos (DPE) a condução dos trabalhos para a criação de um plano para o setor com vistas a consolidar de forma clara a política de desenvolvimento em nível nacional, as diretrizes e requisitos para projetos e investimentos públicos e privados para o quadriênio 2018-2022. Com o mencionado plano, Espera-se a promoção da ordenação e racionalização da aplicação dos investimentos na malha aeroportuária nacional de modo a adequar a evolução da infraestrutura ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro e aos recursos disponíveis para o setor à evolução da demanda por serviços aeroportuários.

II – Exercer a função de Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO).

Atribui-se ao DGA a função de Secretaria-Executiva da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO) – instituída por meio do Decreto nº 7.554, de 15 de agosto de 2011, e responsável pela coordenação e organização das atividades públicas nos aeroportos –, que consiste na prestação de todo o apoio administrativo para a CONAERO, e também na coordenação das atividades dos comitês técnicos, criados para subsidiar as decisões da Comissão.

III – Publicar Pesquisa e Definir de Metas de Desempenho Operacional dos Aeroportos Brasileiros

No âmbito da CONAERO, foram criados comitês técnicos, dentre eles o “Comitê Técnico de Desempenho Operacional” que, tal como a CONAERO, é integrado por diversos órgãos/entidade públicos envolvidos na prestação de serviços aeroportuários e, ao qual compete a construção de medidas voltadas para a avaliação de indicadores e definição de metas de desempenho das operações

aeroportuárias, visando melhorias na prestação de serviços aeroportuários ao passageiro. Dentre as medidas adotadas pelo Comitê, destaca-se a proposição de indicadores e metas de desempenho operacional, além da contratação de empresa especializada para a realização de pesquisa, mediante a coleta de dados dos principais aeroportos brasileiros. Conduzidas pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR), tais medidas representam um suporte à gestão aeroportuária brasileira, por meio das quais é possível apresentar dados gerais sobre a percepção dos passageiros a respeito de cada um dos aeroportos contemplados na pesquisa, dando transparência no nível de serviço prestado à sociedade.

#### IV – Planejar o Setor Aeroportuário Brasileiro para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2015

Também, no âmbito da CONAERO, o Comitê Técnico de Operações Especiais (CTOE) é responsável pelo planejamento das ações do setor de aviação civil para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, que trará ao setor aeroportuário grande movimentação de aeronaves e passageiros, além de exigir tratamento diferenciado para os diversos tipos de clientes dos jogos. O planejamento contemplará os aeroportos e o espaço aéreo, determinando as responsabilidades de cada instituição durante a realização do evento. Definirá também fluxo de passageiros, aeronaves, veículos e o estacionamento dos aviões nos pátios, a partir da análise criteriosa de diferentes cenários, considerando variáveis como horários das chegadas e partidas, quantidade e tamanho de aeronaves etc., mantendo-se um nível de serviço adequado nos aeroportos.

V – Gestão e acompanhamento da execução dos convênios no âmbito do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, assim como dos investimentos relativos ao Programa de Aviação Regional.

Incumbe ao DGPROFAA a gestão e acompanhamento da execução do PROFAA, o que consiste em: planejar os investimentos a serem realizados; celebrar convênios com os Governos Estaduais; aprovar os respectivos projetos, planilhas orçamentárias e planos de trabalho – solicitando alterações quando necessário; acompanhar a execução dos investimentos (visitando obras ou acompanhando a entrega de equipamentos); solicitar liberação de recursos.

No exercício de 2014 não foram celebrados novos convênios, no entanto foram aprovados 2 projetos, acompanhadas a execução de 4 obras e realizados testes de recebimento em 21 equipamentos (Carros Contraincêndio de Aeródromos – CCI) referentes a convênios celebrados entre 2011 e 2012.

Incumbe também ao DGPROFAA a gestão e acompanhamento da execução do Programa de Aviação Regional. Este programa possui como agente executor o Banco do Brasil, sendo este órgão o responsável pelas contratações de projetos, aquisições e obras, acompanhando e analisando tecnicamente os projetos e documentos técnicos, aprovando quanto a técnica, preparando as licitações e fiscalizando as aquisições e obras, dentre outras atividades executivas inerentes ao desenvolvimento técnico. Cabe assim ao DGPROFAA coordenar a definição de premissas, emitir ordens de serviço ao Banco do Brasil, aprovar termos de referência; acompanhar a execução do programa pelo banco por meio de reuniões e análise de relatórios de evolução dos serviços; receber os produtos entregues e aprovados pelo Banco. Observa-se ainda a atuação do DGPROFAA com a principal unidade da SAC no planejamento e definição dos investimentos do Programa.

No âmbito do Programa de Aviação Regional AR, no exercício de 2014, foram emitidas 17 Ordens de Serviço para contratações de empresas especializadas em projetos de engenharia, consultoria ambiental, aerofotogrametria e capacitação na área aeroportuária, tendo sido analisados mais de 250 produtos entregues pelo BB.

#### **Relativos à SENAV:**

I- Gestão do Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos.

Em 2014, ações voltadas para a formação e a capacitação de recursos humanos para a aviação civil brasileira foram denominadas “Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos Regionais – TREINAR” – o qual é uma iniciativa do Governo Federal que reúne ações de formação e capacitação

para profissionais envolvidos com a gestão e a operação de aeroportos de médio e pequeno porte situados fora dos grandes centros urbanos, a fim de melhorar de forma quantitativa os prestadores de serviços e qualitativa os serviços prestados por estes.

No decorrer do referido ano, foram ofertados os seguintes cursos:

- Curso Básico de Bombeiro de Aeródromo Civil - CBBA
- Curso Básico de Gestores Aeroportuários – CBGAR;
- Curso Intermediário de Gestores Aeroportuários – CInGAR;
- Curso de Manutenção Aeroportuária – CMA;
- Curso de Operações Aeroportuária - COA;
- Curso Básico para Gestores do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Cíveis – CBGSESCINC; e
- Curso de Formação de Fiscal de Pátios e Pistas – CFP.

Por meio do Programa TREINAR, foram capacitados 734 profissionais em 126 aeroportos públicos civis, distribuídos em todas as regiões brasileiras.

II- Coordenação e Supervisão da atuação de entidades e órgãos vinculados com vistas à adoção de medidas mitigadoras para o problema de colisões de aeronaves com pássaros.

Com a publicação da Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012, que dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos, iniciaram-se as articulações junto aos órgãos e entidades responsáveis pela elaboração do Decreto regulamentador da Lei em comento, considerando que a matéria, pela sua singularidade, envolve, dentre outras, análises referentes ao meio ambiente, à segurança operacional da aviação, o uso e a ocupação do solo e a gestão aeroportuária.

No exercício de 2013, começaram os trabalhos com vistas a estabelecer uma proposta de regulamentação da referida Lei. Para tal, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar a proposta final de regulamentação.

No exercício de 2014, o GT concluiu a proposta do texto do Decreto para a regulamentação da Lei 12.725/12, a qual foi encaminhada para análise da Secretaria Executiva da SAC-PR para posterior prosseguimento administrativo objetivando a sua publicação.

III- Implantação de Sistemas de Pouso por Instrumentos - Instrument Landing System (ILS)

Em relação à implantação de sistemas de pouso por instrumentos (ILS) que permitem o aumento do número de pousos em condições meteorológicas adversas, foi desenvolvido trabalho de coordenação entre os principais órgãos e entidades envolvidas (DECEA, INFRAERO, ANAC, Municípios e Operadores Aeroportuários) no sentido de agilizar e harmonizar o processo de entrada em operação desses sistemas.

Os aeroportos objeto dos trabalhos são os de Guarulhos (ILS categoria III), Porto Alegre e Manaus (ILS categoria II), Curitiba (ILS categoria II e III), Joinville (ILS categoria I), Uberlândia (ILS categoria I), Campina Grande (ILS categoria I) e Vitória (Categoria I).

No exercício de 2014, entraram em operação os ILS dos aeroportos de: Joinville – ILS CAT I; Vitória – ILS CAT I; Uberlândia – ILS CAT I e Porto Alegre – ILS CAT II, os quais possibilitaram substanciais ganhos operacionais a estes aeroportos, pois houve diminuição de horas de fechamento por motivos climáticos.

#### IV- Infraestrutura aeronáutica dos aeroportos do Programa de Investimentos em Logística (PIL) - Aeroportos

No exercício de 2014, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) para estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento da infraestrutura aeronáutica dos aeroportos regionais do PIL, o que engloba as implantações de equipamentos de navegação aérea e de Órgãos de Serviço de Tráfego Aéreo (Estação de Comunicações ou Torre de Controle).

#### V- Procedimentos de Navegação Baseada em Performance (PBN).

Em 2014, houve a continuidade da implantação dos procedimentos PBN por parte do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). Esta SENAV buscou harmonizar estas implementações com as necessidades dos aeroportos e demais *stakeholders* do setor de aviação civil, de forma a melhorar a acessibilidade dos aeroportos com a utilização de modernas técnicas de navegação aérea.

## 2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

### 2.1 Estrutura de governança

A SAC-PR exerce, sistematicamente, o acompanhamento das atividades de gestão administrativa, patrimonial, de TI, financeira, orçamentária e de recursos humanos, por intermédio do seu Departamento de Administração Interna (DEADI). Com vistas à identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade, os processos estratégicos, em regra de responsabilidade das Unidades finalísticas deste Órgão, sob a supervisão da Secretaria Executiva, são formulados e monitorados com base em diagnóstico e definição dos níveis de riscos operacionais, submetendo as propostas, sempre que possível, à Consulta Pública, dando amplo conhecimento aos setores envolvidos e à sociedade visando ao seu aprimoramento.

### 2.2 Atuação da unidade de auditoria interna (ver justificativa na introdução)

### 2.3 Sistema de correição (ver justificativa na introdução)

### 2.4 Avaliação do funcionamento dos Controles Internos

O Quadro A.2.4 abaixo resume a percepção da SAC-PR quanto à atuação dos seus controles internos, os quais, ainda que não implementados por meio de uma área nominadamente com atribuição de Controle Interno.

**Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p><b>Análise crítica e comentários relevantes:</b> Ressalta-se que, com menos de 4 anos desde sua criação, a Secretaria de Aviação Civil ainda está em processo de estruturação, e o foco de ação está concentrado na organização dos processos de trabalhos básicos de cada unidade. Por outro lado, os servidores trabalham continuamente para aprimorar os mecanismos de controle interno administrativo, trabalhando basicamente nas seguintes vertentes: implementação de novas rotinas e processos de trabalho com vistas a otimizar o controle das atividades de cunho administrativo da Secretaria; construção de indicadores que possam avaliar e monitorar, qualitativa e quantitativamente, os aspectos relacionados ao desempenho de atividades de competência da Pasta, visando a melhoria da gestão; reforço das equipes de trabalho que se encontram deficitárias para o desempenho adequado das atribuições institucionais, especificamente aquelas relacionadas à gestão de pessoas, compras e contratações, infraestrutura e gestão patrimonial. Cabe mencionar, por oportuno, que a Secretaria não dispõe de quadro próprio de pessoal, ficando dependente da requisição de servidores e empregados, em geral de outros órgãos da Administração Pública, para compor o efetivo funcional adequado às inúmeras competências regimentais e, assim, viabilizar a implementação de medidas de gestão mais efetivas.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

### **3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.**

#### **3.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO**

O principal sítio de acesso via internet das informações da SAC-PR é o <http://www.aviacaocivil.gov.br/> no qual se podem encontrar diversas informações institucionais, informações sobre licitações e contratos, legislação, estatísticas, além das agendas dos diretores, secretários e do Ministro.

Na conta do Facebook da SAC <https://www.facebook.com/AviacaoGovBr> são publicadas notícias, dicas e informações aos usuários. A página é acompanhada diariamente, e eventuais perguntas simples são respondidas. A página fechou o ano de 2014 com 25.229 fãs.

Já página no Twitter da SAC-PR, <https://twitter.com/AviacaoGovBr> são disponibilizadas informações e notícias sobre o setor em geral. Ao final de 2014, o perfil era seguido por 3.493 usuários

O perfil da Secretaria no Instagram terminou o ano de 2014 com 383 seguidores. Nessa conta são publicadas imagens sobre a secretaria e o setor de aviação em geral. Já a conta do youtube fechou o ano com 1378 visualizações dos videos-reportagens e também videos institucionais.

#### **3.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO**

(ver justificativa na Introdução)

#### **3.3 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS**

Como reconhecimento ao melhor aeroporto do País e aos melhores terminais em oito categorias de serviços, a SAC-PR criou o prêmio “Aeroportos + Brasil”, Com a primeira edição realizada em 2015, a partir de dados coletados a partir de 2014, contabilizando mais de 60 mil passageiros ouvidos nos 15 aeroportos que respondem por 95% da movimentação do País. O prêmio será anual. A pesquisa é permanente e o seu nível de confiança é de 95% e a margem de erro é de apenas 5%.

Pela primeira vez, foi utilizada uma ferramenta de controle de desempenho para ouvir a sociedade e saber exatamente o que ela aprova ou desaprova no ambiente aeroportuário. Se por um lado, essa transparência nos resultados é o que permite ao viajante cobrar as mudanças das empresas, por outro é o que possibilita a elas terem o conhecimento da opinião dos passageiros e melhorarem os serviços ofertados.

#### **3.4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA**

Em atenção à lei de acesso à informação, lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, a SAC-PR utiliza-se do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), disponível no sítio <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema>, para receber e responder aos cidadãos. Durante o ano de 2014 a SAC recebeu 77 pedidos de acesso a informação, uma média de 6,42 pedidos por mês. Desses pedidos, 59 tiveram acesso concedido, 1 não se tratava de solicitação de informação, 1 era referente a informações inexistentes, 4 tiveram acesso concedido parcialmente, 4 tiveram o acesso negado, e 8 não eram de competência desta Secretaria.

#### **3.5 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA UNIDADE JURISDICIONADA**

A SAC-PR ainda não dispõe de sistema de avaliação de desempenho, entretanto, cabe ressaltar que ao longo de 2014 foram estabelecidos importantes marcos à elaboração e implementação de metas institucionais para avaliação do desempenho e da eficiência do órgão, tal qual os trabalhos que originaram na minuta de portaria que cria o Grupo de Trabalho para estabelecimento de metas.

## 5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 5.1 Planejamento da unidade jurisdicionada

A SAC-PR ao longo dos anos de 2013 e 2014 colaborou junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na estimação de serviços necessários ao desenvolvimento de Planejamento Estratégico da Secretaria. O trabalho ensejou no edital do Pregão Eletrônico nº 9/2014, realizado pelo MP, que, por sua vez, deu origem à Ata de Registro de Preços nº 5/2014 do MP. Na condição de participante incluída no lote vencido pela empresa GD – Gestão e Desenvolvimento Empresarial Ltda., foi celebrado Contrato entre a SAC-PR e a GD com objetivo de prestação de serviços de apoio ao processo de planejamento e gestão estratégica, utilizando como referência o *Balanced Scorecard* – BSC. Os trabalhos foram realizados inicialmente junto ao DPROFAA, por se tratar da diretoria responsável pelo maior volume de recursos e necessitar de um planejamento adequado à realidade dos novos investimentos em aviação regional. Em 2015 será elaborado planejamento estratégico para toda a SAC-PR e FNAC.

### 5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

#### 5.2.1 Programa Temático

Quadro A.5.2.1 – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2017				
Título	Aviação Civil				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	c) Dotação/Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	3.352.181.219,00	1.230.039.971,00	820.582.064,00	1.301.559.184,00	
Orçamento de Investimentos - OI	6.633.957.601,00	3.257.495.696,00	1.835.635.373,00	1.540.826.532,00	
Outras Fontes	5.470.126.000,00	2.951.520.000,00	759.222.000,00	1.759.384.000,00	
Total	15.456.264.820,00	7.439.055.667,00	3.415.439.437,00	4.601.769.716,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2014)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
402.106.424,72	177.509.284,82	169.978.522,55	7.530.762,27	224.597.139,90	1.366.027.909,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2014	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	473.158.989,50	231.602.360,01	230.901.619,46	-104.328.023,20	138.063.074,17
Processados	13.902.765,39	-	13.896.356,13	-6.409,26	0,00

### **5.2.1.1 Análise Situacional**

A elaboração do Programa de Aviação Civil no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 procurou endereçar os principais desafios do setor mediante o estabelecimento de objetivos, metas e iniciativas voltados para, dentre outras especificidades, a ampliação da malha aeroviária; o aperfeiçoamento do marco regulatório para o setor; a adequação e ampliação da infraestrutura aeroportuária tanto para carga quanto para passageiros; a desconcentração regional dos voos; a segurança operacional e contra atos de interferência ilícita; além de aspectos relacionados à capacitação de profissionais e a redução de impactos ambientais.

A execução do Orçamento de Investimentos 2014 referente ao Programa de Aviação Civil foi de R\$ 1.366,0 milhões. Deste montante foram investidos nos empreendimentos que compõem a carteira do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 R\$ 935,0 milhões, o que representa 68,4% dos investimentos realizados pela Infraero em 2014 para o referido Programa. Destaque para os empreendimentos de ampliação do terminal de aviação geral – TAG de Confins, recuperação e revitalização dos sistemas de pistas e pátios (3ª fase) e reforma do terminal de passageiros 1 e 2 do Galeão, ampliação do terminal de passageiros e do pátio de Curitiba, ampliação dos sistemas de pátio e pistas de táxi de Porto Alegre, construção do novo terminal de passageiros de Goiânia, reforma e ampliação do terminal de passageiros de Manaus, reforma do terminal de passageiros de Salvador, conclusão das obras a cargo do Poder Concedente em São Gonçalo do Amarante, ampliação do terminal de passageiros com instalação de módulos operacionais – MOP em São José dos Campos, construção da torre de controle de Macaé, dentre outros. No decorrer do exercício de 2013 e início de 2014 foram finalizados diversos empreendimentos, principalmente, nos aeroportos que atenderam a grandes eventos internacionais realizados no Brasil nos últimos anos (Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações, Copa do Mundo), dos quais se podem destacar: ampliação do pátio de aeronaves do aeroporto de Salvador, reforma e ampliação do terminal de cargas de Curitiba, reforma e ampliação do terminal de passageiros de Foz do Iguaçu, obras da torre de controle e secção contra incêndio de Vitória, ampliação das pistas de táxi e pátio de aeronaves de Macapá, recuperação do pavimento norte do pátio e construção da nova torre de controle do aeroporto de Pampulha, recuperação do pátio do aeroporto de Palmas, reforma e ampliação do terminal de passageiros de Marabá, dentre outros.

No que tange a restos a pagar não processados em exercícios anteriores, destacam-se três fatores principais: início de investimentos de convênios celebrados em 2011 e 2012 no âmbito do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA) - destinado à construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual em parceria com Estados da Federação, consoante preconiza a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992 - e reflete a quantidade de convênios plurianuais celebrados cujas obras estão em andamento e ainda não foram concluídas. Houve, ainda, contratos celebrados pelo Banco do Brasil no âmbito do Programa de Aviação Regional, bem como contratação direta de equipamentos pela Secretaria de Aviação Civil (Carro Contraincêndio).

É importante ressaltar os avanços do Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos. Durante 2014 foram realizadas diversas iniciativas voltadas à implementação do programa, em especial à ampliação da rede de aeroportos regionais. Destacam-se a entrega de 21 veículos para os aeroportos de Barreiras/BA, Vitória da Conquista/BA, Governador Valadares/MG, Ipatinga/MG, Araxá/MG, Varginha/MG, Bonito/MS, Dourados/MS, Alta Floresta/MT, Rondonópolis/MT, Sinop/MT, Fernando de Noronha/PE,

Resende/RJ, Cacoal/RO, Ji-Paraná/RO, Vilhena/RO, Caxias Do Sul/RS, Passo Fundo/RS, Araçatuba/SP, Ribeirão Preto/SP e Araguaína/TO.

No âmbito do contrato assinado em 2013 junto ao Banco do Brasil para tratar da gestão e administração financeira dos recursos do FNAC, destinados à modernização, ampliação, reforma e construção de aeródromos, foram elaborados, em 2014, Projetos Executivos Padrão de Seção Contraincêndio, Torre, Terminal de Passageiros, assim como Estudos de Viabilidade Técnica e Estudos Preliminares de aeroportos. Atualmente, o Programa se encontra em fase de conclusão dos Anteprojetos – AP para, em 2015, iniciar as licitações de obras e aquisição dos equipamentos necessários.

Em abril de 2014 foram assinados os contratos de concessão dos aeroportos do Galeão e de Confins e a administração desses aeroportos foi transferida às concessionárias vencedoras das licitações. Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 9,15 bilhões nos dois aeroportos, R\$ 5,65 bilhões no Galeão e R\$ 3,5 bilhões em Confins. Com isso, o Galeão passará a uma capacidade de processamento de passageiros/ano de 17 milhões para mais de 60 milhões em 2038; prevê-se para o aeroporto de Confins, capacidade para receber mais de 43 milhões de passageiros/ano em 2043.

O Aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN concedido à iniciativa privada em 2011, começou a operar sete meses antes do previsto no contrato de concessão assinado pela concessionária e pelo Governo Federal, iniciando a sua operação comercial em 31 de maio de 2014 para atender a demanda da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

Em relação a outras fontes, trata-se de recursos não orçamentários oriundos dos investimentos realizados pelas Concessionárias vencedoras dos leilões dos aeroportos de Brasília, Campinas, Guarulhos, Galeão, Confins e São Gonçalo do Amarante. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) forneceu os valores contidos nas versões finais dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) realizados pelo governo para determinação do valor de referência do leilão dos aeroportos concedidos. Logo, não são vinculativos e as estimativas de investimentos dos vencedores do leilão não estão atreladas a essas previsões, de forma que os investimentos efetivamente realizados (R\$ 5,11 bilhões) perfazem cerca de 93,5% do montante previsto para o período do PPA 2012-2015 (R\$ 5,47 bilhões), conforme apurado pela ANAC e informado no módulo de monitoramento do Programa no SIOP.

#### Quadro A.5.2.1.1 – Indicadores

Programa	2017 Aviação Civil			
	Referência		2014	
INDICADORES	Data	Índice	Data	Índice
Denominação e Unidade de Medida	Data	Índice	Data	Índice
Quantidade de aeroportos com voos regulares (ANAC) ( unidade )	31/12/2011	130,00	31/12/2014	109,00
Taxa de ocupação (load factor) (ANAC) ( % )	31/12/2009	62,50	31/11/2014	80,30
Yield tarifa aérea nominal (ANAC) ( R\$ )	31/12/2009	0,47	30/06/2014	0,30
Tarifa aérea média nominal (ANAC) ( R\$ )	31/12/2009	315,43	30/06/2014	319,76
Índice de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens (ANAC) ( unidade )	31/12/2007	1,48	31/12/2014	0,19
Passageiro-quilômetro transportado por empresa brasileira no mercado internacional (ANAC) ( bilhões de pax.km )	31/12/2010	23,50	31/11/2014	28,88
Passageiro-quilômetros transportado no mercado doméstico (ANAC) ( bilhões de pax.km )	31/12/2010	70,20	31/11/2014	92,75
Tonelada quilômetro de carga transportada (ANAC) ( milhões de toneladas )	31/12/2010	1110,79	31/11/2014	1661,17
Percentual de Cancelamento (ANAC) ( % )	31/12/2010	10,30	31/12/2014	11,95
Percentual de Atrasos superiores a 30 minutos (ANAC) ( % )	31/12/2010	13,70	31/12/2014	7,95

Percentual de Atrasos superiores a 60 minutos (ANAC) ( % )	31/12/2010	5,20	31/12/2014	3,36
Movimentação de passageiros nos terminais administrados pela Infraero e Concedidos (Infraero e Concedidos) (milhões de unidades)	31/12/2010	155,00	31/12/2014	227,94
Movimentação de carga aérea nos terminais administrados pela Infraero (Infraero e Concedidos) (milhões de toneladas)	31/12/2010	1,14	31/12/2014	1,10
Movimentação de aeronaves nos terminais administrados pela Infraero e Concedidos (Infraero e Concedidos) (milhões de unidades)	31/12/2010	2,60	31/12/2014	3,03
Corrente de Comércio Exterior pelo Modo Aéreo (AliceWeb) (bilhões de US\$)	31/12/2010	45,80	31/12/2014	52,63
Corrente de Comércio Exterior pelo Modo Aéreo (AliceWeb) (milhões de toneladas)	31/12/2010	1,40	31/12/2014	1,26
Ranking da Qualidade da Infraestrutura Aeroportuária (Índice de Competitividade Global - GCI) (posição em listagem de países)	31/12/2010	93,00	31/12/2014	113,00
Ranking do Índice de Competitividade Global - GCI (posição em listagem de países)	31/12/2010	58,00	31/12/2014	57,00

Fonte: SIOP

Observa-se, no quadro acima, evolução positiva na maioria dos indicadores estabelecidos para o Programa quando se compara o ano de 2014 com os índices de referência, com destaque para a redução do valor pago por passageiro por quilômetro voador (*yield* tarifa aérea nominal), da queda dos atrasos superiores a 30 e 60 minutos, bem como da redução do índice de acidentes com fatalidades, de forma concomitante ao crescimento do movimento de passageiros e aeronaves nos aeroportos administrados pela Infraero e nos concedidos recentemente.

A queda do número de aeroportos com voos regulares é ponto central na política de aviação civil, de tal forma que está em andamento o Plano de Investimentos em Logística: PIL Aeroportos, no sentido do desenvolvimento das infraestruturas aeroportuárias regionais. Destaca-se, também, a instituição do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR, o qual estabelece incentivos (subsídios) para o desenvolvimento e a expansão do transporte aéreo regular de passageiros em ligações de baixo e médio potencial de tráfego, além de medidas institucionais e normativas capazes de ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas, tais como a efetivação de mecanismos de financiamento de aeronaves, o estímulo à concorrência entre os prestadores de serviços de transporte aéreo regular, bem como a revisão e celebração de acordos de serviços aéreos.

Frisa-se que, dos cinco objetivos do Programa, três são compostos por ações orçamentárias demonstrando, assim, a importância de medidas institucionais e normativas para o atingimento das metas estabelecidas pela política pública de aviação civil para o período do Plano.

## 5.2.2 Objetivos

### Quadro A.5.2.2.1

Identificação do Objetivo				
Descrição	Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.			
Código	0083	Órgão	Secretaria de Aviação Civil	
Programa	Aviação Civil		Código	2017

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequadas expedidas pela ANAC	Unidade	305.000.000	303.127.500	303.127.500	99,39%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1.1	Região Centro-Oeste	Unidade	40.166.680	30.227.500	30.227.500	75,25%
1.2	Região Nordeste	Unidade	51.575.690	65.659.000	65.659.000	127,31%
1.3	Região Norte	Unidade	19.221.206	31.305.500	31.305.500	162,87%
1.4	Região Sudeste	Unidade	158.208.606	139.471.500	139.471.500	88,16%
1.5	Região Sul	Unidade	35.827.818	36.464.000	36.464.000	101,77%

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2	Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas	Tonelada	2.400.000	1.678.519	1.798.519	74,94%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2.1	Região Centro-Oeste	Tonelada	39.000	121.976	121.976	312,76%
2.2	Região Nordeste	Tonelada	164.000	124.155	124.155	75,70%
2.3	Região Norte	Tonelada	393.000	265.751	265.751	67,62%
2.4	Região Sudeste	Tonelada	1.621.000	1.157.154	1.157.154	71,38%
2.5	Região Sul	Tonelada	183.000	129.483	129.483	70,75%

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
3	Instituir o Plano de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária

### 5.2.2.1 Análise Situacional do Objetivo 0083

Em 2014, o Brasil seguiu ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e cargas, com expansão dos investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização. A capacidade anual de processamento de passageiros no ano de 2014 foi 303.127.500, o que representa 99% da meta para o período

do Plano. A capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos para o ano de 2014 foi de 1.798.519 toneladas e alcançou 75% da meta para o período do plano.

O Brasil sediou a Copa do Mundo FIFA 2014. Entre 10 de junho e 15 julho passaram pelos 21 principais aeroportos brasileiros 17,8 milhões de passageiros. A demanda foi atendida dentro dos padrões esperados; por exemplo, a média de atrasos acima de 30 minutos foi de 6,9%, inferior ao da União Européia, que foi de 7,6% em 2013.

Para permitir a expansão do setor aeroportuário do país, o Governo Federal estabeleceu critérios para a política de outorgas dos aeroportos, definindo os aeroportos que ficarão sob o controle da União, os que devem ser administrados por estados ou municípios e, por fim, os que poderão ser concedidos à iniciativa privada. O novo Plano Geral de Outorgas foi aprovado e publicado por meio da Portaria nº 183, de 14 de agosto de 2014. O PGO estabelece políticas, critérios e diretrizes gerais para definição do modelo de exploração de infraestrutura aeroportuária mais adequado para os aeródromos civis públicos. A partir disso estão sendo elaborados Planos de Outorga Específicos - POE para cada aeródromo público, definindo o modelo a ser adotado para a sua exploração. No decorrer do ano de 2014, foram celebrados 75 novos convênios de delegação da exploração de aeródromos civis públicos, sendo: 51 outorgas para aeródromos até então sem instrumento de exploração da União; 8 outorgas para novos aeródromos; 11 renovações de outorgas (modernização de convênios já existentes); e 2 transferências de delegatário (repasso do Estado para o Município ou vice e versa).

O ano de 2014 foi marcado pela entrega de grandes obras nos primeiros aeroportos concedidos à iniciativa privada: a inauguração do novo Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte; a entrega das ampliações e melhorias de estacionamento, áreas de terminais de passageiros, pátios e pistas, com destaque para o novo Terminal Internacional de Guarulhos e para os Píeres Norte e Sul do Aeroporto Internacional de Brasília, concluídos em maio. No segundo semestre houve a entrega do novo Terminal do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas - SP.

Em continuidade ao processo de concessão, em abril de 2014 foram assinados os contratos de concessão de outros dois grandes aeroportos brasileiros concedidos à iniciativa privada: o Aeroporto Internacional do Galeão/RJ e o Aeroporto Internacional de Confins/MG. Com a assinatura dos contratos, deu-se início à fase de transição das operações desses aeroportos. Até agosto de 2014, a Infraero continuou operando os aeroportos, assistida pelas respectivas concessionárias e, após essa fase, a concessionária passou a ser responsável pelas operações, assistida pela Infraero. No início de 2015 a gestão dos aeroportos do Galeão/RJ e Confins/MG será definitivamente transferida às concessionárias.

No âmbito do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, destinado à construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual, em parceria com os estados da Federação, no ano de 2014, foi aprovado o projeto do convênio de Vitória da Conquista/BA; anteriormente já haviam sido aprovados os projetos de Cabo Frio/RJ, Cascavel/PR, Dourados/MS, Fernando de Noronha/PE e Santo Ângelo/RS. As obras dos aeroportos de Cascavel/PR e Vitória da Conquista/BA foram iniciadas no primeiro semestre de 2014 e os aeroportos de Fernando de Noronha/PE e Santo Ângelo/RS continuam em obras. Para a adequação de aeroportos regionais, existem também convênios para aquisição de 39 Caminhões Contraincêndio de Aeródromos. Em 2014 foram entregues 57 caminhões, 21 deles de convênios do Governo Federal com Estados, 13 aquisições diretas e 23 aquisições pela Infraero.

Já o Programa para a Aviação Regional, lançado em 2012, constitui-se um novo paradigma de investimentos no âmbito da administração pública federal, cujo escopo de execução é inédito em comparação com outros programas de aviação civil regional de

outros países no mundo. Em 2014, 219 Estudos de Viabilidade Técnica foram analisados pela equipe da SAC (cada um contendo no mínimo 4 cenários de investimento) e, desses, até dezembro de 2014, 181 tiveram cenário escolhido para o Estudo Preliminar. Os demais ou necessitaram de revisão pela empresa projetista ou foram solicitados novos cenários para análise. Ressalta-se que foram concluídas, ainda, as análises de 117 Estudos Preliminares.

#### Quadro A.5.2.2.2

Identificação do Objetivo			
Descrição	Ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas.		
Código	0084	Órgão	Secretaria de Aviação Civil
Programa	Aviação Civil	Código	2017

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas	Unidade	1.000	636	636	63,6%

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
2	Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas	Unidade	150	109	109	72,66%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2014</b>	<b>c)Realizada até 2014</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
2.1	Região Centro-Oeste	Unidade	19	19	13	68,42%
2.2	Região Nordeste	Unidade	28	28	24	85,71%
2.3	Região Norte	Unidade	46	30	30	65,21%
2.4	Região Sudeste	Unidade	30	27	27	90,00%
2.5	Região Sul	Unidade	27	15	15	55,55%

Fonte: SIOP

#### 5.2.2.2 Análise Situacional do Objetivo 0084

Em 31/12/2011, o total de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 130 e o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 848, de acordo com dados da contextualização do Programa Temático Aviação Civil e com dados do sistema Horário de Transporte - HOTRAN, da ANAC, respectivamente. Durante o ano de 2012 chegou-se a 124 aeroportos e ao fim do ano de 2013 esse número foi reduzido para 120. Já o número de rotas era de 789 ao fim de

2012 e em dezembro de 2013 registrou-se 663 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas. Em 31/12/2014, 109 aeroportos e 636 rotas eram servidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Além disso, com o intuito de fortalecer a aviação regional, de 1º/2 a 3/3/2013 foi submetido à consulta pública modelo de subsídio para rotas aéreas de baixa e média densidade de tráfego, inicialmente intitulado “Programa de Subsídio de Rotas Regionais”. A partir das contribuições obtidas na consulta pública e após inúmeras discussões sobre o assunto com a Casa Civil e o Ministério da Fazenda, chegou-se ao texto que deu origem à MP nº 652, de 25 de julho de 2014, que cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR. Entretanto, tal MP perdeu eficácia por decurso de prazo, nos termos do art. 62, § 3º da CRFB/88. As disposições contidas na MP nº 652 foram então inseridas na MP nº 656, de 7 de outubro de 2014, a qual foi convertida na Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, em seu Capítulo VIII (“Da Legislação Relativa aos Transportes”), Seção I (“Da Legislação Relativa ao Transporte Aéreo”), artigos 114 a 121.

O PDAR tem como objetivos aumentar o acesso da população brasileira ao sistema aéreo de transporte; integrar comunidades isoladas à rede nacional de aviação civil, no intuito de facilitar a mobilidade de seus cidadãos e o transporte de bens fundamentais, como alimentos e medicamentos; facilitar o acesso a regiões com potencial turístico; aumentar o número de municípios e rotas atendidos por transporte aéreo regular de passageiros; e aumentar o número de frequências das rotas regionais operadas regularmente. A implementação do referido programa dependerá de regulamentação da Lei nº 13.097/2015 pelo Poder Executivo Federal.

Com vistas a efetivar mecanismos de financiamento de aeronaves, já no ano de 2012 realizou-se articulação junto ao Ministério da Fazenda, que informou estar o Fundo Garantidor regulamentado pelo Decreto nº 7.333, de 19/10/2010. Tais informações foram repassadas às empresas, pois consideravam que o Fundo Garantidor não estava operacional para a aquisição de aeronaves.

Em relação às medidas de estímulo à concorrência entre os prestadores de serviço de transporte aéreo, o Projeto de Lei nº 6.716/09 e apensos, que alteram a Lei nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), com vistas a atualizar o referido Código, continuaram sem movimentação na Câmara dos Deputados durante o ano de 2014, a despeito dos requerimentos para inclusão e votação.

Quanto à redução de barreiras à entrada de novas companhias aéreas em aeroportos coordenados, como continuidade às tratativas iniciadas em 2013, após a realização de duas audiências públicas sobre o tema (Consulta Pública nº 1/2013 SAC e Audiência Pública nº 02/2013 ANAC), foi publicada a Resolução CONAC nº 3, de 8 de julho de 2014, específica para o Aeroporto de Congonhas (SBSP), com um conjunto de diretrizes para implantação de uma sistemática de redistribuição periódica dos slots perdidos pelas companhias aéreas em decorrência de critérios de regularidade e pontualidade, bem como para alocação de novos slots, que venham a surgir no aeroporto, em decorrência de uma expansão da sua capacidade declarada. Em sequência, a ANAC publicou a Resolução nº 336, de 9 de julho de 2014, por meio da qual regulamentou o procedimento de alocação de slots em Congonhas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONAC. O normativo da ANAC com regras gerais para todos os aeroportos coordenados, por sua vez, foi editado em 22 de julho de 2014, por meio da Resolução nº 338.

Promoveu-se em 2014, a celebração de novos Acordos de Serviços Aéreos, bem como a atualização de Acordos já vigentes com diferentes países. Dentre os Acordos negociados e atualizados no período, tem-se:

- Brasil/Japão: atualização do Memorando de Entendimentos com avanços no que concerne ao regime tarifário e à consolidação de cláusula de código compartilhado com empresas de terceiros países;
- Brasil/Panamá – acordado aumento faseado da capacidade, com liberação total prevista para dezembro de 2016;
- Brasil/Rússia – atualizado o projeto de Acordo, rubricado por ocasião da visita presidencial russa ao Brasil;
- Brasil/Sri Lanka: rubrica de acordo “céus abertos”.

Durante o ano foram alocadas 87 frequências mistas, 18 frequências exclusivamente cargueiras e devolvidas 10 frequências mistas nos seguintes mercados:

- 1- Alemanha 4 frequências devolvidas pela TAM;
- 2- Argentina, uma frequência exclusivamente cargueira para empresa OCEANAIR e 5 frequências exclusivamente cargueiras para ABSA;
- 3- Canadá, 7 frequências mistas para a TAM;
- 4- Chile, 3 frequências mistas para a empresa TAM, 14 frequências mistas para a empresa VRG, 1 exclusivamente cargueira para a empresa OCEANAIR e 3 exclusivamente cargueiras para a empresa ABSA;
- 5- Colômbia, 7 frequências mistas para a empresa OCEANAIR, 2 frequências exclusivamente cargueiras para a empresa OCEANAIR;
- 6- Estados Unidos da América, 14 frequências mistas à empresa TAM, uma Frequência mista à empresa VRG, 18 frequências mistas à empresa AZUL e 3 frequências exclusivamente cargueiras à empresa OCEANAIR;
- 7- França, 6 frequências devolvidas pela empresa TAM;
- 8- México, 1 frequência mista alocada à empresa TAM;
- 9- Panamá, 2 frequências exclusivamente cargueiras alocadas à empresa OCEANAIR;
- 10- Paraguai, 7 frequências mistas.

### Quadro A.5.2.2.3

Identificação do Objeto			
<b>Descrição</b>	<b>Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.</b>		
<b>Código</b>	<b>0085</b>	<b>Órgão</b>	<b>Secretaria de Aviação Civil</b>
<b>Programa</b>	<b>Aviação Civil</b>	<b>Código</b>	<b>2017</b>

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Realizar 1224 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita no período de abrangência do PPA 2012-2015	Unidade	1.224	562	4.448	363,39%

2	Reduzir, até 2015, o índice anual de acidentes aeronáuticos para nível igual ou melhor que a média mundial, com referência ao ano de 2011 (índice 0,46), considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade de passageiros em operações regulares, por 1 milhão de decolagens	%	0,46	0,19	0,19	242,10%
---	---	---	------	------	------	---------

Fonte: SIOP

### 5.2.2.3 Análise Situacional do Objetivo 0085

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (safety) e proteção contra atos de interferência ilícita (security).

A segurança de voo (safety) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a safety – certificação e fiscalização – alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Em termos quantitativos, a Agência fiscalizou, no ano de 2014, 15.216 itens relativos à segurança operacional, infraestrutura aeroportuária, regulação econômica e aeronavegabilidade. A quantidade de ações rotineiras de fiscalização de 2014 diminuiu em relação à 2013 devido ao esforço empreendido na operação da Copa do Mundo, o qual consumiu muitos recursos na fase final de planejamento. Além disso, foram realizadas missões de fiscalização para verificação da segurança operacional, além de realizar uma grande ação de segurança operacional durante a operação da Copa do Mundo.

Security é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea – como, por exemplo, os atentados terroristas. As ações relativas a security são principalmente focadas nos aeroportos, por ser o local a partir do qual os atos de interferência ilícita podem atingir as aeronaves, mas também alcançam as empresas aéreas. No que tange a security, a ANAC tem mantido sua rotina de fiscalização, com 562 itens fiscalizados no ano de 2014. ....

Além disso, essas ações também contribuem para a redução do índice anual de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, atingiu 0,21 no ano de 2012 e obteve 0,19 no ano de 2014.

Outra ação realizada no sentido de promover a segurança da aviação civil foi a edição e revisão de normas e requisitos relacionados à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, operações aéreas e aeronavegabilidade. No decorrer de 2014 foram editados e revisados 62 normativos. Além disso, destaca-se que foram realizadas 21 audiências públicas que possibilitaram a participação da sociedade no processo de aperfeiçoamento do arcabouço jurídico da Agência.

### Quadro A.5.2.2.4

Identificação do Objetivo			
Descrição	Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.		
Código	0086	Órgão	Secretaria de Aviação Civil
Programa	Aviação Civil	Código	2017

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo	Unidade	8	1	7	87,50%
2	Capacitar 1.900 profissionais para atuação no sistema de aviação civil	Unidade	1.900	2.862	4.853	255,42%

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
3	Elaborar o planejamento estratégico de longo prazo para o setor
4	Revisar o marco legal do setor de aviação civil

Fonte: SIOP

#### 5.2.2.4 Análise Situacional do Objetivo 0086

O objetivo possui amplo escopo visando, dentre outros aspectos, à elaboração do planejamento estratégico de longo prazo para o setor, à revisão do marco legal, à elaboração de estudos para o planejamento e gestão do transporte aéreo, à elaboração de diagnósticos e à capacitação de profissionais para a atuação no sistema de aviação civil, bem como ao desenvolvimento de requisitos para novas tecnologias da indústria aeronáutica.

A SAC-PR tem trabalhado na concepção do planejamento estratégico de longo prazo para o setor, por meio de um Plano de Ação que tem por objetivo integrar e harmonizar o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, considerando os aspectos relacionados com o controle e o gerenciamento do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas pela Política Nacional de Aviação Civil (PNAC).

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2013, a SAC-PR participou do processo para constituição de duas atas de registro de preços, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, relativas à eventual contratação, sob demanda, de i) empresa especializada na prestação de serviço de consultoria para realização de serviços de modelagem de processos organizacionais; e ii) empresa especializada para apoio ao processo de planejamento e gestão estratégica, utilizando como referência a metodologia do *Balanced Scorecard* – BSC. Como resultado dos processos, venceram os respectivos pregões eletrônicos as empresas Totvs S.A. e GD – Gestão e Desenvolvimento Empresarial Ltda. Em junho de 2014, foi assinado contrato com essa última para elaboração de Planejamento Estratégico e para a Diretoria do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (DPROFAA/SEAP/SAC-PR). A expectativa é de que, ao fim dos trabalhos, o DPROFAA tenha aperfeiçoadas suas capacidades e possa executar de maneira mais eficiente o PIL: Aeroportos, buscando resultados superiores especialmente no que se refere aos investimentos em infraestrutura dos Aeroportos Regionais.

De 2012 a 2014, foram realizados sete estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo. Em 2014, a SAC-PR realizou estudo em conjunto com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), cujo objeto é conjunção de esforços, conhecimentos,

dados e apoio técnico necessários à realização de pesquisa de Dimensionamento e Caracterização da Matriz Origem Destino do Transporte Aéreo no Brasil. Com os dados da pesquisa será possível aprimorar, em futuros estudos, o sistema de informações da Aviação Civil no Brasil, em particular no que tange à demanda por transporte aéreo e aos modais associados de apoio às viagens aéreas, fornecendo elementos essenciais aos planejadores do setor. Também foi dado andamento ao Termo de Cooperação nº 04/2013, celebrado entre a SAC/PR e a Universidade Federal de Santa Catarina, que contempla a realização de estudos e pesquisas visando ao apoio no diagnóstico e planejamento do sistema aeroportuário do país.

Visando à ampliação da capacitação dos profissionais da aviação civil, foram capacitados 4.853 pessoas de 2012 a 2014.

A ANAC formou, em 2012, mecânicos de manutenção aeronáutica por meio de convênios celebrados em 2010. A Agência também realizou, de 2012 a 2014, cursos e seminários por meio da “Ação Nacional de Aviação Civil”, que é um conjunto de eventos promovidos conforme a demanda dos regulados, a fim de reduzir a assimetria de informações e contribuir para a redução de não-conformidades durante as inspeções realizadas pela Agência. Tais eventos divulgam boas práticas de segurança, esclarecimentos sobre normas, leis e procedimentos próprios do setor aeronáutico e apresentação do rol de serviços disponibilizados pela ANAC.

No âmbito da SAC-PR, foram capacitados, durante o ano de 2013, bombeiros de aeródromo, gestores e administradores de aeroportos regionais e gerentes de seções contra incêndio de aeroportos regionais. Em 2014, a SAC-PR nomeou as ações voltadas à formação e capacitação de recursos humanos para o setor de aviação civil de “Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos Regionais – TREINAR”, que reúne ações de formação e capacitação de profissionais envolvidos com a gestão e a operação de aeroportos de médio e pequeno porte situados fora dos grandes centros urbanos. Essa iniciativa resulta da integração das políticas públicas de desenvolvimento de infraestruturas aeroportuárias e de fomento ao desenvolvimento do setor aéreo civil e complementa o “Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos”, um conjunto de medidas para melhorar a qualidade dos serviços e expandir a infraestrutura aeroportuária, em especial, a malha de aeroportos regionais.

Nesse sentido, as ações do TREINAR tem o intuito de colocar os aeroportos regionais em condições de operarem voos de linhas aéreas regulares, por meio do potencial conferido pelas novas infraestruturas aeroportuárias, como também por meio da capacitação de profissionais de aeroportos regionais, a fim de que eles possam proporcionar às populações atendidas qualidade nos serviços prestados, o que pode vir a trazer grandes benefícios aos usuários e ao País. As ações foram compostas por cursos oferecidos pela SAC-PR em diversas áreas de conhecimento relacionadas à aviação civil, tais como: operações aéreas com aeronaves; operações em solo com aeronaves; serviços de prevenção, salvamento e combate a incêndios em aeródromos civis; controle de eventos que possam gerar atos de interferência ilícita; e a sustentabilidade do negócio “aeroporto”.

Quanto à identificação de novas tecnologias que estão sendo desenvolvidas na indústria aeronáutica e estabelecimento de requisitos para a sua homologação, a ANAC realizou, durante o ano de 2014, estudos internos e contatos com autoridades aeronáuticas estrangeiras para uma normatização harmonizada acerca da tecnologia das aeronaves pilotadas remotamente. Essa providência atenderá ao interesse da sociedade na utilização de aeronaves pilotadas remotamente nas mais diversas áreas, como segurança pública, inspeção de linhas de transmissão e dutos, fotografia aérea e agricultura, dentre outras.

Também foram emitidas normas relativas à utilização de assentos transversais em aviões da categoria transporte, à proteção dos sistemas eletrônicos contra acessos não autorizados que possam ocorrer externamente e também no interior do avião, normas

relativas a extintores de incêndio portáteis, em resposta às restrições de fabricação e utilização de gases que agridem a camada de ozônio (protocolo de Montreal de 1987), instruções para uso de equipamentos dispersores com novas tecnologias em aviões agrícolas, dentre outras.

Com o intuito de revisar o marco legal do setor de aviação civil, foi publicada a Resolução CONAC nº 1, de 28 de fevereiro de 2014, que tratou da operação do Aeroporto de Congonhas durante a Copa do Mundo, a Resolução CONAC nº 2, de 29 de maio de 2014, que revoga a restrição à alocação, nos novos acordos bilaterais e multilaterais, de pontos relativos a frequências de voos internacionais no Aeroporto de Guarulhos, e a Resolução CONAC nº 3, de 8 de julho de 2014, específica para o Aeroporto de Congonhas (SBSP), com um conjunto de diretrizes para implantação de uma sistemática de redistribuição periódica dos slots perdidos pelas companhias aéreas em decorrência de critérios de regularidade e pontualidade, bem como para alocação de novos slots que venham a surgir no aeroporto em decorrência de uma expansão da sua capacidade declarada.

A SAC-PR procedeu à revisão do Plano Geral de Outorgas, com o objetivo de alinhar a política pública de outorga de aeródromos ao programa de incentivo à aviação regional, recentemente anunciado pelo Governo Federal, por meio do qual serão realizados investimentos na infraestrutura de aeroportos regionais, com o objetivo de universalizar o acesso da população ao transporte aéreo regular. O programa prevê a utilização de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC para a reforma e construção de pistas, melhorias em terminais de passageiros, ampliação de pátios, revitalização de sinalizações e de pavimentos, entre outros. A proposta foi colocada em consulta pública e recebeu 52 sugestões de aprimoramento. O novo Plano Geral de Outorgas foi aprovado e publicado por meio da Portaria nº 183, 14 de agosto de 2014.

A Portaria SAC-PR nº 301, de 11 de dezembro de 2014, que estabelece critério para conversão cambial do adicional tarifário instituído pela Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, foi editada tendo em vista a necessidade de padronização e uniformização do recolhimento da cobrança efetuada pelos operadores aeroportuários junto ao FNAC.

O Projeto de Lei nº 6.716/09 e apensos, que alteram a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), com vistas a atualizar o referido código, ainda se encontra no Congresso Nacional, a despeito dos requerimentos para inclusão e votação.

#### **Quadro A.5.2.2.5**

<b>Identificação do Objetivo</b>			
<b>Descrição</b>	Formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento da infraestrutura aeronáutica civil, com vistas ao atendimento da demanda por transporte aéreo, de forma segura e eficiente.		
<b>Código</b>	0087	<b>Órgão</b>	Secretaria de Aviação Civil
<b>Programa</b>	Aviação Civil	<b>Código</b>	2017

<b>METAS QUALITATIVAS</b>	
<b>Sequencia 1</b>	<b>Descrição da Meta</b>
1	Formular o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira

Fonte: SIOP

#### **5.2.2.5 Análise Situacional do Objetivo 0087**

No que se refere à implantação de novas tecnologias de comunicação, navegação e vigilância para o gerenciamento do tráfego aéreo que visam à otimização da infraestrutura

aeronáutica civil, a SAC-PR vem coordenando as ações institucionais do COMAER, da ANAC, da Infraero e/ou operador aeroportuário privado e das Prefeituras Municipais envolvidas para a implantação e operação dos equipamentos para aproximação e pouso por instrumentos - ILS (Instrument Landing System) CAT III - nos aeroportos de Galeão (RJ), Curitiba (PR) e Guarulhos (SP), ILS CAT II nos aeroportos de Porto Alegre (RS), Curitiba (PR) e Manaus (AM) e ILS CAT I nos aeroportos de Joinville (SC), Londrina (PR), Uberlândia (MG), Vitória (ES) e Campina Grande (PB).

No primeiro semestre de 2014, os seguintes ILS foram colocados em operação: aeroporto de Uberlândia (MG) – CAT I, aeroporto de Joinville (SC) – CAT I e Porto Alegre (RS) – CAT II, fato que causou uma sensível melhora da acessibilidade das aeronaves aos referidos aeroportos que continuam a operar mesmo na presença de condições meteorológicas desfavoráveis. No segundo semestre de 2014 entrou em operação, sob a coordenação da SAC-PR, o ILS CAT I do aeroporto de Vitória (ES) que também melhorou, sensivelmente, as condições de aproximação e pouso no referido aeródromo.

A Secretaria de Navegação Aérea Civil integra o Subcomitê de Operações Especiais da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias - CONAERO, cujo objetivo é o desenvolvimento de estudos e metodologias para o aumento da capacidade das infraestruturas aeronáutica e aeroportuária civis.

O Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira - PNDIA continua em fase de formulação e conterá as diretrizes que nortearão o desenvolvimento dos demais planos que se relacionam com a infraestrutura aeronáutica brasileira. Atualmente, busca-se desenvolver uma metodologia alinhada com as normas preconizadas pelos organismos internacionais da aviação civil que se adapte à realidade nacional e deverá conter indicadores e metas para a consecução de objetivos estratégicos para o setor, inclusive a melhoria da eficiência dos serviços prestados. A partir da consolidação desta metodologia, serão iniciadas as tratativas junto às demais organizações nacionais responsáveis pela infraestrutura aeronáutica civil brasileira para o desenvolvimento do PNDIA. Ressalta-se que este Plano tem por objetivo o desenvolvimento integrado da infraestrutura aeronáutica brasileira, considerando os aspectos relacionados com o controle do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas na Política Nacional de Aviação Civil – PNAC. De forma complementar, trabalha-se na proposição de uma interface do PNDIA com o Programa de Investimentos em Logística – Aeroportos Regionais.

### 5.2.3 Ações

#### 5.2.3.1 Ações – OFSS

##### Quadro A.5.2.3.1.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação			
<b>Código</b>	00M1	<b>Tipo:</b> Operação Especial	
<b>Título</b>	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade		
<b>Iniciativa</b>	-		
<b>Objetivo</b>	-	<b>Código:</b> -	
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República Manutenção	<b>Código:</b> 2101	<b>Tipo:</b> Gestão e
<b>Unidade Orçamentária</b>	62101 - Secretaria de Aviação Civil		

<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2014</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.000,00	20.000,00	-	-	-	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.1.2 - Ações - OFSS

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	09HB Especial		<b>Tipo:</b> Op.			
<b>Título</b>	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República <b>Código:</b> 2101 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	62101 - Secretaria de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2014</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
72.000,00	122.000,00	52.000,56	52.000,56	52.000,56	-	-
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

10.876,50	-	-10.876,50	-	-	-
-----------	---	------------	---	---	---

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.1.3 - Ações - OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2000		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Administração da Unidade					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-		<b>Código:</b> -			
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República		<b>Código:</b> 2101		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção	
<b>Unidade Orçamentária</b>	62101 - Secretaria de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.000.000,00	20.000.000,00	19.536.329,80	17.105.909,71	17.095.063,21	10.846,50	2.430.420,09
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.1.4 - Ações - OFSS

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2004		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes				
<b>Iniciativa</b>	-				
<b>Objetivo</b>	-		<b>Código:</b> -		
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República		<b>Código:</b> 2101		<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção
<b>Unidade Orçamentária</b>	62101 - Secretaria de Aviação Civil				

<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não sem Miséria		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil	
<b>Lei Orçamentária 2014</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquida a	Paga	Processados	Não Processados
120.972,00	160.972,00	95.776,20	87.571,8 5	87.571,8 5	-	8.204,35
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
72,22	-	-72,22	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.1.5 - Ações – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	2010 Atividade				<b>Tipo:</b>	
<b>Título</b>	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-				<b>Código:</b> -	
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República				<b>Código:</b> 2101	
<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	62101 - Secretaria de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não sem Miséria		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil	
<b>Lei Orçamentária 2014</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquida a	Paga	Processados	Não Processados
8.400,00	13.400,00	8.911,00	8.911,00	8.911,0 0	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

		medida		o	
-	-	-	-	-	-
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.1.6 - Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2011 Atividade					<b>Tipo:</b>
<b>Título</b>	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-					<b>Código:</b> -
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República					<b>Código:</b> 2101
	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	62101 - Secretaria de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
48.000,00	48.000,00	24.152,48	24.152,48	24.152,48	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.186,69	-	-3.186,69	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.1.7 - Ações – OFSS

Identificação da Ação		
<b>Código</b>	2012	<b>Tipo:</b>

	Atividade					
<b>Título</b>	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-					<b>Código:</b> -
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República					<b>Código:</b> 2101
	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	62101 - Secretaria de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil	
	sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2014</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
264.000,00	284.000,00	277.885,32	277.885,32	277.885,32	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.831,17	-	-4.831,17	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.1.8 - Ações – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	20TP					<b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-					<b>Código:</b> -
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República					<b>Código:</b> 2101
	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	62101 - Secretaria de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil	
	sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2014</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não

						Processados
10.485.770,00	11.185.770,00	11.185.770,00	10.649.543,43	10.649.543,43	-	536.226,57
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.264.927,66	343.073,06	-712.625,39	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

### Quadro A.5.2.3.1.9 - Ações – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	4641				<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Título</b>	Publicidade de Utilidade Pública					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-				<b>Código:</b> -	
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República Gestão e Manutenção				<b>Código:</b> 2101	<b>Tipo:</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	62101 - Secretaria de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2014</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

### Quadro A.5.2.3.1.10 - Ações - OFSS

<b>Identificação da Ação</b>		
<b>Código</b>	00MU	<b>Tipo:</b> Op. Especial

<b>Título</b>	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Aporte de Capital nas Sociedades de Propósito Especifico (SPE)					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	- <b>Código: -</b>					
<b>Programa</b>	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais <b>Código: 0909</b> <b>Tipo: Op. Especiais</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2014</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000.000,00	678.130.143,00	678.130.143,00	460.966.770,00	460.966.770,00	-	217.163.373,00
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
467.652.512,00	467.652.512,00	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.1.11 - Ações - OFSS

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	0E45					<b>Tipo: Op. Especial</b>
<b>Título</b>	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Adequação da Infraestrutura Aeroportuária					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	- <b>Código: -</b>					
<b>Programa</b>	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais <b>Código: 0909</b> <b>Tipo: Op. Especiais</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2014</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.663.081.597,00	1.726.662.541,00	1.177.977.508,73	822.365.503,47	822.365.503,47	-	355.612.005,26
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			

Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

### Quadro A.5.2.3.1.12 - Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	0005		<b>Tipo:</b> Op. Especial			
<b>Título</b>	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Aquisição de Equipamentos e Modernização das Instalações Aeroportuárias					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-					
<b>Programa</b>	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		<b>Código:</b> 0909		<b>Tipo:</b> Op. Especiais	
<b>Unidade Orçamentária</b>	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não		Caso positivo: ( X ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	6.256.811,00	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

### Quadro A.5.2.3.1.13 - Ações - OFSS

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	0Z00 Especial		<b>Tipo:</b> Op.		
<b>Título</b>	Reserva de Contingência - Financeira				
<b>Iniciativa</b>	-				
<b>Objetivo</b>	-				
<b>Programa</b>	Programa Reserva de Contingência		<b>Código:</b> 0999		
<b>Unidade Orçamentária</b>	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2014					

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
446.834.123,00	446.834.123,00	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.1.14 - Ações - OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	14UB		<b>Tipo:</b> Projeto			
<b>Título</b>	Construção, Reforma e Reparcelamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional					
<b>Iniciativa</b>	0078 - Construção e Adequação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional					
<b>Objetivo</b>	Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura. <b>Código:</b> 0083					
<b>Programa</b>	Aviação Civil		<b>Código:</b> 2017 <b>Tipo:</b> Temático			
<b>Unidade Orçamentária</b>	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não		Caso positivo: ( X ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
554.307.802,00	546.358.552,00	143.805.176,84	34.177.840,92	34.177.840,92	-	109.627.335,92
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Aeroporto adequado			unidade	242	242	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
168.846.765,62	113.047.970,69	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial e SIOF

#### Quadro A.5.2.3.1.15 - Ações - OFSS

Identificação da Ação						
-----------------------	--	--	--	--	--	--

<b>Código</b>	14UC		<b>Tipo:</b> Projeto			
<b>Título</b>	Construção, Reforma e Reparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal					
<b>Iniciativa</b>	0078 - Construção e Adequação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional					
<b>Objetivo</b>	Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura. <b>Código:</b> 0083					
<b>Programa</b>	Aviação Civil		<b>Código:</b> 2017 <b>Tipo:</b> Temático			
<b>Unidade Orçamentária</b>	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2014</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
135.323.509,00	135.323.509,00	135.484.027,09	72.590.206,97	67.014.466,16	5.575.740,81	62.893.820,12
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aeroporto adequado		unidade	34	32	4	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
64.692.549,76	53.559.364,77	-203.745,32	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial e SIOF

#### Quadro A.5.2.3.1.16 - Ações - OFSS

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	20SW		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil					
<b>Iniciativa</b>	007W - Ampliação da capacitação dos profissionais da aviação civil					
<b>Objetivo</b>	Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental. <b>Código:</b> 0086					
<b>Programa</b>	Aviação Civil		<b>Código:</b> 2017 <b>Tipo:</b> Temático			
<b>Unidade Orçamentária</b>	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2014</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.934.720,00	11.934.720,00	10.175.150,90	6.332.377,23	4.517.942,03	1.814.435,20	3.842.773,67
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Profissional capacitado		unidade	1.290	1.290	734	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5.684.407,02	5.576.641,18	-75.721,28	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial e SIOF

#### Quadro A.5.2.3.1.17 - Ações – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	210F		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Gestão para o Desenvolvimento da Aviação Civil					
<b>Iniciativa</b>	-					
<b>Objetivo</b>	-		<b>Código:-</b>			
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República		<b>Código:</b> 2101			
	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil	
	sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
25.936.771,00	25.936.771,00	3.023.917,93	2.746.873,41	2.746.873,41	-	277.044,52
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

409.756,94	252.086,04	- 152.159,74	-	-	-
------------	------------	-----------------	---	---	---

Fonte: SIAFI Gerencial

### Quadro A.5.2.3.1.18 - Ações - OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	21 II		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Título</b>	Elaboração de Diagnósticos sobre Aviação Civil					
<b>Iniciativa</b>	007Z - Elaboração de estudos e projetos para a aviação civil					
<b>Objetivo</b>	Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental. <b>Código:</b> 0086					
<b>Programa</b>	Aviação Civil		<b>Código:</b> 2017		<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não		Caso positivo: ( X ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.642.000,00	11.642.000,00	9.974.202,00	-	-	-	9.974.202,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Diagnóstico elaborado		unidade	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
7.587.205,00	7.587.205,00	-	-		-	-

Fonte: SIAFI Gerencial e SIOF

### Quadro A.5.2.3.1.19 - Ações - OFSS

Identificação da Ação			
<b>Código</b>	8785	<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Título</b>	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC		
<b>Iniciativa</b>	-		
<b>Objetivo</b>	- <b>Código:</b> -		
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	<b>Código:</b> 2101	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção
<b>Unidade</b>	62101 - Secretaria de Aviação Civil		

<b>Orçamentária</b>						
<b>Ação Prioritária</b> ( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
<b>Lei Orçamentária 2014</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
43.212.198,00	43.212.198,00	41.929.719,75	23.925.930,64	23.785.344,38	140.586,26	18.003.789,11
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

### 5.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS – Ver justificativa na Introdução.

### 5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

#### Quadro A.5.2.3.3.1 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	210F*		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Gestão para o Desenvolvimento da Aviação Civil				
<b>Iniciativa</b>	-				
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b> -				
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República		<b>Código:</b> 2101	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção	
<b>Unidade Orçamentária</b>	62101 - Secretaria de Aviação Civil				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem miséria		
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Meta</b>		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.738.150,04	1.434.721,79	-131.006,55	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

\*Por determinação da Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP, para 2014 esta ação foi substituída pela ação 2000 - Administração da Unidade na UO 62101 – SAC.

#### Quadro A.5.2.3.3.2 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Código</b>	4641 <span style="float: right;"><b>Tipo:</b> Atividade</span>

<b>Título</b>	Publicidade de Utilidade Pública				
<b>Iniciativa</b>	-				
<b>Objetivo</b>	- <b>Código: -</b>				
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades <b>Código: 2116</b> <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção				
<b>Unidade Orçamentária</b>	62101 - Secretaria de Aviação Civil				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
10.000.000,00	9.420.024,11	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.3.3 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	20CW*				<b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
<b>Iniciativa</b>	-				
<b>Objetivo</b>	- <b>Código: -</b>				
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República <b>Código: 2101</b> <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção				
<b>Unidade Orçamentária</b>	20107 - Secretaria de Aviação Civil				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
14.221,53	-	-14.221,53	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

\*A partir de 2013 essa ação passa a ser um Plano Orçamentário (PO) da Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes.

#### Quadro A.5.2.3.3.4 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	2000				<b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Administração da Unidade				
<b>Iniciativa</b>	-				
<b>Objetivo</b>	- <b>Código: -</b>				
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República <b>Código: 2101</b> <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção				
<b>Unidade Orçamentária</b>	20107 – Secretaria de Aviação Civil				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem miséria				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
480.906,84	74.464,00	-406.442,84	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.3.5 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	20TP		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Pagamento de Pessoal Ativo da União				
<b>Iniciativa</b>	-				
<b>Objetivo</b>	-		<b>Código:</b> -		
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República		<b>Código:</b> 2101	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção	
<b>Unidade Orçamentária</b>	20107 – Secretaria de Aviação Civil				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
4.602,87	-	-4.602,87	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.3.6 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2000		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Administração da Unidade				
<b>Iniciativa</b>	-				
<b>Objetivo</b>	-		<b>Código:</b> -		
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República		<b>Código:</b> 2101	<b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção	
<b>Unidade Orçamentária</b>	20930 – Fundo Nacional de Aviação Civil				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
29.200,29	17.091,00	-12.109,29	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.3.7 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação		
<b>Código</b>	12CE	<b>Tipo:</b> Projeto

<b>Título</b>	Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual				
<b>Iniciativa</b>	0078 - Construção e Adequação das Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional				
<b>Objetivo</b>	Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura. <b>Código: 0083</b>				
<b>Programa</b>	Aviação Civil		<b>Código: 2017</b>	<b>Tipo: Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	20930 - Fundo Nacional de Aviação Civil				
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
23.000.000,00	11.093.758,75	-	Aeroporto Construído	Unidade	0

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.3.8 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	12CE		<b>Tipo: Projeto</b>		
<b>Título</b>	Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual				
<b>Iniciativa</b>	-				
<b>Objetivo</b>	-				
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária		<b>Código: 0631</b>	<b>Tipo: Finalístico</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	20930 - Fundo Nacional de Aviação Civil				
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
12.358.430,71	271.050,56	-700.000,00	Aeroporto Construído	Unidade	0

Fonte: SIAFI. Ação oriunda do PPA 2008-2011.

#### Quadro A.5.2.3.3.9 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	5154		<b>Tipo: Projeto</b>		
<b>Título</b>	Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual				
<b>Iniciativa</b>	0078 - Construção e Adequação das Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional				
<b>Objetivo</b>	Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura. <b>Código: 0083</b>				
<b>Programa</b>	Aviação Civil		<b>Código: 2017</b>	<b>Tipo: Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	20930 - Fundo Nacional de Aviação Civil				

<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim      ( ) Não      Caso positivo: ( X ) PAC      ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
193.423.552,36	33.587.888,18	101.888.925,17	Obra Realizada	Unidade	0

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.3.10 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	5154		<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual				
<b>Iniciativa</b>	-				
<b>Objetivo</b>	-		<b>Código:-</b>	<b>Tipo:-</b>	
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária		<b>Código:</b> 0631	<b>Tipo:</b> Finalístico	
<b>Unidade Orçamentária</b>	20930 - Fundo Nacional de Aviação Civil				
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim      ( ) Não      Caso positivo: ( X ) PAC      ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
35.373.762,82	932.660,59	11.484.495,62	Obra Realizada	Unidade	0

Fonte: SIAFI Gerencial. Ação oriunda do PPA 2008-2011.

#### Quadro A.5.2.3.3.11 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	20SF		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Adequação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional				
<b>Iniciativa</b>	-				
<b>Objetivo</b>	-		<b>Código: -</b>		
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058	<b>Tipo:</b> Finalístico	
<b>Unidade Orçamentária</b>	20930 - Fundo Nacional de Aviação Civil				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim      ( x ) Não      Caso positivo: ( ) PAC      ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.966.472,85	2.933.863,23	-32.609,62	Obra Realizada	Unidade	0

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.3.12 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

<b>Identificação da Ação</b>					
------------------------------	--	--	--	--	--

<b>Código</b>	12CD		<b>Tipo:</b> Projeto		
<b>Título</b>	Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional				
<b>Iniciativa</b>	-				
<b>Objetivo</b>	-		<b>Código:</b> -		
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Finalístico
<b>Unidade Orçamentária</b>	20930 - Fundo Nacional de Aviação Civil				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
179.026,11	-	-179.026,11	Obra Realizada	Unidade	0

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.5.2.3.3.13 - Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Código</b>	2756		<b>Tipo:</b> Atividade		
<b>Título</b>	Manutenção e Suprimento de Material Contra Incêndio				
<b>Iniciativa</b>	-				
<b>Objetivo</b>	-		<b>Código:</b> -		
<b>Programa</b>	Política Nacional de Defesa		<b>Código:</b> 2058		<b>Tipo:</b> Finalístico
<b>Unidade Orçamentária</b>	20930 - Fundo Nacional de Aviação Civil				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
48.367,95	48.367,95	-	Obra Realizada	Unidade	0

Fonte: SIAFI Gerencial

As Ações Orçamentárias 12CE e 5154 destinavam-se à execução do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, com a finalidade de construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual, em parceria (convênios) com Estados da Federação, consoante preconiza a Lei nº 8.399, de 07 de janeiro de 1992.

A partir do exercício de 2013, as referidas ações foram substituídas pela Ação 14UB e não houve celebração de convênios no âmbito do PROFAA, em virtude do lançamento, pela Presidência da República, do “Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos”, em 20 de dezembro de 2012.

Dessa forma, foi dado andamento aos convênios celebrados em 2011 e 2012, que apresentam baixa execução física devido, principalmente, às diversas falhas provenientes dos Estados, tais como deficiências dos projetos básicos apresentados; atraso nas licitações; demora na apresentação dos documentos, dentre outras.

Também a partir de 2013 as ações 20SF, 2756 e 12CD - originalmente constantes do Programa Política Nacional de Defesa, oriundo de outra UJ - foram substituídas pela ação 14UC, no âmbito do Programa Aviação Civil, de forma a otimizar os esforços voltados à Construção, Reforma e Reparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal.

#### **5.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI – Ver justificativa na Introdução.**

#### **5.2.3.5 Análise Situacional das Ações Orçamentárias**

##### **5.2.3.5.1 Análise Situacional das Ações Orçamentárias Não-Finalísticas (não contempladas no Programa finalístico 2017 – Aviação Civil)**

As ações orçamentárias padronizadas 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União e 0Z00 – Reserva de Contingência não possuem meta física.

A Proposta Orçamentária para 2014 – PLOA 2014 relativa às ações dos benefícios, quais sejam 2004, 2010, 2011 e 2012, foram captadas junto à SAC-PR com as metas físicas correspondentes. Porém, quando do encaminhamento da proposta ao Congresso Nacional as ações 2010, 2011 e 2012 foram fundidas na ação orçamentária 212B – Outros Benefícios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, sem especificação de produto e meta. Também a ação 2004 foi alocada na PLOA 2014 sem discriminar o produto e a meta. Contudo, quando da aprovação da Lei Orçamentária 2014, a ação 212B retornou ao formato anterior à fusão das três ações mencionadas, permanecendo, entretanto, sem apresentação dos respectivos produtos e metas.

Vale ressaltar que, para 2014, na UO SAC (62101), comumente chamada de Administração Direta, os gastos administrativos voltaram a ser apropriados na ação orçamentária 2000 – Administração da Unidade, tendo sido registrados em 2013 na ação 210F – Gestão para o Desenvolvimento da Aviação Civil, ambas não possuindo meta física. No âmbito da Administração Direta a execução correspondeu a dispêndios com capacitação de servidores, auxílio-moradia, ajuda de custo e com manutenção administrativa, como, por exemplo, locação de imóvel, condomínio, IPTU, material de consumo, serviços de vigilância e recepcionista, manutenção e conservação de imóveis, transporte oficial, além das aquisições de passagens e pagamento de diárias do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva da SAC/PR. Para o FNAC (UO 62901), foi mantida a ação 210F – Gestão para o Desenvolvimento da Aviação Civil, destinada a despesas com diárias e passagens das secretarias finalísticas deste Órgão e com consultoria para prestação de serviços de coleta de dados presencial, distribuição e geração de resultados de indicadores de desempenho das operações aeroportuárias do lado terra dos aeroportos.

Cabe mencionar que a SAC descentralizou R\$ 5,0 milhões ao Ministério das Cidades para execução de despesas com Publicidade de Utilidade Pública (PUP - ação 4641), em continuidade ao processo iniciado em 2013, visando o desenvolvimento de campanha de utilidade pública em conjunto com aquele Ministério para divulgar à sociedade brasileira os direitos dos usuários em meio à reforma estruturante por que passa o modal aéreo nacional e sua integração com os diferentes modais de mobilidade urbana. Trata-se de demanda de comunicação desta Secretaria para divulgação de informações de interesse público sobre a aviação civil e os direitos e deveres dos passageiros, sobretudo sobre os caminhos e oportunidades que os cidadãos dispõem para reclamar, criticar ou demandar esclarecimentos do poder público. Tal despesa foi integralmente paga no exercício de 2014 e dos restos a pagar inscritos em 2013, no valor total de R\$ 10,0 milhões, foram pagos R\$ 9,42 milhões.

A execução relativa à ação de Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) visou à continuidade das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos aeroportos administrados pela estatal (ação 0E45), no valor empenhado de R\$ 1.177,98 milhões, e à participação da estatal no capital das Sociedades de Propósito Específico - SPE (ação 00MU) que administram os aeroportos concedidos de Campinas, Guarulhos, Brasília, Galeão e Confins, no valor empenhado de R\$ 678,13 milhões. O orçamento destinado ao Aporte de Capital para as obras de infraestrutura aeroportuária foi suplementado em R\$ 63,58 milhões e para as SPE houve suplementação orçamentária de R\$ 378,13 milhões, 126,0% superior ao valor inicialmente alocado de R\$ 300,0 milhões para a respectiva ação. Ressalta-se o alto volume inscrito em restos a pagar para essas ações, de R\$ 355,61 milhões para o aporte – obras e R\$ 217,16 milhões para o aporte – SPE, totalizando R\$ 572,78 milhões, devido ao cenário econômico restritivo que dificultou a liberação financeira por parte da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF.

Cabe registrar a criação da nova ação orçamentária 0005 – Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Aquisição de Equipamentos e Modernização das Instalações Aeroportuárias aberta por meio da Lei nº 13.079, de 30 de dezembro de 2014, visando atender despesas com a aquisição de máquinas, equipamentos, utensílios e veículos para os aeroportos e também para a Sede e respectivas Superintendências Regionais da Infraero, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O crédito orçamentário da referida ação comporá o orçamento de 2015, tendo sido reaberto por meio do Decreto de 12 de fevereiro de 2015, no valor total de R\$ 6,26 milhões. No decorrer do exercício de 2013 e início de 2014 foram finalizados diversos empreendimentos, principalmente, nos aeroportos que atenderam a grandes eventos internacionais realizados no Brasil nos últimos anos (Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações, Copa do Mundo), o que justifica a variação orçamentária de 2014 em relação a de 2013.

Importante comentar que a limitação de empenho imposta a esta Secretaria não foi prejudicial ao desempenho de suas atividades, destacando-se porém as sucessivas negociações para aumento de limite do PAC, especificamente para aporte de capital à Infraero, junto à Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP, Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST/MP e Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC/MP.

#### **5.2.3.5.2 Análise Situacional das Ações Orçamentárias Finalísticas do Programa Aviação Civil**

Esta seção trata da análise das quatro ações orçamentárias finalísticas do Programa 2017 – Aviação Civil, todas no âmbito do FNAC, a saber: 20SW – Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil; 14UB – Construção, Reforma e Reparcelamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional; 211I – Elaboração de Diagnósticos sobre Aviação Civil; e, 14UC – Construção, Reforma e Reparcelamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal, além da ação 8785 de Gestão e Coordenação do PAC, também sob a égide do Programa Aviação Civil.

A SAC-PR criou o Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos Regionais – TREINAR – o qual é uma iniciativa do Governo Federal que reúne ações de formação e capacitação para profissionais envolvidos com a gestão e a operação de aeroportos de médio e pequeno porte situados fora dos grandes centros urbanos, a fim de melhorar de forma quantitativa os prestadores de serviços e qualitativa os serviços prestados por estes. Para viabilizar o referido Programa, a SAC-PR adotou duas medidas: 1ª – Firmou parceria com o Comando da Aeronáutica – COMAER/MD, através de Termo de Execução Descentralizada – TED Nº 01/2013 para a formação de bombeiros de

aeródromos civis, que são profissionais de nível técnico-operacional; 2º - Contratou a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero para serviços especializados de desenvolvimento e aplicação dos Cursos: Intermediário para Gestores de Aeroportos Regionais; Manutenção Aeroportuária e Operações Aeroportuárias. E aplicação dos Cursos: Básico para Gestores de Aeroportos Regionais; Básico para Gestores do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Civis (SESCINC) e Fiscal de Pátios e Pistas.

Assim, foram capacitados 734 profissionais do setor de aviação civil referentes aos cursos oferecidos pelo TREINAR, distribuídos nas seguintes áreas profissionais: 433 bombeiros de aeródromo; 175 gestores e/ou administradores de aeroportos; 36 gerentes de seções contra incêndio de aeroportos; 38 fiscais de pátio e pista; 20 gestores de operações aeroportuárias e 32 gestores de manutenção aeroportuárias. Vale ressaltar que a SAC-PR através do Programa TREINAR em 2014 ofereceu 1.124 vagas dentro das áreas citadas acima. Foram preenchidas 999 vagas, dentre essas há desistentes, cancelados, reprovados. Os resultados obtidos no referido ano não obtiveram o alcance pleno da meta física informada, devido a necessidade de reprogramação das turmas em virtude dos grandes eventos ocorridos em 2014 (Copa do Mundo FIFA 2014 e as Eleições 2014), e também alguns entraves encontrados, como o baixo recurso disponível das prefeituras/Estados para despesas de deslocamento e hospedagem dos participantes. Apesar da meta física realizada em 2014 ter atingido 56% (cinquenta e seis por cento) do valor total programado, a meta financeira (liquidado) atingiu 53% do valor previsto, estando proporcional a meta física realizada. A meta física no RAP Não-Processado é 0 (zero) porque o liquidado efetivo no valor de R\$ 5.594,291,08 refere-se a realização das turmas de bombeiro de aeródromo concluídas em 2013 e parte em 2014. A não liquidação integral da despesa empenhada no exercício, bem como em RAP Não-Processado está relacionada a Formação de Bombeiros de Aeródromo. Conforme informado pelo COMAER/MD, parte da liquidação da despesa ficou prejudicada por problemas relacionados a atrasos na conclusão de processos licitatórios, bem como a burocratização dos trâmites legais existentes. Assim, foi justificado que a realização de parte da meta relacionada à formação de bombeiro de aeródromo se deu através de utilização de meios e recursos próprios, a fim de cumprir a execução integral das turmas já planejadas, enquanto estão sendo realizados os trâmites e licitações necessárias para utilização do recurso.

A ação 14UB é destinada à execução do Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos Regionais (PIL), anunciado em 20 de dezembro de 2012 pela Presidência da República. O referido Programa contempla na 1º fase 270 aeroportos regionais, com previsão inicial de investimentos de R\$ 7,3 bilhões. O fortalecimento e a ampliação da Aviação Regional tem como objetivo a melhoria da qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária para os usuários, ampliando a oferta de transporte aéreo à população brasileira e reconstruindo a rede de aviação regional. Além disso, a expansão da malha irá gerar integração do território nacional, desenvolvimento dos polos regionais, fortalecimento dos centros de turismo e garantia de acesso às comunidades da Amazônia Legal.

Após o anúncio do Programa, foi estruturado, durante o 1º semestre de 2013, o marco regulatório para viabilizar a execução dos investimentos nos aeroportos regionais, que culminou nos seguintes atos normativos: Medida Provisória nº 600, de 28 de dezembro de 2012, convertida na Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013, que regulamenta o Fundo Nacional de Aviação Civil; Portaria Interministerial MF/SAC nº 360, de 19 de junho de 2013, que estabelece a remuneração do Banco do Brasil S.A.; Contrato SAC/BB nº 11, de 20 de junho de 2013.

Após a assinatura do Contrato SAC/BB nº 11, em 20 de junho de 2013, e a estruturação do processo de execução, a SAC/PR autorizou ao Banco do Brasil, ao longo

do 2º semestre de 2013, a contratar os estudos (topografia, perfilamento a laser, meio ambiente), projetos e serviços de engenharia em campo (ensaios e sondagens de solo), com vistas a viabilizar a realização das obras e aquisição dos equipamentos para os 270 aeroportos regionais, totalizando 15 editais (licitações) com 25 Lotes. Ainda no âmbito do PIL foi desenvolvido pela equipe de engenharia e arquitetura da Infraero anteprojetos padrão de Terminais de Passageiros – TPS para os aeroportos regionais, com a possibilidade de ampliação modular do terminal. Estes anteprojetos possuem conceitos internacionais de processamento de passageiros, com a utilização eficiente das áreas do terminal para o conforto dos usuários. Além disso, permite a flexibilização no processamento dos passageiros, conforme o interesse do operador aeroportuário.

Em 2014, dos R\$ 546,4 milhões de dotação orçamentária, foram empenhados R\$ 143,8 milhões, os quais se referem aos estudos e projetos contratados no âmbito do PIL. Para o período em questão, os recursos foram direcionados para a elaboração de projetos de engenharia (estudos de viabilidade técnica, estudos preliminares, anteprojetos) e para os projetos complementares (topografia, sondagem, PBZPA, estudos ambientais) para os 270 aeroportos contemplados no PIL. Todos esses produtos já estão contratados e parte já entregue, sendo fundamentais para a entrega dos produtos finais, ou seja, a adequação dos aeroportos. Com relação à compra de equipamentos, construção e reforma, ainda não houve execução, uma vez que isso só poderá ocorrer após a conclusão dos projetos. Estima-se que a execução física das obras e a efetiva compra dos equipamentos ocorra a partir do segundo semestre de 2015.

A ação 211I – Elaboração de Diagnósticos sobre Aviação Civil destina-se ao Termo de Cooperação nº 04/2013, de 27 de novembro de 2013, celebrado entre a SAC/PR e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com vigência de 48 meses (até dezembro de 2017), cujo objeto é a realização de estudos e pesquisas visando ao apoio no diagnóstico e planejamento do sistema aeroportuário do país e na estruturação do planejamento da SAC/PR. Neste sentido, esse Termo tem previsão de duração plurianual, e, portanto, seus resultados somente serão integralmente concluídos no futuro.

A execução das atividades iniciou-se em janeiro do exercício de 2014 e está em plena execução pela UFSC, conforme se pode verificar pelo empenho de cerca de 85% (R\$ 9,9 milhões) da dotação final (R\$ 11,6 milhões) para o ano de 2014. Entretanto, o motivo pelo qual não houve liquidação de valor do orçamento do exercício de 2014 está relacionado ao atraso no cumprimento do cronograma de desembolso (financeiro) devido às restrições financeiras quanto aos montantes liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Embora tenha havido liquidação de valor de restos a pagar, a presente descrição apenas registrará as ações preparatórias e parciais realizadas no exercício de 2014, considerando que, pela metodologia proposta na Cooperação, somente após a finalização dos estudos/pesquisas/diagnósticos de cada fase (realizadas simultaneamente, porém com prazos de conclusão distintos), será possível considerar a "execução física realizada", com vistas ao atingimento da meta. Fase 1 – Padronização de Dados e Informação: modelagem de dados para suportar o desenvolvimento de sistema gerencial web, estruturação da coleta de dados de gestão aeroportuária e análise de dados recebidos de entidades externas. Fase 2 – Sistematização de Informações de Demanda por Serviços Aeroportuários: delimitação da área de influência de aeródromos (isócronas e delimitação da área), definição de metodologia para a regionalização dos aeroportos, agrupamento dos aeroportos em regiões aeroviárias e elaboração de versão preliminar do Relatório Regional piloto, abrangendo a região aeroviária composta pelos municípios de Pelotas, Rio Grande, Bagé e Santa Vitória do Palmar. Fase 3 – Análise de Capacidade e Avaliação e Elaboração de Planos de Zona de Proteção: desenvolvimento de proposta de Método de Cálculo de Capacidade de componentes dos aeroportos e elaboração de Plano Básico de Zoneamento de Ruído (PBZR) piloto para o aeroporto de Barreiras-BA. Fase 4 – Análise de Gestão

Aeroportuária: desenvolvimento de metodologia de categorização de aeroportos, aplicação de questionários online para aeroportos selecionados, envolvendo informações organizacionais, financeiras, operacionais e de nível de serviço, bem como análise e sistematização de informações adicionais coletadas em visitas técnicas. Fase 5 – Planejamento da Infraestrutura: elaboração de Planos Diretores para aeroportos que ainda não possuem e adequação daqueles existentes às obras futuras previstas para o aeródromo, seguindo escala de prioridades. Fase 6 – Implementação do Sistema de Gerenciamento de Informações de Aeroportos: evolução da versão preliminar do Módulo Gerencial via Web, contemplando, inclusive, parte da integração deste com o concentrador de dados, além da disponibilização de informações dos indicadores de desempenho operacional, e evolução da versão preliminar do Módulo de Acompanhamento de Investimentos em Aeroportos Regionais.

Devido ao PIL, torna-se necessária uma forte estrutura de planejamento e análise, com vistas a promover a ordenação e a racionalização dos investimentos públicos federais necessários à ampliação da capacidade aeroportuária e o atendimento aos requisitos de segurança expedidos pelos órgãos e entidades do sistema de aviação civil, que permita atender à crescente demanda gerada pelo crescimento da economia nacional, garantindo a observância dos princípios da eficiência e da economicidade que regem a administração pública.

No âmbito da ação 14UC, os valores liquidados em 2014 (cerca de 53% da dotação final) referem-se à execução pelo Comando da Aeronáutica – COMAER/MD de investimentos em infraestrutura aeroportuária de interesse federal com ações que tem como objeto a construção, reforma, ampliação e aparelhamento de aeródromos, instalações e serviços, de modo a proporcionar melhor apoio operacional e suporte eficiente às ações de emergência e de vigilância, tais como: apoio às atividades da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica - COMARA, apoio ao serviço de contraincêndio de aeródromo, garantia da vigilância e da segurança de aeródromos, garantia do atendimento às emergências aeronáuticas e garantia da condição operacional do aeródromos.

Os investimentos na região Norte que obtiveram seus resultados foram a manutenção do canteiro da obra da construção do aeródromo de Santa Rosa do Purus e aquisição de equipamento a ser utilizado nas obras da COMARA, sem ser possível definir um único aeroporto para o último caso. Apesar de todos os recursos previstos terem sido descentralizados, as metas são plurianuais e por estarem ainda em andamento com média de execução de 64% em 2014, continuarão ao longo de 2015 conforme novo cronograma de desembolso. A execução também está em andamento na Região Nordeste. Todo o crédito previsto para o exercício de 2014 foi descentralizado, e as obras estão sendo executadas conforme andamento das licitações. No que concerne à Região Sudeste, três aeródromos foram adequados, Pirassununga-SP, Afonsos-RJ e Lagoa Santa-MG. O aeródromo de Santa Cruz-RJ foi bastante prejudicado pela falta de recursos para o andamento da obra, ficando a mesma paralisada de abril de 2014 a julho de 2014. Destaca-se, também, a adequação do aeródromo de Anápolis na Região Centro-Oeste.

Os valores liquidados em 2014, cerca de 55% da dotação final, relativos à Ação 8785 (criada em 2014), referem-se à Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, especialmente à remuneração do agente financeiro (Banco do Brasil) contratado pela SAC/PR para a gestão do Programa de Investimento em Logística: Aeroportos.

Importa registrar que as ações 14UB – Aviação Regional, 211I – Elaboração de Diagnósticos sobre Aviação Civil e 8785 – Gestão e Coordenação do PAC fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a liberação de limite de empenho ficou condicionada à avaliação da Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP e da Secretaria do

Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC/MP, após sucessivas reuniões com a SAC/PR.

### **5.3 Informações sobre outros resultados da gestão**

As informações apresentadas nos demais itens são abrangentes e tratam de maneira praticamente exaustiva do que é realizado nesta secretaria, inclusive em relação aos resultados obtidos.

### **5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional**

Foram realizados trabalhos para publicação de Portaria que estabelece as normas regulamentares para definição das metas institucionais da SAC-PR, para fins de avaliação de desempenho institucional da Secretaria. A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desenvolvimento das competências da SAC-PR e de suas unidades no alcance dos objetivos e metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas das atividades desenvolvidas. A Secretaria a partir de 2015 poderá contar assim com metas institucionais e instrumentos que permitam a aferição dos resultados e do nível de alcance dessas metas.

### **5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços – Ver justificativa na Introdução.**

## 6.6 Suprimento de Fundos

### 6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

**Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos**

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
<b>2014</b>	<b>110590</b>	<b>SAC- PR</b>	-	-	<b>2</b>	<b>16.000,00</b>	<b>8.000,00</b>
<b>2013</b>	<b>110590</b>	<b>SAC- PR</b>	-	-	<b>3</b>	<b>24.000,00</b>	<b>8.000,00</b>
<b>2012</b>	<b>110590</b>	<b>SAC- PR</b>	-	-	<b>4</b>	<b>32.000,00</b>	<b>8.000,00</b>

Fonte: SIAFI

### 6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

**Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos**

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
<b>2014</b>	110590	SAC-PR	-	-	1	525,00	801,52	1.326,52
<b>2013</b>			-	-	3	1.185,00	3.824,18	5.009,18

Fonte: SIAFI

### 6.5.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

**Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência**

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
<b>110590</b>	<b>SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL</b>	33.90.30 – Material de Consumo	16 – Material de Expediente	22,00
			19 – Material de Acondicionamento e Embalagem	40,00
			21 – Material de Copa e Cozinha	87,80
			24 – Material p/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	107,72
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	449,00

		33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	95,00
			96 – Outros Serv. de Terceiros PJ-Pagto Antecipado	525,00

Fonte: SIAFI

Obs: subitem da despesa 96, no valor de R\$ 525,00, é referente a despesa com autenticação de documentos em cartório.

### 6.5.5 Análise Crítica

Em relação à Conta Tipo “B” de Suprimento de Fundos não há conteúdo a ser declarado no exercício para as UJ SAC/FNAC.

Para a UJ SAC (110590), as despesas realizadas por meio de Suprimentos de Fundos, durante o exercício de 2014, foram exclusivamente por meio da utilização do CPGF, não havendo utilização de Conta Tipo “B”. Todas as operações, bem como as respectivas prestações de contas, estão registradas no âmbito do Processo nº 00055.000851/2014-21 da Secretaria de Aviação Civil - SAC-PR, tendo sido devidamente aprovadas pelo Ordenador de Despesas.

As despesas foram previamente autorizadas pelas autoridades competentes, sendo as aquisições precedidas de pesquisa visando a obtenção do menor preço de mercado dos produtos e serviços adquiridos pela SAC-PR. Todas as mercadorias foram devidamente acompanhadas das respectivas notas fiscais, com estrita observância às recomendações constantes nos manuais do TCU quanto ao registro e controle de recebimento/utilização dos materiais pelas áreas demandantes.

Durante o exercício de 2014 as despesas seguiram as características determinadas na legislação, quais sejam:

- a) Os materiais são de natureza de consumo imediato não disponível no almoxarifado da SAC;
- b) Os materiais adquiridos não estão registrados em nenhum contrato licitatório vigente ou em andamento;
- c) Observado o baixo custo de aquisição, atendido o caráter de urgência na disponibilização dos materiais.

Comparativamente aos exercícios anteriores é perceptível a redução nos gastos com a rubrica, haja vista que o valor total das despesas foi de R\$ 1.326,52, tendo sido efetuadas apenas 8 operações no exercício de 2014.

2014		2013		2012		2011	
Qtd Operações	Valor						
8	1.326,52	25	5.009,18	9	1.594,39	4	1.281,84

### 6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ – ver justificativa na introdução

### 6.8 Gestão de Precatórios – ver justificativa na introdução

**6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 4/12/2013, ALTERADA PELA DN N.º 139, DE 24/09/2014**

**6.1 Execução das Despesas**

**6.1.1 Programação**

**Quadro A.6.1.1.1 – Programação de Despesas**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: SAC/PR			Código UO: 62101		UGO: 110590	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			10.557.770,00		23.861.372,00	
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares		750.000,00		1.065.000,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
<b>Outras Operações</b>						
Dotação final 2014 (A)			11.307.770,00		24.926.372,00	
Dotação final 2013 (B)			11.031.454,00		24.815.806,00	
Variação (A/B-1)*100			2,50		0,45	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			1.600.000,00			
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados		(1.000.000,00)				
<b>Outras Operações</b>						
Dotação final 2014 (A)			600.000,00			
Dotação final 2013 (B)			618.055,00			
Variação (A/B-1)*100			(2,92)			

Fonte: SIAFI Gerencial

**Quadro A.6.1.1.2 – Programação de Despesas**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: FNAC		Código UO: 62901		UGO: 110591	
----------------------------	--	------------------	--	-------------	--

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>				94.077.137,00	
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>			700.000,00	
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
<b>Créditos Cancelados</b>				700.000,00	
<b>Outras Operações</b>					
<b>Dotação final 2014 (A)</b>				94.077.137,00	
<b>Dotação final 2013 (B)</b>				76.425.899,00	
<b>Variação (A/B-1)*100</b>				23,10	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		688.279.863,00	1.963.081.597,00		446.834.123,00
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	23.539.223,00	1.044.100.200,00		
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	7.066.094,00	130.147.594,00	
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
<b>Créditos Cancelados</b>		(31.488.473,00)	(733.345.990,00)		
<b>Outras Operações</b>					
<b>Dotação final 2014 (A)</b>		687.396.707,00	2.403.983.401,00		446.834.123,00
<b>Dotação final 2013 (B)</b>		414.646.671,00	1.869.910.257,00		1.311.740.653,00
<b>Variação (A/B-1)*100</b>		65,78	28,56		(65,94)

Fonte: SIAFI Gerencial

### 6.1.1.1 Análise Crítica

Para a UO 62101 – Secretaria de Aviação Civil a dotação orçamentária destinou-se a despesas com pessoal, benefícios a servidores, capacitação de servidores, auxílio-

moradia, ajuda de custo e com manutenção administrativa, como, por exemplo, locação de imóvel, condomínio, IPTU, material de consumo, serviços de vigilância e recepcionista, manutenção e conservação de imóveis, transporte oficial, além das aquisições de passagens e pagamento de diárias para o Gabinete do Ministro e Secretaria Executiva. Além disso, foram destinados R\$ 5,0 milhões para gastos com Publicidade de Utilidade Pública (PUP), visando atender demanda de comunicação da SAC/PR para divulgação de informações de interesse público sobre a aviação civil.

As alterações orçamentárias ocorreram para suplementação das dotações dos benefícios relativos às Assistências Médica e Pré-Escolar e Auxílio Alimentação, totalizando R\$ 65,0 mil, de pessoal, no valor de R\$ 750,0 mil e para troca de grupo de natureza de despesa de investimento (GND 4) para custeio (GND 3), no valor de R\$ 1,0 milhão, visando atender aos gastos administrativos da SAC, como aluguel, condomínio, energia elétrica, serviços de limpeza e conservação, copeiragem, entre outros.

A redução do orçamento para 2014 no grupo de despesa GND 4 é justificada pela baixa demanda por investimentos, mantendo-se assim a dotação final do exercício no mesmo patamar do orçamento de 2013.

Para o FNAC (UO 62901) o orçamento alocado destina-se à ampliação da malha aeroviária, à adequação e ampliação da infraestrutura aeroportuária, à segurança operacional e contra atos de interferência ilícita, à capacitação de profissionais e a redução de impactos ambientais, dentre outros objetivos.

Conforme já citado anteriormente, em 20 de dezembro de 2012 foi anunciado pela Presidência da República o Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos-PIL, que prevê o fortalecimento e a ampliação da aviação regional com investimentos da ordem de R\$ 7,3 bilhões em 270 aeródromos/localidades do país, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária. Com fundamento no § 1º do art. 63-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a SAC-PR firmou contrato com o Banco do Brasil S/A, que tem prestado serviços ao Governo Federal para realização de investimentos em logística em aeroportos regionais, tendo sido publicada a Portaria Interministerial SAC/PR-MF nº 360/2013, que define a remuneração do Banco por essa prestação de serviços.

A variação do orçamento de 2014 comparado ao de 2013 em despesas correntes corresponde à referida remuneração do Banco do Brasil pela gestão dos recursos destinados à Aviação Regional, uma vez que em 2014 essas despesas ocorreram durante todo o ano e em 2013 apenas a partir do segundo semestre.

As alterações orçamentárias no grupo de despesa destinado a investimentos refere-se a remanejamentos entre subtítulos das ações relativas à Aviação de Interesse Regional (14UB) e de Interesse Federal (14UC). Ademais, a Aviação Regional teve o seu orçamento cancelado em R\$ 7,9 milhões destinado ao Aporte de Capital à Infraero para adequação da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos administrados pela estatal (ação 0E45), visando à aquisição de caminhões contraincêndio para atender demandas de aeroportos regionais, o que não comprometeu a programação do setor no exercício de 2014.

Importante registrar que a diferença da dotação final de 2014 comparada com a de 2013 no grupo de despesa GND 4 deve-se ao andamento do Plano de Investimentos em Logística: PIL Aeroportos, não tendo ocorrido em 2014 cancelamentos significativos do orçamento destinado ao programa como ocorrido no exercício de 2013.

Para o grupo de despesa GND 5 relativo a inversões financeiras de Aporte de Capital à Infraero para as obras de adequação da infraestrutura aeroportuária (ação 0E45) e para as Sociedades de Propósito Específico – SPE (ação 00MU), que compõem o

Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, registra-se o remanejamento de dotação orçamentária entre os subtítulos dessas ações, bem como a suplementação de seus respectivos orçamentos visando atender à programação do exercício, o que representou um incremento de dotação da ordem de R\$ 434,6 milhões. Também nesse grupo de despesa foi criada a nova ação orçamentária 0005 – Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Aquisição de Equipamentos e Modernização das Instalações Aeroportuárias aberta por meio da Lei nº 13.079, de 30 de dezembro de 2014, visando atender despesas com a aquisição de máquinas, equipamentos, utensílios e veículos para os aeroportos e também para a Sede e respectivas Superintendências Regionais da Infraero, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O crédito orçamentário da referida ação comporá o orçamento de 2015, tendo sido reaberto por meio do Decreto de 12 de fevereiro de 2015, no valor total de R\$ 6,26 milhões.

Importa mencionar que o detalhamento das referidas ações de aporte, discriminadas por aeroporto atendido, representou grande dificuldade para atendimento das demandas, exigindo solicitação de crédito especial para aeroportos administrados pela Infraero que não estavam contemplados na programação orçamentária de 2014 do Fundo Nacional de Aviação Civil (UO 62901). O referido pedido foi encaminhado desde a 1ª etapa de solicitação de alterações orçamentárias estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP, em maio de 2014, tendo sido atendido em dezembro de 2014, por meio da Lei nº 13.079, de 30 de dezembro de 2014, citada anteriormente.

Apesar de a limitação de empenho imposta a esta Secretaria não ter sido prejudicial ao desempenho das atividades, destacam-se as sucessivas negociações para solicitação de alterações orçamentárias e respectivo aumento de limite do PAC, junto à Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP, Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST/MP e Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC/MP.

Ademais, o cenário econômico restritivo também dificultou a liberação financeira por parte da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, o que justifica o alto volume inscrito em restos a pagar para essas ações de aporte (GND 5), no valor total de R\$ 572,78 milhões, sendo R\$ 355,61 milhões para o aporte – obras e R\$ 217,16 milhões para o aporte – SPE.

## 6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

### Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

<b>Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas</b>						
<b>Origem da Movimentação</b>	<b>UG</b>		<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas Correntes</b>		
	<b>Concedente</b>	<b>Recebedora</b>		<b>1 – Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>
<b>Concedidos</b>						
<b>Recebidos</b>						
<b>Origem da</b>	<b>UG</b>		<b>Classificação da</b>	<b>Despesas de Capital</b>		

Movimentação	Concedente	Recebedora	ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
<b>Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	110590	113214	62101.26.122.2101.2000			545.016,99
	110591	110590	62901.26.122.2101.210F			3.023.917,93
	110591	110590	62901.26.128.2017.20SW			2.170.364,80
	110591	110590	62901.26.122.2017.8785			39.995.500,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	110591	110590	62901.28.846.0909.0E45		26.064,34	
	110591	110590	62901.26.781.2017.14UB	143.807.200,02		
Recebidos						

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Quadro A.6.1.2.2.1 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa – UJ SAC

Valores em R\$ 1,00

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	110590	110001	62101.26.122.2101.2000			303.436,06
	110590	110001	62101.26.301.2101.2004			12.382,80
	110590	110322	62101.26.122.2101.2000			15.444,67
	110590	240017	62101.26.122.2101.2000			517,51
	110590	560010	62101.26.131.2101.46			5.000.000,0

			41			0
<b>Recebidos</b>						
<b>Origem da Movimentação</b>	<b>UG</b>		<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas de Capital</b>		
	<b>Concedente</b>	<b>Recebedor</b>		<b>4 – Investimentos</b>	<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>6 – Amortização da Dívida</b>
<b>Concedidos</b>						
<b>Recebidos</b>						

Fonte: SIAFI Gerencial

### Quadro A.6.1.2.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa – UJ FNAC

Valores em R\$ 1,00

<b>Origem da Movimentação</b>	<b>UG</b>		<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas Correntes</b>		
	<b>Concedente</b>	<b>Recebedor</b>		<b>1 – Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>
<b>Concedidos</b>	110591	153163	62901.26.781.2017.211 I			9.974.202,00
	110591	120002	62901.26.128.2017.20S W			4.060.391,27
	110591	110407	62901.26.781.2017.14 UC			7.500.000,00
	110591	110407	62901.26.122.2017.878 5			927.123,85
<b>Recebidos</b>						
<b>Origem da Movimentação</b>	<b>UG</b>		<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas de Capital</b>		
	<b>Concedente</b>	<b>Recebedor</b>		<b>4 – Investimentos</b>	<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>6 – Amortização da Dívida</b>
<b>Concedidos</b>	110591	120002	62901.26.128.2017.20S W	3.950.000,00		
	110591	110407	62901.26.781.2017.14 UC	128.034.306,07		
	110591	110407	62901.26.122.2017.878 5	1.019.409,58		
<b>Recebidos</b>						

Fonte: SIAFI Gerencial

### 6.1.3 Realização da Despesa

#### 6.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

##### Quadro A.6.1.3.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total R\$ 1,00

<b>Unidade Orçamentária: SAC-PR</b>	<b>Código UO: 62101</b>		<b>UGO: 110590</b>	
<b>Modalidade de Contratação</b>	<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa paga</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>

<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>15.314.529,74</b>	<b>5.443.111,34</b>	<b>15.303.683,24</b>	<b>5.439.930,27</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	8.686.148,90	911.126,74	8.686.148,90	911.126,74
d) Pregão	6.628.380,84	4.531.984,60	6.617.534,34	4.528.803,53
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>6.378.742,51</b>	<b>5.850.538,65</b>	<b>6.378.742,51</b>	<b>5.850.538,65</b>
h) Dispensa	5.509.477,37	5.187.330,48	5.509.477,37	5.187.330,48
i) Inexigibilidade	869.265,14	663.208,17	869.265,14	663.208,17
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>1.326,52</b>	<b>5.009,18</b>	<b>1.326,52</b>	<b>5.009,18</b>
j) Suprimento de Fundos	1.326,52	5.009,18	1.326,52	5.009,18
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>11.169.236,09</b>	<b>9.168.597,07</b>	<b>11.169.236,09</b>	<b>9.099.884,73</b>
k) Pagamento em Folha	11.048.064,08	8.976.528,48	11.048.064,08	8.907.816,14
l) Diárias	121.172,01	192.068,59	121.172,01	192.068,59
<b>5. Outros</b>	<b>342.139,49</b>	<b>476.819,83</b>	<b>342.139,49</b>	<b>476.819,83</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>33.205.974,35</b>	<b>20.944.076,07</b>	<b>33.195.127,85</b>	<b>20.872.182,66</b>

Fonte: SIAFI Gerencial (pagamento de pessoal inclui benefícios)

#### Quadro A.6.1.3.1.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total R\$ 1,00

<b>Unidade Orçamentária: FNAC</b>	<b>Código UO: 62901</b>		<b>UGO: 110591</b>	
<b>Modalidade de Contratação</b>	<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa paga</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>172.756.398,75</b>	<b>76.032.221,89</b>	<b>165.896.317,30</b>	<b>62.146.308,24</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços	508.869,00	266.137,88	498.198,59	266.137,88
c) Concorrência	47.092.856,68	61.051.609,81	44.441.055,43	49.512.265,38
d) Pregão	18.551.028,56	14.714.474,20	14.353.418,77	12.367.904,98
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	106.603.644,51		106.603.644,51	
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>3.325.972,44</b>	<b>2.893.294,20</b>	<b>3.274.177,55</b>	<b>2.876.275,97</b>

h) Dispensa	2.076.832,35	2.372.017,71	2.068.128,36	2.354.999,48
i) Inexigibilidade	1.249.140,09	521.276,49	1.206.049,19	521.276,49
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>78.665,00</b>	<b>585.286,05</b>	<b>78.665,00</b>	<b>585.286,05</b>
j) Suprimento de Fundos	78.665,00	585.286,05	78.665,00	585.286,05
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>1.137.868,22</b>	<b>653.082,14</b>	<b>1.107.857,63</b>	<b>653.047,54</b>
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	1.137.868,22	653.082,14	1.107.857,63	653.047,54
<b>5. Outros</b>	<b>1.245.806.598,23</b>	<b>1.412.136.054,28</b>	<b>1.245.217.722,89</b>	<b>1.412.136.054,28</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.423.105.502,64</b>	<b>1.492.299.938,56</b>	<b>1.415.574.740,37</b>	<b>1.478.396.972,08</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

**6.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ – Ver justificativa na Introdução.**



65-Constituição ou Aumento de Capital de Empresas								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

**Quadro A.6.1.3.3.2 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total**

R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: FNAC		Código UO: 62901				UGO: 110591			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
<b>1. Despesas de Pessoal</b>									
Demais elementos do grupo									
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>									
Demais elementos do grupo									
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>									
39-Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Jurídica	58.368.597,94	24.127.363,54	29.449.582,06	3.752.327,33	28.919.015,88	20.375.036,21	28.412.997,21	3.752.327,33	
30-Material de Consumo	6.012.926,71	4.682.335,45	3.104.608,96	2.297.486,82	2.908.317,75	2.384.848,63	2.250.373,84	2.277.610,97	
33-Passagens e Despesas com Locomoção	1.889.826,87	700.913,76	1.167.235,48	547.001,44	722.591,39	153.912,32	1.120.288,93	525.501,35	
Demais elementos do grupo	1.356.544,32	960.425,89	1.299.093,73	658.644,34	57.450,59	301.781,55	1.269.083,14	658.609,74	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
<b>4. Investimentos</b>									
51-Obras e Instalações	150.358.955,43	266.577.068,80	83.297.538,87	65.945.560,30	67.061.416,56	200.631.508,50	80.044.080,56	54.406.215,87	
52-Equipamentos e Material Permanente	99.513.091,12	14.396.244,30	4.723.562,2	645.133,17	94.789.528,92	13.751.111,13	3.803.783,23	610.609,21	
04-Contratação por Tempo Determinado	20.111.796,79	12.383.176,95	11.774.278,56	7.578.310,28	8.337.518,23	4.804.866,67	11.185.403,22	7.578.310,28	

Demais elementos do grupo	6.780.455,33	13.301.622,88	4.957.329,31	8.617.730,88	1.823.126,02	4.683.892,00	4.156.456,77	6.330.043,33
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
65-Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	1.856.107.651,73	1.869.910.256,00	1.283.332.273,47	1.402.257.744,00	572.775.378,26	467.652.512,00	1.283.332.273,47	1.402.257.744,00
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

**6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ – Ver justificativa na Introdução.**

**6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação**

**Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação da UJ agregadora SAC**

R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>		<b>737.618,84</b>		<b>737.618,84</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão		737.618,84		737.618,84
e) Concurso				
f) Consulta				
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>				
g) Dispensa				
h) Inexigibilidade				
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				
i) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
<b>5. Outros</b>		<b>2,75</b>		<b>2,75</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>		<b>737.621,59</b>		<b>737.621,59</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

## 6.1.3.6 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

## Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação da UJ agregadora SAC

R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
Demais elementos do grupo								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
33-Passagens e Despesas com Locomoção		800.000,00		503.464,01		296.535,99		503.464,01
37-Locação de Mão-de-obra		234.154,83		234.154,83				234.154,83
08-Outros Benef. Assist. do Servidor e do Militar		2,75		2,75				2,75
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>4 – Investimentos</b>								
Demais elementos do grupo								
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

### 6.1.3.7 Análise crítica da Realização da Despesa

Em relação ao Quadro A.6.1.3.1.1, as alterações significativas na realização das despesas da UG 110590 justificam-se pelas situações abaixo:

**Modalidade Concorrência** – liquidação de R\$ 8.686.148,90, sendo R\$ 3.686.148,90, correspondente ao pagamento das despesas do Contrato nº 02/2014 referente aos serviços técnicos de apoio à assessoria de comunicação e R\$ 5.000.000,00 correspondente ao pagamento das despesas do Termo de Cooperação nº 01/2014 firmado entre a Secretaria de Aviação Civil e o Ministério das Cidades, cujo objeto é a publicidade de divulgação da “Campanha de Aviação Civil de 2014”.

**Modalidade Pregão** – do valor total de R\$ 6.628.380,84 de despesas liquidadas, R\$ 5.591.242,49 correspondem a pagamentos dos contratos de prestação de serviços, conforme especificação abaixo:

Serviços de Vigilância – Contrato nº 12/2013 no montante de R\$ 567.813,77;

Serviços de Transportes – Contrato nº 14/2013 no montante de R\$ 775.937,13;

Serviços de Apoio Administrativo – Contrato nº 08/2013 no montante de R\$ 2.033.271,51 e Contrato nº 07/2014 no montante de R\$ 1.815.185,44, totalizando R\$ 3.848.456,95;

Serviços de Copeiragem- Contrato nº 15/2013 no montante de R\$ 399.034,64.

**Modalidade Dispensa** - do total de R\$ 5.509.477,37 liquidados em 2014, R\$ 5.243.654,77 correspondem às despesas de locação do imóvel sede da Secretaria de Aviação Civil, referente ao Contrato nº 05/SAC-PR/2012, sendo o custo do aluguel responsável pela concentração dos gastos na referida modalidade.

**Modalidade Inexigibilidade** – do valor total de R\$ 869.265,14 de despesas liquidadas no exercício de 2014, destaca-se o montante de R\$ 647.497,79, relativo ao pagamento das despesas ordinárias condominiais da sede da Secretaria de Aviação Civil, Contrato nº 07/SAC-PR/2012.

Relativamente ao **Quadro A.6.1.3.3.1**, as realizações mais significativas nas despesas da UG 110590 ocorreram conforme especificado abaixo:

**Despesas de Pessoal** – aumento nas despesas de pessoal decorrente do aumento de pessoal requisitado de outros órgãos;

**Outras Despesas Correntes** – aumento significativo na liquidação da despesa nos elementos: 39- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 5.000.000,00, referentes ao Termo de Cooperação nº 01/2014-SAC/Ministério das Cidades cujo objeto é Publicidade de Utilidade Pública; 37- Locação de Mão-de-Obra, no valor de R\$ 3.848.456,95, referentes aos Serviços de Apoio Administrativo (Contratos nº 08/2013 e 07/2014); 35- Serviços de Consultoria, no valor de R\$ 3.686.148,90, referentes ao Contrato nº 02/2014, cujo objeto é a prestação de Serviços de Assessoria de Comunicação.

Referente à execução orçamentária da UG FNAC (110591), os gastos foram decorrentes das contratações efetuadas pelo COMAER, em função das descentralizações externas realizadas pela SAC-PR, e para execução do “Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos” que contempla o fortalecimento e a ampliação da aviação regional/estadual com investimentos em 270 aeródromos/localidades. Para o próximo exercício, espera-se um significativo incremento da execução orçamentária dos investimentos nos aeroportos regionais, tendo em vista que no exercício de 2014 continuaram sendo elaborados estudos e projetos que servirão de base para a execução dos investimentos em obras e serviços no ano de 2015.

## 6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

### Estrutura de Informação:

A campanha teve como objetivo destacar as mudanças e as melhorias ocorridas nos principais aeroportos, visando mais conforto e humanização dos terminais brasileiros. Com as obras para melhorias e modernização da infraestrutura aeroportuária, o país entrou em um novo patamar no que tange à aviação civil, deixando claro, acima de tudo, que as obras não foram feitas para a Copa do Mundo de 2014. Dois dos aeroportos concedidos à iniciativa privada – Confins (BH) e Galeão (RJ), estão com obras a pleno vapor. Os jogos foram apenas o gatilho para investimentos que eram extremamente necessários para o Brasil devido ao crescimento do setor aéreo.

Nos últimos anos houve um crescimento acentuado da demanda pelos serviços dos aeroportos no país. A média mundial de crescimento no movimento de passageiros foi de 40%, de 2003 a 2010. No Brasil, o aumento foi de 118%, no mesmo período. Entre 2009 e 2010, a variação foi de 6,6% no mundo e de 21,3% no Brasil. Esse aumento faz com que houvesse uma necessidade crescente de investimentos para a modernização, a manutenção da qualidade no atendimento nos aeroportos e para a adoção de padrões internacionais de operação.

De janeiro de 2011 a junho de 2014 foram investidos R\$ 11,3 bilhões nos principais aeroportos do país. Tais investimentos garantiram um salto na capacidade de nossos aeroportos: ela passou de 215 milhões para 285 milhões de passageiros por ano. Isso significa que 70 milhões de passageiros a mais podem circular anualmente em nossos aeroportos. Isso foi possível porque, além de ampliarmos em 400 mil/m<sup>2</sup> os terminais de passageiros – passando de 1,1 milhão/m<sup>2</sup> para 1,5 milhão/m<sup>2</sup>, foram criadas 290 vagas de estacionamento para aeronaves comerciais, com a construção de 1,4 milhão/m<sup>2</sup> de pátio, recuperadas 12 pistas e construídas 65 novas pontes de embarque. Além disso, foram criadas também 11 vagas de estacionamento para carros particulares: um crescimento de 35%, se comparado a janeiro de 2011.

O legado foi construído, mas os investimentos não param por aqui. Atualmente existem 715 aeroportos públicos no Brasil, desses, 48 atendem capitais, o restante estão localizados nas cidades e nos municípios brasileiros, a grande maioria com estruturas precárias. Para solucionar esse gargalo ao desenvolvimento nacional e democratizar o transporte aéreo no país, o governo federal lançou, em 2012, o Programa de Aviação Regional. Seu objetivo é dotar o Brasil de uma rede de aeroportos regionais operando a preços competitivos, de forma a garantir que 96% da população brasileira esteja a 100 quilômetros ou menos de um aeroporto com condições de operar voos regulares.

**Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade**

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal			
Mercadológica			
Utilidade pública	2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00

### 6.3 Reconhecimento de Passivos - ver justificativa na introdução

### 6.4 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

**Quadro A.6.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores da UJ agregadora SAC**

Valores em R\$  
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	71.893,41	71.893,41		0,00
2012				
2011				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	13.022.044,28	11.197.818,96	-862.598,52	961.626,80
2012	499.731,24	74.464,00	-425.267,24	0,00
2011				

Fonte: SIAFI Gerencial

**Quadro A.6.4.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores da UJ agregada FNAC**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	13.902.966,48	13.896.557,22	-6.409,26	0,00
2012	23.878,30	23.878,30		0,00
2011	160,00		-160,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	714.873.196,34	647.675.779,68	-431.626,34	66.765.790,32
2012	219.646.619,56	47.680.969,11	-102.112.670,19	69.852.980,26
2011	47.732.193,53	1.203.711,15	-12.184.495,62	34.343.986,76

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 6.4.1 Análise Crítica

Do montante inscrito em restos a pagar na UG 110590, no valor total de R\$ 13,02 milhões, 86% foram pagos no exercício de 2014, destacando-se o pagamento relativo ao Termo de Cooperação nº 05/2013 com o Ministério das Cidades para Publicidade de Utilidade Pública, no valor de R\$ 9,4 milhões. O saldo a pagar de R\$ 961,6 mil de 2014 é composto principalmente: R\$ 579,9 mil do Termo de Cooperação nº 05/2013 com o Ministério das Cidades da empresa PROPEG Comunicação S/A, R\$ 53,4 mil do contrato com a SERMATEC Assistência Técnica LTDA, R\$ 209,2 mil referente a pessoal requisitado e R\$ 68,0 mil relativos ao termo de cooperação com ANAC da empresa TECNICAL Engenharia LTDA. Ressalta-se que o pagamento dos restos a pagar não impactou a gestão financeira da UJ SAC no exercício de referência.

Na UJ FNAC (UG 110591), os restos a pagar de 2011 e 2012, referem-se a convênios de obras que ainda estão em execução ou estão atrasados aguardando definição do “Programa de Investimento em Logística: Aeroportos” para serem realizados ou cancelados, e a convênios para aquisição de Carros de Combate a Incêndio que estão programados para serem executados (liquidados) ou cancelados no início de 2015, inclusive tendo sido parte deles já cancelados em janeiro de 2015.

Já o saldo a pagar de 2013, refere-se aos contratos relativos a projetos e estudos do “Programa de Investimento em Logística: Aeroportos” que não foram encerrados e ainda estão em andamento.

## 6.5 Transferências de Recursos

### 6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

#### Quadro A.6.5.1.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Aviação Civil - SAC-PR									
CNPJ: 13.564.476/0001-05					UG/GESTÃO: 110590/0001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	674893	113214	1.860.516,22	-	301.954,43	1.363.499,04	17/04/2013	16/04/2015	1
3	675939	180002	1.200.000,00	-	288.873,26	1.200.000,00	09/05/2013	31/12/2013	1
3	677368	560010	10.000.000,00	-	9.420.024,11	9.420.024,11	13/12/2013	12/12/2014	1
3	679687	560010	5.000.000,00	-	5.000.000,00	5.000.000,00	02/06/2014	30/06/2014	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
<b>Fonte: SIAFI</b>									

**Quadro A.6.5.1.2 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

 Posição em  
31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: <b>Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC</b>									
CNPJ: <b>13.618.708/0001-52</b>				UG/GESTÃO: <b>110591 / 00001</b>					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
¼	776611	13.937.032/0001-60	3.600.000,00	180.000,00	3.020.715,00	3.020.715,00	26/12/12	26/06/14	1
¼	776792	01.409.580/0001-38	1.092.220,00	54.611,00	0,00	0,00	26/12/12	26/06/14	1
¼	777028	03.507.415/0001-44	5.400.000,00	270.000,00	4.531.072,50	4.531.072,50	28/12/12	28/06/14	1
¼	776793	15.412.257/0001-28	2.682.070,00	134.103,50	2.547.966,50	2.547.966,50	26/12/12	23/12/14	1
¼	777025	18.715.615/0001-60	9.733.120,00	973.312,00	8.759.808,00	8.759.808,00	28/12/12	28/06/15	1
¼	776815	76.416.940/0001-28	4.769.700,00	476.970,00	0,00	0,00	27/12/12	27/06/14	6
¼	776608	10.571.982/0001-25	1.800.000,00	90.000,00	1.510.358,00	1.510.358,00	26/12/12	25/08/14	1
¼	777068	42.498.600/0001-71	1.092.220,00	109.222,00	982.998,00	982.998,00	28/12/12	28/06/14	1
¼	776807	87.934.675/0001-96	5.364.240,00	536.424,00	0,00	0,00	26/12/12	26/06/15	1
¼	776850	00.394.585/0001-71	4.271.920,00	213.596,00	4.058.324,00	4.058.324,00	31/12/12	28/12/14	1
¼	776837	82.951.229/0001-76	3.774.340,00	377.434,00	0,00	0,00	26/12/12	26/07/15	1
¼	777036	46.379.400/0001-50	9.041.720,00	904.172,00	0,00	0,00	28/12/12	28/06/15	1
¼	777020	01.786.029/0001-03	2.682.070,00	134.103,50	2.547.966,50	2.547.966,50	26/12/12	31/03/15	1
¼	777980	13.937.032/0001-60	49.277.956,34	14.783.386,90	0,00	0,00	28/12/12	01/07/16	1

¼	775634	10.571.982/0001-25	14.829.718,49	1.489.332,58	5.628.679,68	5.628.679,68	28/12/12	29/09/15	1
¼	775637	00.394.585/0001-71	10.325.560,21	1.032.556,02	0,00	0,00	31/12/12	03/01/14	6
1	777179	08.761.124/0001-00	1.169.994,05	116.999,41	0,00	0,00	28/12/12	28/12/15	1
¼	769301	13.937.032/0001-60	53.070.407,02	5.307.040,70	11.093.758,75	11.093.758,75	26/12/12	21/06/16	1
¼	780458	46.379.400/0001-50	41.706.679,31	16.682.671,72	0,00	0,00	28/12/12	27/10/16	1
¼	780459	46.379.400/0001-50	34.518.823,49	13.807.529,40	0,00	0,00	28/12/12	27/10/16	1
¼	780460	46.379.400/0001-50	11.643.454,58	4.657.381,83	0,00	0,00	28/12/12	27/10/16	1
¼	780461	46.379.400/0001-50	18.727.984,11	7.491.193,64	0,00	0,00	28/12/12	27/10/16	1
1	763876	12.200.176/0001-76	4.613.985,22	692.097,78	0,00	0,00	18/01/12	17/01/16	1
¼	761884	01.171.481/0001-60	5.923.462,02	888.519,31	0,00	0,00	18/01/12	19/01/14	6
¼	761587	07.954.480/0001-79	577.120,34	143.790,34	0,00	0,00	18/01/12	17/02/14	6
¼	761964	27.142.033/0001-22	27.052.372,62	10.820.949,05	0,00	0,00	18/01/12	13/03/16	1
¼	763219	18.715.581/0001-03	1.470.389,80	441.116,94	0,00	0,00	18/01/12	13/04/16	1
¼	761815	18.715.581/0001-03	3.000.000,00	900.000,00	0,00	0,00	18/01/12	16/07/16	1
¼	763258	42.498.667/0001-06	10.562.219,83	3.168.665,95	0,00	0,00	18/01/12	21/03/15	1
¼	761783	42.498.667/0001-06	8.017.500,37	2.405.250,11	0,00	0,00	18/01/12	09/03/15	1
¼	763250	42.498.667/0001-06	2.532.554,77	759.766,43	0,00	0,00	18/01/12	21/03/15	1
¼	761588	15.412.257/0001-28	4.172.465,22	625.869,78	0,00	0,00	18/01/12	13/07/14	6
¼	762960	76.416.940/0001-28	5.054.165,68	1.516.249,70	271.050,56	271.050,56	18/01/12	18/11/15	1
¼	762961	76.416.940/0001-28	14.136.676,89	4.241.003,07	0,00	0,00	18/01/12	18/12/14	6
¼	759533	08.838.143/0001-89	2.300.525,12	690.157,54	0,00	0,00	18/01/12	23/10/14	6
¼	761585	08.838.143/0001-89	781.537,09	234.461,13	0,00	0,00	18/01/12	22/11/14	6

1/4	761586	08.838.143/0001-89	5.135.838,26	1.540.751,48	932.660,59	932.660,59	18/01/12	28/06/15	1
1	762963	82.951.344/0001-40	1.000.000,00	300.000,00	0,00	0,00	18/01/12	19/01/14	6
1/4	763213	82.951.344/0001-40	1.875.142,46	562.542,74	0,00	0,00	18/01/12	29/01/15	1
1	762966	82.951.344/0001-40	702.813,13	210.843,94	0,00	0,00	18/01/12	19/01/13	6
3	674045	110407		-	135.395.723,76	392.405.188,44	03/09/2012	31/12/2015	1
3	675966	110407		-	1.063.471,48	12.319.250,62	30/11/2011	31/12/2014	1
3	675190	120002	16.096.215,78	-	6.450.879,45	10.950.959,85	12/07/2013	14/12/2014	1
3	677253	153163	35.792.800,00	-	7.587.205,00	7.587.205,00	27/11/2013	27/11/2017	1

**LEGENDA**

<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

**Fonte: Siafi**

**Obs: Os convênios que apresentam modalidade (1/4) foram incluídos no Decreto nº 8.022, de 31 de maio de 2013, que discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.**

## 6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

**Quadro A.6.5.2.1 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Secretaria de Aviação Civil - SAC-PR					
<b>CNPJ:</b>	13.564.476/0001-05					
<b>UG/GESTÃO:</b>	110590/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1	3		15.010.851,80	1.972.671,35	161.079,24
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>3</b>		<b>15.010.851,80</b>	<b>1.972.671,35</b>	<b>161.079,24</b>

Fonte: SIAFI

**Quadro A.6.5.2.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ FNAC nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC					
<b>CNPJ:</b>	13.618.708/0001-52					
<b>UG/GESTÃO:</b>	110591/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio			22	45.885.358,08		
Contrato de Repasse				-		
Termo de Cooperação		2	1	150.497.279,69	135.676.731,42	127.318.750,12
Termo de Compromisso				-		
<b>Totais</b>		<b>2</b>	<b>23</b>	<b>196.382.637,77</b>	<b>135.676.731,42</b>	<b>127.318.750,12</b>

Fonte: SIAFI

### 6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

#### Quadro A.6.5.3.1 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Secretaria de Aviação Civil - SAC-PR				
CNPJ: 13.564.476/0001-05		UG/GESTÃO: 110590/0001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
2014	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2013	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2012	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		

Fonte: SIAFI

#### Quadro A.6.5.3.2 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC				
CNPJ: 13.618.708/0001-52		UG/GESTÃO: 110591/0001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2013	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
2012	Contas Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	22	
		Montante Repassado	-	
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	18	
		Montante Repassado	-	

Fonte: SIAFI

#### 6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse – Ver justificativa na Introdução.

#### 6.5.5 Análise Crítica

Na UG 110590 (Secretaria de Aviação Civil – SAC/PR) apenas o Termo de Cooperação 674893 firmado com a Agência Nacional de Aviação Civil encontra-se vigente, e refere-se a parceria estabelecida com aquela Agência para a disponibilização de serviços pela ANAC para apoio à estruturação administrativa da SAC/PR.

O Termo de Cooperação 675939 estabeleceu parceria com o Ministério do Esporte para a execução de ações de comunicação social, cuja vigência expirou em 31/12/2013. Em razão de

obrigações contraídas por aquele Ministério ainda durante a vigência do referido Termo, em 2014 ainda foram efetuadas transferências de limite financeiro para atender tais demandas.

O Termo de Cooperação 677368, firmado com o Ministério das Cidades no final do exercício de 2013, compreende ações de Publicidade de Utilidade Pública com enfoque na questão do modal aéreo e sua integração com os diferentes modais de mobilidade urbana, tendo sido descentralizados R\$ 10,0 milhões em 2013 e transferidos no exercício de 2014 R\$ 9.420.024,11. Sua vigência expirou em 12/12/2014, restando ainda um saldo financeiro de R\$ 579.975,89 a transferir. O Termo de Cooperação 679687 celebrado com o Ministério das Cidades, também envolve campanha publicitária de utilidade pública, com foco em especial na massificação do entendimento, pelos cidadãos, da reforma do modal aéreo e a sua interação com as diversas intervenções de acesso urbano, além de prestar contas dos recursos arrecadados com as concessões de aeroportos e quais os benefícios esperados para a população em geral, em decorrência desses investimentos.

Na UG 110591 (Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC), no exercício de 2014, não houve celebração de convênios no âmbito do PROFAA, em virtude do lançamento, pela Presidência da República, do Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos (Regionais), em 20 de dezembro de 2012. Dessa forma, foi dado andamento aos convênios celebrados em 2011 e 2012.

Já os Termos de Cooperação 674045, 675190, 675966 são parcerias estabelecidas com o Comando da Aeronáutica (COMAER/MD). No Termo 674045 são realizados repasses para execução do Plano de Investimentos do COMAER em infraestrutura aeroportuária de interesse federal, com ações que objetivam construções, reformas, ampliações e aparelhamentos dos aeródromos de potencial interesse para a aviação civil, de modo a proporcionar melhor apoio operacional e suporte eficiente às ações de emergência e de vigilância, dentre outras. O Termo 675190 é parceria com o COMAER para capacitação e treinamento de bombeiros de aeródromos regionais brasileiros operados pela Infraero. Já o Termo 675966 objetiva a realização, pelo COMAER, de fiscalizações e acompanhamento dos convênios celebrados pela SAC-PR, via Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, bem como a análise e aprovação dos projetos básicos e executivos referentes às obras desses convênios. Essa parceria decorre da necessidade de fiscalização da execução física dos convênios firmados, uma vez que a SAC não possui mão-de-obra em número suficiente para essa missão.

O FNAC mantém ainda o Termo de Cooperação 677253 com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), objetivando a realização de estudos e pesquisas para apoio ao planejamento do setor aeroportuário nacional, bem como à estruturação do planejamento da SAC-PR.

Importa registrar que os instrumentos celebrados na UG 110591 (FNAC) são custeados com recursos diretamente arrecadados pelo Fundo, provenientes do Adicional de Tarifa Aeroportuária – ATAERO e de parcela da Tarifa de Embarque Internacional (TEI).

Cabe mencionar que a SAC-PR continua enfrentando dificuldades quanto à gestão junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF para a liberação dos recursos financeiros, que se encontram aplicados no FNAC, mas que, para a sua utilização, prescindem de alteração de vinculação de pagamento pela STN. Os eventuais atrasos de transferência financeira prejudicam especialmente o andamento das obras em curso no Termo de Cooperação 674045 (Plano de Investimento do COMAER).

Quanto aos controles internos, a celebração dos convênios é pautada pela elaboração prévia de Parecer Técnico padronizado, que aborda os elementos abaixo relacionados, de forma a diminuir a probabilidade ou efeito dos riscos:

- Introdução;
- Proposta de celebração de instrumento de convênio;

- Visita Técnica ao local da obra;
- Projeto Básico de Engenharia;
- Plano de Trabalho;
- Licenciamento Ambiental;
- Propriedade do Imóvel;
- Cláusula Condicionante, quando for o caso;
- Forma de acompanhamento e fiscalização;
- Capacidade Administrativa e Técnica do Conveniente;
- Enquadramento do Programa e da Ação Orçamentária;
- Enquadramento Orçamentário;
- Plurianualidade, quando for o caso;
- Regularidade Fiscal;
- Check List de exigências para celebração de convênios.

Além do mencionado Parecer Técnico, há a manifestação da área orçamentária e financeira quanto aos aspectos de natureza orçamentária, além da emissão de parecer jurídico quanto às exigências formais e legais, em cumprimento à legislação.

O acompanhamento/fiscalização da execução dos convênios ocorre de forma presencial, isto é, por meio de visitas in loco, tal como determina o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 6.170/2007 e as Cláusulas dos Termos de Convênio.

Em relação aos convênios de obras, a SAC-PR possui apoio técnico do Comando da Aeronáutica – COMAER, por meio dos seus Comandos Aéreos Regionais – COMARs, para as atividades de análise/aprovação de projetos, bem como acompanhamento/fiscalização da execução física dos objetos conveniados, de acordo com o Termo de Cooperação nº 001/2011, de 30 de novembro de 2011.

Além do acompanhamento/fiscalização por parte do COMAER, a metodologia de acompanhamento e supervisão contempla no mínimo a realização de visita técnica por representante(s) da SAC-PR, previamente à liberação das parcelas previstas no cronograma de desembolso, com o objetivo de avaliar a execução físico-financeira do objeto conveniado.

Por ocasião dessa visita técnica, elabora-se relatório de acompanhamento de obra (padronizado), que serve de parâmetro para o desenvolvimento dos trabalhos de acompanhamento da execução das obras pela SAC-PR.

Quanto aos convênios de aquisição de Carro Contraincêndio de Aeródromo – CCI, a Portaria nº 122, de 27 de setembro de 2012, alterada posteriormente pela Portaria nº 149, de 27 de agosto de 2013, institui Equipe de Apoio Técnico com a incumbência de participar em todas as atividades presentes nas fases de elaboração do projeto de contratação, de licitação e de recebimento dos veículos.

A liberação de recursos pela SAC-PR somente é efetuada após a visita técnica realizada por representante(s) da SAC-PR e, nos casos de convênios de obras, após o encaminhamento do relatório de fiscalização dos COMARs aprovando a execução dos serviços medidos.

Por fim, salienta-se que todos os Termos de Cooperação celebrados no âmbito do FNAC estão vigentes, de forma que a prestação de contas não é exigível neste momento.

Relativamente aos Convênios, alguns deles (aquisição de Carros Contraincêndio) já foram executados e se encontram em prestação de contas. Deve ser ressaltado que os Estados apresentam muita dificuldade na prestação das informações que permitam a análise das contas e conseqüentemente sua aprovação por parte da SAC-PR. Dessa forma, as contas apresentadas se encontram em análise.

## 6.6 Suprimento de Fundos

### 6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

**Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos**

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
<b>2014</b>	<b>110590</b>	<b>SAC- PR</b>	-	-	<b>2</b>	<b>16.000,00</b>	<b>8.000,00</b>
<b>2013</b>	<b>110590</b>	<b>SAC- PR</b>	-	-	<b>3</b>	<b>24.000,00</b>	<b>8.000,00</b>
<b>2012</b>	<b>110590</b>	<b>SAC- PR</b>	-	-	<b>4</b>	<b>32.000,00</b>	<b>8.000,00</b>

Fonte: SIAFI

### 6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

**Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos**

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
<b>2014</b>	110590	SAC-PR	-	-	1	525,00	801,52	1.326,52
<b>2013</b>			-	-	3	1.185,00	3.824,18	5.009,18

Fonte: SIAFI

### 6.5.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

**Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência**

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
<b>110590</b>	<b>SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL</b>	33.90.30 – Material de Consumo	16 – Material de Expediente	22,00
			19 – Material de Acondicionamento e Embalagem	40,00
			21 – Material de Copa e Cozinha	87,80
			24 – Material p/ Manut. de Bens Imóveis/Instalações	107,72

			26 – Material Elétrico e Eletrônico	449,00
		33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	95,00
			96 – Outros Serv. de Terceiros PJ-Pagto Antecipado	525,00

Fonte: SIAFI

Obs: subitem da despesa 96, no valor de R\$ 525,00, é referente a despesa com autenticação de documentos em cartório.

### 6.5.5 Análise Crítica

Em relação à Conta Tipo “B” de Suprimento de Fundos não há conteúdo a ser declarado no exercício para as UJ SAC/FNAC.

Para a UJ SAC (110590), as despesas realizadas por meio de Suprimentos de Fundos, durante o exercício de 2014, foram exclusivamente por meio da utilização do CPGF, não havendo utilização de Conta Tipo “B”. Todas as operações, bem como as respectivas prestações de contas, estão registradas no âmbito do Processo nº 00055.000851/2014-21 da Secretaria de Aviação Civil - SAC-PR, tendo sido devidamente aprovadas pelo Ordenador de Despesas.

As despesas foram previamente autorizadas pelas autoridades competentes, sendo as aquisições precedidas de pesquisa visando a obtenção do menor preço de mercado dos produtos e serviços adquiridos pela SAC-PR. Todas as mercadorias foram devidamente acompanhadas das respectivas notas fiscais, com estrita observância às recomendações constantes nos manuais do TCU quanto ao registro e controle de recebimento/utilização dos materiais pelas áreas demandantes.

Durante o exercício de 2014 as despesas seguiram as características determinadas na legislação, quais sejam:

- Os materiais são de natureza de consumo imediato não disponível no almoxarifado da SAC;
- Os materiais adquiridos não estão registrados em nenhum contrato licitatório vigente ou em andamento;
- Observado o baixo custo de aquisição, atendido o caráter de urgência na disponibilização dos materiais.

Comparativamente aos exercícios anteriores é perceptível a redução nos gastos com a rubrica, haja vista que o valor total das despesas foi de R\$ 1.326,52, tendo sido efetuadas apenas 8 operações no exercício de 2014.

2014		2013		2012		2011	
Qtd Operações	Valor						
8	1.326,52	25	5.009,18	9	1.594,39	4	1.281,84

### 6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ – ver justificativa na introdução

## **6.8 Gestão de Precatórios – ver justificativa na introdução**

**7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 4/12/2013, ALTERADA PELA DN N.º 139, DE 24/09/2014.**

**7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade - UJ SAC (UJ FNAC ver justificativa na Introdução)**

**7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada**

**Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	n/a	<b>116</b>	<b>27</b>	<b>19</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	n/a	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	n/a	<b>115</b>	<b>27</b>	<b>19</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	n/a	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	n/a	<b>36</b>	<b>11</b>	<b>9</b>
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	n/a	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	n/a	<b>76</b>	<b>16</b>	<b>10</b>
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	n/a	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	n/a	<b>60</b>	<b>21</b>	<b>17</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	n/a	<b>176</b>	<b>48</b>	<b>36</b>

Fonte: SIAPE

**Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	<b>52</b>	<b>63</b>
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>52</b>	<b>63</b>
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	<b>3</b>	<b>0</b>
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	<b>9</b>	<b>27</b>
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	<b>40</b>	<b>36</b>
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>29</b>	<b>31</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>81</b>	<b>94</b>

Fonte: SIAPE

**Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>156</b>	<b>137</b>	<b>33</b>	<b>34</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	2	2	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	154	135	33	34
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	n/a	3	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	n/a	21	4	8
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	n/a	51	8	9
1.2.4. Sem Vínculo	n/a	60	21	17
1.2.5. Aposentados	n/a	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	n/a	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	n/a	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	n/a	3	1	1
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>160</b>	<b>139</b>	<b>34</b>	<b>35</b>

Fonte: SIAPE

## Análise Crítica

A SAC/PR não possui quadro próprio de servidores, fato comum aos órgãos recém-criados da Presidência da República. A estrutura da Secretaria encontra-se ainda em crescimento para fazer frente às demandas oriundas das diversas competências institucionais perante o setor de aviação civil. Destarte, é evidente que a UJ carece de mais força de trabalho, pois não se pode dispor apenas de servidores investidos em cargos em comissão para mover toda a engrenagem da Secretaria. O corpo funcional da Secretaria vem, então, sendo composto por servidores e empregados públicos requisitados junto a outros órgãos e também por servidores de carreiras de exercício descentralizado, além dos ocupantes de cargos comissionados, com e sem vínculo com a Administração Pública.

### 7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

No curso das ações de capacitação dos servidores/empregados públicos em exercício nesta Secretaria, foram realizadas oficinas, cursos, palestras, seminários e congressos, de acordo com as necessidades apresentadas pelas áreas meio e finalísticas, com e sem ônus para esta Secretaria.

Parte das demandas de treinamento foi executada em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração da Presidência da República – DIGEP/PR, em cursos presenciais e à distância, com formação de turmas abertas e fechadas, no decorrer do exercício.

Nas capacitações realizadas em parceria com a DIGEP/PR, houve a participação de 42 servidores e empregados públicos em 34 cursos ofertados, voltados principalmente à gestão de

peças e contratos, fiscalização de contratos, comunicação e relações interpessoais. Contudo, nessa modalidade de capacitação, não são ofertados cursos especializados voltados à área fim da UJ, até mesmo pela especificidade das atividades desenvolvidas pelas áreas finalísticas desta Secretaria.

Já demandas executadas com recursos orçamentários destinados às ações de capacitação e treinamento foram direcionadas às áreas finalísticas da SAC/PR, abrangendo conhecimentos voltados à gestão de aeroportos e regulação da aviação área civil, envolvendo estudos, intercâmbios, seminários, congressos, palestras, eventos congêneres, nacionais e internacionais aos servidores atuantes em áreas estratégicas, e outras afins, que contribuíram para o desenvolvimento dos servidores e o desempenho institucional da SAC.

### **7.1.3 Custos de Pessoal da UJ**

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

R\$

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2014	272.677,56	-	26.723,13	8.907,71	196.611,34	272.677,56	-	-	-	504.919,74
	2013	320.677,56	-	26.723,13	8.907,71	28.338,17	320.677,56	-	-	-	384.646,57
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2014	91.972,68	127.267,96	30.118,24	11.702,46	20.907,21	5.754,36	144.396,00	-	-	432.118,91
	2013	113.427,78	127.152,20	30.867,61	12.114,32	24.207,80	3.551,52	158.380,00	-	-	469.701,23
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2014	-	3.186.951,15	822.746,99	121.887,08	397.171,88	12.164,99	34.626,44	-	-	4.575.548,53
	2013	-	3.277.612,79	287.614,99	92.173,67	1.039.457,13	17.887,03	57.506,97	-	-	4.772.252,58
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2014	-	3.085.593,83	259.414,07	75.506,04	46.172,15	57.289,27	5.206,20	-	-	4.713.355,22
	2013	-	2.262.456,74	189.688,76	3.845,56	234.296,85	59.767,65	30.328,33	-	-	3.208.622,28
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2014										
	2013										
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2014										
	2013										

Fonte: SIAPE



#### 7.1.4 Irregularidades na área de pessoal – Ver justificativa na Introdução.

#### 7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Não houve identificação de impropriedades que ensejem reprovação pelos órgãos de controle. Pontua-se que a SAC/PR não dispõe de quadro próprio de servidores, o que, de certa forma, contribui para ocorrência de *turn over*, fato prejudicial à gestão e ao desenvolvimento das políticas públicas a cargo desta Secretaria.

Muitos dos requisitados são empregados públicos, celetistas, e este fato impacta na respectiva capacitação, vez que a legislação restringe o custeio de cursos e treinamentos para agentes públicos de regimes diversos do estatutário (Lei nº 8.112/90).

#### 7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Esta UJ ainda não dispõe de indicadores de desempenho para a área de recursos humanos. Contudo, a previsão para desenvolvê-los é tão logo seja publicada portaria que aprova as normas regulamentares para definição das metas institucionais da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC-PR, para fins de avaliação de desempenho institucional.

### 7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

#### 7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República													
UG/Gestão: 110590							CNPJ: 13.564.476.0001/05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	L	O	11/2014	02.961.711/0001-58	13/08/2014	12/08/2015		X					A
2013	V	O	12/2013	09.267.406/0001-00	31/07/2013	30/07/2015				X			P
Observações:													
<u>LEGENDA</u>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIAFI

**Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante													
Nome: Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República													
UG/Gestão: 110590							CNPJ: 13.564.476.0001/05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	2	O	02/2012	03.602.000/0001-50	17/04/2012	31/10/2013	X	X					E
	2	O	14/2013	08.865.102/0001-81	01/11/2013	31/10/2015	X	X					P
	4	O	15/2013	02.843.359/0001-56	06/12/2013	05/12/2015		X					P
	5	O	08/2013	05.208.408/0001-77	22/04/2013	30/06/2014			X	X			E
	11	O	08/2013	05.208.408/0001-77	22/04/2013	30/06/2014			X	X	X	X	E
2014	2	O	14/2013	08.865.102/0001-81	01/11/2013	31/10/2015	X	X					P
	4	O	15/2013	02.843.359/0001-56	06/12/2013	05/12/2015	X	X					P
	5	O	08/2013	05.208.408/0001-77	22/04/2013	30/06/2014			X	X			E
	5	O	07/2014	11.406.610/0001-06	01/07/2014	30/06/2015			X	X			A
	9	O	17/2014	72.581.283/0001-13	05/12/2014	04/12/2015		X		X		X	A
	11	O	08/2013	05.208.408/0001-77	22/04/2013	30/06/2014			X	X	X	X	E
	11	O	07/2014	11.406.610/0001-06	01/07/2014	30/06/2015			X	X	X	X	A

<p><b>LEGENDA</b></p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Segurança;</li> <li>2. Transportes;</li> <li>3. Informática;</li> <li>4. Copeiragem;</li> <li>5. Recepção;</li> <li>6. Reprografia;</li> <li>7. Telecomunicações;</li> <li>8. Manutenção de bens móveis</li> <li>9. Manutenção de bens imóveis</li> <li>10. Brigadistas</li> <li>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</li> <li>12. Outras</li> </ol>	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
--	--

Fonte: SIAFI

### **7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2**

Os contratos com locação de mão-de-obra vêm apresentando resultado satisfatório, em especial o Contrato nº 07/2014, no que se refere à prestação de serviços de apoio administrativo e de atividades auxiliares executados nas dependências da Secretaria de Aviação Civil.

Quanto ao pagamento das verbas trabalhistas, informa-se que os Contratos com disponibilização de mão-de-obra dedicada contemplam a retenção das obrigações trabalhistas por meio de recolhimento em conta vinculada.

### **7.2.4 Contratação de Estagiários – Ver justificativa na Introdução.**

### **7.3 Incluído pela DN TCU 139, de 24/9/2014 – Ver justificativa na Introdução.**

## **8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 4/12/2013, ALTERADA PELA DN N.º 139, DE 24/09/2014.**

### **8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros**

#### **Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros**

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;

A contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de transportes está prevista art. 1º, §§ 1º e 2º do Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, c/c art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 30/04/2008, por ser considerado serviço com característica auxiliar, continuada e de cargos extintos pela Lei nº 9.632, de 07/05/1998, necessário à Administração no desempenho de suas atribuições e, portanto, passível de terceirização.

Em conformidade com o inciso I do art. 2º do Decreto nº 2.271/97, justifica-se a contratação dos serviços objeto do Pregão Eletrônico nº 7/2013 em razão de a SAC/PR, criada por meio da Medida Provisória nº 527, de 18/03/2011, não dispor de frota própria.

Além disso, a Lei nº 12.462, de 05/08/2011, e o Decreto nº 7.476, de 10/05/2011, que criam e organizam os cargos em comissão da SAC/PR, não preveem cargos públicos com as atividades voltadas para a mão de obra necessária à execução do objeto deste Pregão Eletrônico em comento.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;

AMJ AUTO LOCADORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.865.102/0001-81.

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

Contrato nº 014/SAC-PR/2013 é decorrente de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço global.

Data de assinatura: 01/11/2013

Vigência: 31/10/2015;

Valor contratado: R\$ 870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais); e

Valor pago desde a contratação até dezembro de 2014: R\$ 983.728,16 (novecentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos), sendo R\$ 843.951,74 (oitocentos e quarenta e três mil novecentos e cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos) durante o exercício de 2014.

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Decreto nº 6.403, de 17/03/2008; e Instrução Normativa nº3, de 15/05/2008.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A contratação resultou em benefícios diretos e indiretos, uma vez que:

I) é exercida por empresa especializada, devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade exercida, com utilização de mão de obra detentora de formação profissional específica;

II) atende aos requisitos de segurança estabelecidos em relação ao transporte de pessoas e materiais;

III) utiliza rotinas e define perfil de mão de obra que possibilitam maior eficiência;

IV) não implica em custos com contratação, treinamento e administração de mão de obra;

V) permite disponibilização de veículos novos e/ou seminovos e renovados periodicamente, dispensando a necessidade de aquisição de veículos;

VI) dispensa contratos específicos para motoristas, lavador de veículo, combustível, seguros e manutenção corretiva e preventiva dos automóveis.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Veículos Institucionais: 5 automóveis marca FIAT Linea; e Veículos de Serviço: 4 automóveis Volkswagen Gol e 1 motocicleta Honda CB150.

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

Veículos Institucionais: 3.800km;

Veículos de Serviço: 3.000km

h) Idade média anual, por grupo de veículos;

Média de toda a frota é de um ano e cinco meses de uso.

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

Custos a cargo da empresa contratada.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

Os controles são realizados pelos formulários de Requisição de Solicitação de Veículo Institucional, Requisição de Solicitação de Veículo de Serviço, Controle Diário de Saída de Veículos de Serviço e Formulário de Vistoria de Veículos (manutenção).

## 8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário - Ver justificativa na Introdução.

## 8.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

**Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	DF	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>

As UJ SAC/FNAC não possuem imóvel próprio ou imóvel da União sob sua responsabilidade nem funcionais de Propriedade da União.

A sede da Secretaria funciona em imóvel locado de terceiro, situado em Brasília-DF, no Setor Comercial Sul, Quadra 9, Bl. A, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "C", pavimentos 5º e 6º. Também integram o objeto da locação 120 vagas de garagem no mesmo prédio, conforme Contrato nº 05/SAC/PR/2012, de 21/9/2012.

Ao longo de 2014 não foram realizadas reformas e adequações físicas no imóvel uma vez que o contrato de manutenção predial foi assinado em dezembro de 2014.

O imóvel encontra-se devidamente registrado, em nome da SAC, no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) sob o RIP nº 970132338.500-3.

Além do imóvel mencionado, a SAC/PR ocupava aproximadamente 207,68 m2 do 23º pavimento do Edifício Torre Boa Vista, situado à Avenida Presidente Vargas, nº 850, centro da cidade do Rio de Janeiro e, ainda, 2 vagas para estacionamento de veículos, localizadas no Edifício Parque Guanabara, avenida Passos nº 120, também no centro do Rio de Janeiro-RJ. Este imóvel está ocupado para o funcionamento do Escritório de Representação no Rio de Janeiro, conforme previsto no artigo 2º, Anexo

I, do Decreto nº 7.476, de 10/5/2011, e foi cedido pela Agência Nacional de Aviação Civil- ANAC, por meio do Termo de Cooperação nº 3/2013. Mencionada avença foi alterada em janeiro de 2015, de forma a reduzir o espaço ocupado pela SAC/PR nas instalações da ANAC no Rio de Janeiro para uma área de 92,84 m<sup>2</sup>.

**9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 4/12/2013, ALTERADA PELA DN N.º 139, DE 24/09/2014.**

**9.1 Gestão da Tecnologia da Informação – UJ SAC (UJ FNAC – ver justificativa na introdução)**

**Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014 UJ SAC**

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
04/2014	Gerenciamento de Conexões à INFOVIA BRASÍLIA	08/05/2014 a 07/05/2015	33.683.111/0001-07	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	62.400,00	52.800,00
13/2014	Acesso IP permanente, dedicado e exclusivo, a rede mundial de computadores	15/09/2014 a 14/09/2015	33.683.111/0001-07	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	46.800,00	7.800,00

**10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 4/12/2013, ALTERADA PELA DN N.º 139, DE 24/09/2014.**

**10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental**

**Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental**

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		

**Considerações Gerais**

Importante mencionar que, apesar de a SAC-PR não possuir programa próprio de sustentabilidade, já aderiu e participa das reuniões do Projeto Esplanada Sustentável (PES).

O órgão vem adotando rotinas para evitar desperdício de recursos energéticos, a exemplo de monitorar equipamentos ligados e luzes acesas após o horário de funcionamento da instituição.

A separação dos resíduos recicláveis descartados é uma das medidas a serem implementadas. Atualmente todo o resto de material descartado é juntado aos *containers* de lixo do Edifício em que a Secretaria encontra-se instalada.

As campanhas de conscientização promovidas em meio eletrônico pela Presidência da República para todos os servidores dos edifícios do Palácio do Planalto estão também acessíveis ao corpo funcional da Secretaria, posto que a unidade é servida pela infraestrutura de rede da Presidência.

**11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 4/122013, ALTERADA PELA DN N.º 139, DE 24/09/2014.**

**11.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU**

**Quadro A.11.1.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do TCU**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República					115257
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	003.678/2014	3.484/2014-Plenário	9.1	DE	Aviso nº 1.256-Seses-TCU-Plenário
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e Banco do Brasil S.A.					115257
Descrição da Deliberação					
Determina à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República que, no prazo de 90 (noventa), responda a uma série de itens relativos ao Programa de Investimento em Logística: Aeroportos – PIL Aeroportos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e Banco do Brasil S.A.					115257
Síntese da Providência Adotada					
Ainda que a determinação em tela deva ser adequadamente respondida no exercício de 2015, exercício vale informar que a SAC-PR enviou o Ofício nº 73/SE/SAC-PR, de 16 de março de 2015, em cumprimento das determinações					
Síntese dos Resultados Obtidos.					
Uma vez que a resposta foi encaminhada em março de 2015, ao tempo de elaboração deste Relatório de Gestão, ainda não se pode observar adequadamente os resultados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os estudos previamente realizados, ainda na fase de elaboração do PIL: Aeroportos, pela equipe da Secretaria de Aviação Civil, auxiliaram no adequado desenvolvimento da resposta.					

**Quadro A.11.1.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do TCU**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República					115257
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

2	010.692/2009-2	1.103/2010-Plenário	9.1.1.1	RE	Aviso nº 540-GP-TCU-09/06/10
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República					115257
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Coordenar e supervisionar a atuação das entidades e órgãos vinculados com vistas à adoção de medidas mitigadoras para o problema de colisões de aeronaves com pássaros					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Navegação Aérea Civil (SENAV-SAC-PR)					115575
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
<p>Com a publicação da Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012, que dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos, iniciaram-se as articulações juntos aos órgãos e entidades responsáveis pela elaboração do decreto regulamentador da Lei em comento, considerando que a matéria, pela sua singularidade, envolve, dentre outras, análises referentes ao meio ambiente, à segurança operacional da aviação, o uso e a ocupação do solo e a gestão aeroportuária.</p> <p>No exercício de 2013, começaram os trabalhos preliminares com vistas a estabelecer uma proposta de regulamentação da referida Lei. Para tal, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT), sob a coordenação desta Secretaria, composto por representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica, da Agência Nacional de Aviação Civil, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária.</p> <p>Considerando a complexidade técnica e a natureza da tarefa, os trabalhos alongaram-se até meados de novembro de 2013 e, a partir daquele momento passou-se a providenciar ações internas, fato que impossibilitou o aprestamento do documento no período suscitado.</p> <p>No exercício de 2014, o GT concluiu a proposta do texto do Decreto para a regulamentação da Lei 12.725/12, a qual foi encaminhada para análise da Secretaria Executiva da SAC-PR para posterior prosseguimento administrativo objetivando a sua publicação.</p>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor.</b>					
Os fatores considerados negativos na tramitação desse processo vinculam-se, principalmente, a complexidade do tema que envolveu além de pesquisas, a participação de técnicos das áreas envolvidas para que se harmonizassem as proposições apresentadas no âmbito do Grupo de Trabalho.					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República					115257
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Despacho</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3	012.174/2014-9	Despacho de 19/05/2014		DE	Ofícios 0183 e 0184/2014-SefidTrans
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e Banco do Brasil S.A.					115257
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinou que o Banco do Brasil suspendesse cautelarmente o andamento do RDC Eletrônico 2014/04386.					
<b>Providências Adotadas</b>					

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e Banco do Brasil S.A.	115257
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
A SAC/PR e o Banco do Brasil apresentaram tempestivamente as manifestações em resposta à comunicação exarada pelo TCU.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos.</b>	
O Acórdão nº 3569/2014 – TCU – Plenário considerou a representação “prejudicada por perda de objeto”.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

## 11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno – Seguem os quadros de recomendações apontadas pela Ciset-PR atendidas ou pendentes de atendimento ao final do exercício, conforme Plano de Ação Permanente (Informações inseridas no SEMAC – Ciset).

### 11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

#### Quadro A.11.2.1.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Controle Interno da Presidência da República			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório Anual de Contas nº 1/2014 – Auditoria Anual - OS nº 9/2014	2.1.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			115504
Descrição da Recomendação			
<p><b>CONSTATAÇÃO</b></p> <p>Falhas formais na instrução e na execução de termo de cooperação para gestão do patrimônio.</p> <p>Recomendação: Instruir os autos do Processo nº 00055.002494/2013-54, em 60 dias, com:</p> <p>1.1) os documentos que justifiquem a necessidade da área de 207,68 m2 do Edifício Torre Boa Vista e das 2 vagas para estacionamento de veículos no Edifício Parque Guanabara para o funcionamento do Escritório de Representação no Rio de Janeiro;</p> <p>1.2) os relatórios mensais sobre a utilização dos serviços utilizados no Rio de Janeiro, objeto do termo de cooperação em tela, especialmente aos relacionados com a utilização de veículos em atendimento ao item 3.11 do Termo de Cooperação nº 3/2013;</p> <p>1.3) os documentos que comprovem o ressarcimento mensal, pela SAC/PR, das despesas relativas ao funcionamento da unidade descentralizada no Rio de Janeiro ou as justificativas para a intempestividade do ressarcimento.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Departamento de Administração Interna	115504
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<p>Todas as informações relativas à utilização de veículos encontram-se apensadas ao processo em referência. No ano de 2014 houve a necessidade de utilização de veículo fora de Brasília, por parte do Ministro da SAC, com grande concentração no período de realização da Copa do Mundo. Os comprovantes de solicitação e utilização (demanda do GM e relatório da ANAC) encontram-se nos autos.</p> <p>As despesas são ressarcidas somente após a apresentação dos documentos comprobatórios por parte da ANAC e após a finalização da análise por parte da fiscalização. Os documentos comprobatórios dos ressarcimentos das despesas também constam anexados ao processo de fiscalização.</p> <p>A instalação do Escritório de Representação da SAC/PR no Rio de Janeiro foi acordada com a ANAC nos primeiros meses de criação da Pasta. A ANAC disponibilizou, então, espaço de 207,68 m<sup>2</sup> no Edifício Torre Boa Vista dimensionado para instalar um gabinete para uso do Ministro de Estado Chefe da SAC, com banheiro, uma sala para a Chefia de Gabinete e outra para a assessoria, além de sala de reunião e ambiente para recepção e secretariado. O hall, área de circulação e a copa são de uso compartilhado com a ANAC. Conforme tratativas mantidas com a ANAC foi formalizado pedido para a adequação de tais instalações físicas, de modo a otimizar a ocupação do espaço físico e minimizar despesas, com sugestão de redução da área para 92,84 m<sup>2</sup> e de adequação do Plano de Trabalho do Termo de Cooperação vigente, de forma a que o instrumento contemplasse unicamente o rateio das despesas relativas à ocupação do Escritório de Representação da SAC/PR na sede da Unidade Regional daquela Agência na cidade do Rio de Janeiro. Em 05 de janeiro de 2015 foi celebrado o Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cooperação com as demandas apresentadas por esta Secretaria.</p> <p>Importante destacar que os ressarcimentos das despesas mensais abrangidas pelo Termo de Cooperação com a ANAC referem-se a despesas compartilhadas, não sendo possível conhecer os respectivos valores previamente à emissão das faturas pelas empresas contratadas (a exemplo de água, luz, telefone).</p>	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Celebrado o Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cooperação nº 3/2013, por meio do qual foi reduzida a área utilizada pelo Escritório de Representação da SAC/PR no Rio de Janeiro e adequado o Plano de Trabalho correspondente.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
A documentação apresentada para ressarcimento de despesas relativas aos bens e serviços disponibilizados por meio do Termo de Cooperação ocorre em periodicidade indefinida, inviabilizando a emissão de relatórios mensais.	

#### Quadro A.11.2.1.2 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Controle Interno da Presidência da República			115257
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório Anual de Contas nº 1/2014 – Auditoria Anual - OS nº 9/2014	2.1.3.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			115504
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>CONSTATAÇÃO</b>			
Inconsistências nos registros do SIAFI relativos ao Termo de Cooperação na 3/2013.			
Recomendações:			
1. Atualizar, em 15 dias, as informações registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI relacionadas ao Termo de Cooperação nº 3/2013 de forma que seja possível, quando em consulta ao sistema, verificar os aditivos firmados, o valor total do Termo de Cooperação, a quantia a repassar e a comprovar e outras ocorrências relacionadas a esta cooperação.			
2: Elaborar, em 30 dias, rotinas de verificação que permitam à área de gestão de transferências controlar o registro e a atualização de dados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI referente aos termos de cooperação firmados pela Unidade.			
<b>Providências Adotadas</b>			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Administração Interna	115504
Síntese da Providência Adotada	
Registros no SIAFI estão devidamente atualizados pela Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - CGCOF.	
Quanto ao estabelecimento de rotina para o registro e atualização de informações no SIAFI, as áreas envolvidas na gestão do Termo de Cooperação foram orientadas no sentido de oficializar quaisquer alterações promovidas na avença.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Registros no SIAFI estão devidamente atualizados e rotina implementada.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

### Quadro A.11.2.1.3 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Controle Interno da Presidência da República			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório Anual de Contas nº 1/2014 – Auditoria Anual - OS nº 9/2014	2.1.3.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			115504
Descrição da Recomendação			
<b>CONSTATAÇÃO</b>			
Ressarcimento à ANAC de despesas sem devida documentação de suporte, em afronta à Clausula Terceira do Termo de Cooperação celebrado, num valor total de R\$ 1.094.029,64, dos quais aproximadamente R\$ 426.419,40 referentes a despesas incorridas em 2013.			
Recomendações:			
1- Instituir controles, em 30 dias, que propiciem monitorar as despesas relativas ao escritório de representação no Rio de Janeiro, de forma que a SAC/PR tenha informações sobre o funcionamento da unidade descentralizada que possam justificar/subsidiar futuras decisões relacionadas àquela unidade descentralizada, entre elas ressarcimentos de despesas à ANAC.			
2- Abster-se de realizar ressarcimentos à ANAC com base em cópias de notas técnicas, notas técnicas sem assinatura ou ilegíveis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			115504
Síntese da Providência Adotada			
Em cumprimento à orientação da Ciset/PR, a SAC/PR vem reduzindo os valores executados com base no Termo de Cooperação nº 03/2013 firmado com a ANAC resultado dos avanços alcançados no processo de estruturação da SAC.			
No exercício de 2014 a SAC descentralizou R\$ 545.016,99 à conta do referido Termo de Cooperação para cobertura de despesas exclusivamente do próprio exercício.			
Já para 2015, a partir da assinatura do Segundo Termo Aditivo em 5 de janeiro de 2015, com a supressão de diversos serviços e fornecimentos, bem como o redimensionamento do espaço ocupado pela SAC na Sede da Unidade Regional da ANAC no Rio de Janeiro, estima-se que as despesas do exercício à conta do referido Termo de Cooperação não devem ultrapassar R\$ 302 mil.			
De forma a dar suporte às despesas previstas para o corrente exercício e evitar descompasso na execução orçamentária, esta SAC promoverá a descentralização dos créditos orçamentários para a ANAC tão logo seja aprovada a Lei Orçamentária			

para o exercício de 2015 e estabelecido o limite para movimentação e empenho para este Órgão. Os ressarcimentos são efetuados com fundamento em Notas Técnicas e documentação apresentada pela ANAC, sempre com a identificação e assinatura dos responsáveis pelos documentos e respectiva chefia. A documentação da ANAC correspondente a cada Nota Técnica é colocada à disposição da fiscalização do Termo de Cooperação para conferência e embasamento do atesto.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Os ressarcimentos são respaldados por Notas Técnicas e documentação apresentada pela ANAC, sempre com a identificação e assinatura dos responsáveis pelos documentos e respectiva chefia.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

#### Quadro A.11.2.1.4 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Controle Interno da Presidência da República			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório Anual de Contas nº 1/2014 – Auditoria Anual - OS nº 9/2014	2.1.3.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			115504
Descrição da Recomendação			
<p><b>CONSTATAÇÃO</b></p> <p>Reconhecimento de dívida de exercícios anteriores mediante termo de cooperação.</p> <p>Recomendação: Abster-se de utilizar termo de cooperação, ou instrumento congênere, para reconhecimento de dívidas que deverá ser realizado em conformidade com o art. 22, e seu § 1º, do Decreto nº 93.872, de 23/12/1986, ou seja, por meio de procedimento contábil específico pautado por documento de reconhecimento de dívida assinado pelo ordenador de despesa do órgão.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			115504
Síntese da Providência Adotada			
<p>Em cumprimento à orientação da Ciset/PR, a SAC/PR vem reduzindo os valores executados com base no Termo de Cooperação nº 03/2013 firmado com a ANAC, resultado dos avanços alcançados no processo de estruturação da SAC.</p> <p>O valor estimado para execução do Termo de Cooperação, ao longo de 2014, subsidiou a descentralização da dotação orçamentária para custear as despesas daquele exercício, fato que descarta tanto a necessidade de realização de destaque orçamentário para o exercício anterior como eventual reconhecimento de dívida.</p> <p>De forma a dar suporte às despesas previstas para o exercício de 2015 e evitar descompasso na execução orçamentária, a SAC promoverá a descentralização dos créditos orçamentários para a ANAC tão logo seja aprovada a Lei Orçamentária de 2015 e estabelecido o limite para movimentação e empenho para este Órgão.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A descentralização da dotação orçamentária para custear as despesas daquele exercício descarta tanto a necessidade de realização de destaque orçamentário para exercício anterior como eventual reconhecimento de dívida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

#### Quadro A.11.2.1.5 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Controle Interno da Presidência da República			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório Anual de Contas nº 1/2014 – Auditoria Anual - OS nº 9/2014	2.1.3.5	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			115504
Descrição da Recomendação			
<p><b>CONSTATAÇÃO</b></p> <p>Utilização do Termo de Cooperação nº 3/2013 para o aproveitamento de serviços terceirizados prestados por empresas contratadas por outro órgão.</p> <p>Recomendações:</p> <p>1: Abster-se de utilizar o instrumento termo de cooperação para a utilização de serviços terceirizados contratados por outro órgão, salvo no caso de rateio de despesas relativas a imóvel que locado por outrem seja ocupado também pela SAC/PR;</p> <p>2: Suprir, em 180 dias, as necessidades de serviços de limpeza e conservação, copeiragem e fornecimento de café e de bebidas quentes, serviços de manutenção predial, manutenção e abastecimento de veículos da SAC/PR em Brasília por meio de contratos administrativos precedidos de procedimento licitatório, conforme dispõe o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e artigo 2º da Lei nº 8.666/1993; ou por meio de adesão à Ata de Registro De Preços, conforme possibilita o artigo 15 da Lei nº 8.666/1993;</p> <p>3: Reavaliar o Termo de Cooperação nº 3/2013 de forma a readequá-lo, devendo representar a soma de todas as despesas relativas à cooperação, seja mensal ou global, ainda que estimadas e para ajuste do Plano de Trabalho, de forma que o instrumento termo de cooperação não seja utilizado para prestação de serviços terceirizados contratados pela ANAC para atender as necessidades da SAC/PR em Brasília.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			115504
Síntese da Providência Adotada			
<p>Foi solicitada a adequação do Plano de Trabalho do Termo de Cooperação vigente, a fim de celebrar termo aditivo, de forma a que o instrumento contemplasse unicamente o rateio das despesas relativas à ocupação do Escritório de Representação da SAC/PR na sede da Unidade Regional daquela Agência na cidade do Rio de Janeiro. O pedido de readequação foi pleiteado à ANAC porque os custos dos bens e serviços que compõem o mencionado ajuste entre ambas as instituições são advindos de contratos sob a gestão da SAF/ANAC.</p> <p>Em 05 de janeiro de 2015 foi celebrado o Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cooperação com as demandas apresentadas pela Secretaria.</p> <p>A Secretaria firmou contratos próprios de serviços de transporte, limpeza e conservação, copeiragem e manutenção predial.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Serviços contínuos de transporte terrestre de servidores, autoridades e pequenas cargas, mediante disponibilização de veículos, em caráter permanente e eventual, com condutores, combustível, manutenção e seguro total: CONTRATO Nº 14/SAC/PR/2013, celebrado em 01/11/2013 com a empresa AMJ AUTO LOCADORA LTDA, decorrente do Pregão Eletrônico nº 7/2013 - Processo nº 00055.002521/2013-99;</li> <li>- Serviços auxiliares de copeiragem, em caráter contínuo, com fornecimento de mão de obra, insumos, equipamentos e utensílios: CONTRATO Nº 15/SAC/PR/2013 celebrado em 06/12/2013 com a empresa PLANALTO SERVICE LTDA, decorrente do Pregão Eletrônico nº 8/2013 - Processo nº 00055.002210/2013-20;</li> <li>- Serviços auxiliares de limpeza, conservação e higienização predial e transporte interno de cargas fracionadas, com fornecimento de mão de obra, material e equipamentos: CONTRATO Nº 11/SAC-PR/2014, celebrado em 13/08/2014 com a empresa ASC SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA, decorrente do Pregão Eletrônico nº 4/2014 - Processo nº 00055.000694/2014-53;</li> <li>- Serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como serviços eventuais diversos, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais, de forma contínua e com fornecimento de mão de obra, material e equipamentos: CONTRATO Nº 17/SAC-PR/2014, celebrado em 05/12/2014 com a empresa TECNICAL ENGENHARIA LTDA, decorrente do Pregão Eletrônico nº 8/2014 - Processo nº 00055.001520/2014-16.</li> </ul>			

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
O Termo de Cooperação firmado com a ANAC foi readequado. Os serviços terceirizados necessários à manutenção da Secretaria são objeto de contratos próprios do órgãos.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

#### **Quadro A.11.2.1.6 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Controle Interno da Presidência da República			115257
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
6	Relatório Anual de Contas nº 1/2014 – Auditoria Anual - OS nº 9/2014	2.1.4	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Administração Interna			115504
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>CONSTATAÇÃO</b>			
Inobservância a dispositivo legal na composição das equipes de apoio de pregões			
Recomendações:			
1: Estruturar a área de gestão de contratos com servidores ou empregados com vínculo efetivo com a União.			
2- Designar, após a estruturação da área de gestão de pessoas, para compor as equipe de apoio dos pregões servidores cedidos ao órgão que possuam vínculo efetivo com a administração pública, de modo a atender ao que dispõe § 1º, do artigo IV, do art. 3º, da Lei 10.520/2002.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Administração Interna			115504
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em processo, considerando: a) a qualificação profissional do servidor/empregado público; b) a restrição orçamentária imposta à SAC/PR no que tange ao ressarcimento de despesas de pessoal requisitado.			
Ressalta-se, ainda, o desinteresse de servidores em assumir responsabilidades funcionais em uma área extremamente complexa e sensível, que exige muita dedicação e conhecimento, principalmente sem contrapartida financeira.			
Por outra vertente, a nomeação de servidores sem vínculo efetivo na Coordenação de Licitações e Contratos foi precedida de consulta formal aos órgãos públicos sediados em Brasília/DF, visando a seleção de servidores qualificados, com ou sem vínculo.			
A SAC continua buscando servidores interessados em exercer suas atividades na unidade. Portanto, o atendimento dar-se-á no momento adequado.			
A Portaria nº 44, de 17 de dezembro de 2014, do Diretor de Administração Interna, incluiu os seguintes servidores/empregada pública na equipe de apoio aos processos licitatórios na modalidade Pregão: - Fábio Ricardo da Silva Torres - matrícula SIAPE nº 2759021; - Gabriel Helene Alves Ferreira, matrícula SIAPE nº 0046982, e - Angélica Aguiar Resende, matrícula SIAPE nº 2117867.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Enquanto a reestruturação não se concretiza estão sendo envidados esforços para requisição de servidores para compor a área de contratações da SAC/PR.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A solução definitiva para a área de gestão de contratos da SAC/PR não depende de fatores sob o controle da Secretaria, uma vez que o órgão tem encontrado dificuldade em requisitar servidores públicos sem a disponibilidade de cargos comissionados para oferecer como contrapartida financeira pela assunção de responsabilidades funcionais.			

### Quadro A.11.2.1.7 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Controle Interno da Presidência da República			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório Anual de Contas nº 1/2014 – Auditoria Anual - OS nº 9/2014	2.1.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			115504
Descrição da Recomendação			
<p><b>CONSTATAÇÃO</b></p> <p>Compatibilidade de horário com o exercício de dois cargos efetivos não declarada pelas autoridades máximas da SAC e da Fundação Universidade de Brasília, conforme determina a Lei nº 8.112/1990.</p> <p>Recomendações:</p> <p>1: Instruir no Processo de requisição de servidor nº 00055.002890/2013-81, em 60 dias, a declaração do dirigente máximo da Fundação Universidade de Brasília que comprove a compatibilidade de horário e local exigidas pelos arts. 19 e 120 da Lei nº 8.112/90.</p> <p>2: Implementar, em 30 dias, rotina de verificação nos processos de requisição de servidores que possibilitem a identificação e a correção tempestiva de falhas.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			115504
Síntese da Providência Adotada			
<p>As recomendações do OCI foram atendidas com a implementação de <i>checklist</i> para acompanhamento dos processos de requisição e também se fazendo inserir na pasta funcional do servidor declaração expedida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Aviação Civil da Presidência da República, datada de 10/04/2014, atestando a compatibilidade de horário e local de trabalho referente à acumulação de cargo de diplomata e de cargo de professor, haja vista a autorização de sua cessão p/ esta Secretaria Presidencial, ocorrida por meio da Portaria MRE nº 637, de 8/11/2013.</p> <p>Da mesma sorte, foi incluída, nos assentamentos funcionais, declaração expedida pelo Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, onde exerce seu mister de professor, atestando a compatibilidade de horário e local de trabalho dos cargos de professor e diplomata, em virtude de sua cessão para a SAC/PR. Quanto à declaração ofertada por aquela instituição de ensino superior que, consoante seu Estatuto (acessível pelo endereço eletrônico <a href="http://www.unb.br/">http://www.unb.br/</a>), art. 27, as Faculdades constituem-se em Unidades Acadêmicas e que possuem, dentre outras atribuições, planejar e administrar os recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais sob sua responsabilidade. Além disso, em seu art. 29, está previsto que o órgão executivo das Unidades Acadêmicas é a Direção, assim considerados o Diretor e o Vice-Diretor. No mesmo sentido dispõe o Regimento Interno da Universidade de Brasília, que em seu art. 28, determina que ao Diretor compete administrar o pessoal lotado na unidade de acordo com as normas pertinentes. Como se verifica, tanto o Estatuto da aludida universidade quanto o seu Regimento Geral, já atribuem ao Diretor a competência p/ gerir os recursos humanos a sua disposição, motivo pelo qual entende-se plenamente atendido o disposto no art. 120 da Lei nº 8.112/90.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>A documentação relativa à constatação de não acúmulo ilegal de cargos apontada pelo OCI encontra-se devidamente inserida nos respectivos assentamentos funcionais. Foi implementado <i>checklist</i> para constar nos processos de requisição, de forma a evitar que a instrução dos autos seja incompleta.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**Quadro A.11.2.1.8 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Relatório Anual de Contas nº 01/2013 – Auditoria Anual - OS nº 47/2013	II – ITEM III.4	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR			115257
Descrição da Recomendação			
Observar no SIOP os resultados de indicadores de programas temáticos que possuam objetivos sob a responsabilidade da SAC/PR, possibilitando a identificação e correção de ineficiências, ineficácias e falta de efetividade;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Aeroportos; Secretaria de Política Regulatória; Agência Nacional de Aviação Civil; Secretaria de Navegação Aérea Civil.			115549; 115525; 86144; 115575.
Síntese da Providência Adotada			
Encaminhamento das medidas corretivas para ajustes/melhorias no campo de mensuração da efetividade (resultados dos indicadores) à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MP).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendidas pela SPI/MP.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As correções são decorrência do processo de monitoramento contínuo do Programa ao longo de 2013 e 2014. Esta Secretaria realizou acompanhamento permanente quanto à implementação das solicitações, no SIOP, sob responsabilidade da SPI/MP.			

**Quadro A.11.2.1.9 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Relatório Anual de Contas nº 01/2014 – Auditoria Anual – OS nº 9/2014	ITEM 1.2	-
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR			115257
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Observar as unidades das metas propostas ao registrar dados no SIOP para a ação 21 II; Recomendação 2: Utilizar outros campos do SIOP para registrar execuções preparatórias para o alcance das metas propostas para a ação 21 II.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria Executiva.	115352
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
A Secretaria Executiva, responsável pela execução e preenchimento das informações relativas às metas físicas da ação 211I, em concordância com as orientações da Ciset/PR contidas no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 1/2014, procedeu no sentido de apenas registrar o que foi efetivamente realizado em consonância com os valores liquidados no exercício de 2014. Assim, eventuais execuções preparatórias para o alcance das metas propostas já estão sendo registradas em outros campos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, notadamente no campo Análise do Localizador.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Atendidas pela SPI/MP.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
A SAC tomou conhecimento da impropriedade quanto ao preenchimento do SIOP relativo às metas físicas da ação 211I durante a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, ocasião na qual as recomendações propostas pela equipe de auditoria da Ciset/PR foram discutidas e as soluções encaminhadas.	

#### **Quadro A.11.2.1.10 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório Anual de Contas nº 01/2014 – Auditoria Anual – OS nº 9/2014	ITEM 1.3	-
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR			115257
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Observar as unidades das metas propostas ao registrar dados no SIOP para a ação 14UB; Recomendação 2: Utilizar outros campos do SIOP para registrar execuções preparatórias para o alcance das metas propostas para a ação 14UB.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Aeroportos.			115549
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A unidade finalística responsável pela execução e preenchimento das informações relativas à meta física da ação 14UB (Secretaria de Aeroportos), em concordância com as orientações da Ciset/PR contidas no Relatório Anual de Auditoria Anual nº 01/2014, procedeu no sentido de apenas registrar o que foi efetivamente realizado em consonância com os valores liquidados no exercício de 2014. Assim, eventuais execuções preparatórias para o alcance das metas propostas já estão sendo registradas em outros campos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, notadamente nos campos análise do localizador e informações por planos orçamentários (PO), conforme pode ser verificado no acompanhamento físico das ações orçamentárias 2014.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atendidas pela Secretaria de Aeroportos.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
A SAC tomou conhecimento da impropriedade quanto ao preenchimento do SIOP relativo às metas físicas da ação 14UB durante a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, ocasião na qual as recomendações propostas pela equipe de auditoria da Ciset/PR foram discutidas e as soluções encaminhadas.			

## 11.2.2 Recomendações do Órgão de Controle Interno Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

### Quadro A.11.2.2.1 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Controle Interno da Presidência da República			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório Anual de Contas nº 01/2014 – Auditoria Anual – OS nº 9/2014	2.1.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			115504
Descrição da Recomendação			
<p><b>CONSTATAÇÃO</b></p> <p>Falhas formais na instrução e na execução de termo de cooperação para gestão do patrimônio.</p> <p>Recomendação: Os relatórios mensais sobre a utilização dos serviços utilizados no Rio de Janeiro, objeto do termo de cooperação em tela, especialmente aos relacionados com a utilização de veículos em atendimento ao item 3.11 do Termo de Cooperação nº 3/2013.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			115504
Síntese da Providência Adotada			
<p>As despesas são ressarcidas somente após a apresentação dos documentos comprobatórios por parte da ANAC e após a finalização da análise por parte da fiscalização. Importante destacar que os ressarcimentos das despesas mensais abrangidas pelo Termo de Cooperação com a ANAC referem-se a despesas compartilhadas, não sendo possível conhecer os respectivos valores previamente à emissão das faturas pelas empresas contratadas (a exemplo de água, luz, telefone).</p>			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>A documentação apresentada para ressarcimento de despesas relativas aos bens e serviços disponibilizados por meio do Termo de Cooperação ocorre em periodicidade indefinida, inviabilizando a emissão de relatórios mensais.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

### Quadro A.11.2.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Controle Interno da Presidência da República			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório Anual de Contas nº 01/2014 – Auditoria Anual – OS nº 9/2014	2.1.4	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Departamento de Administração Interna	115504
Descrição da Recomendação	
<p><b>CONSTATAÇÃO</b></p> <p>Inobservância a dispositivo legal na composição das equipes de apoio de pregões</p> <p>Recomendações:</p> <p>1: Estruturar a área de gestão de contratos com servidores ou empregados com vínculo efetivo com a União.</p> <p>2- Designar, após a estruturação da área de gestão de pessoas, para compor as equipe de apoio dos pregões servidores cedidos ao órgão que possuam vínculo efetivo com a administração pública, de modo a atender ao que dispõe § 1º, do artigo IV, do art. 3º, da Lei 10.520/2002.</p>	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Administração Interna	115504
Síntese da Providência Adotada	
<p>Em processo, considerando: a) a qualificação profissional do servidor/empregado público; b) a restrição orçamentária imposta à SAC/PR no que tange ao ressarcimento de despesas de pessoal requisitado.</p> <p>Ressalta-se, ainda, o desinteresse de servidores em assumir responsabilidades funcionais em uma área extremamente complexa e sensível, que exige muita dedicação e conhecimento, principalmente sem contrapartida financeira.</p> <p>Por outra vertente, a nomeação de servidores sem vínculo efetivo na Coordenação de Licitações e Contratos foi precedida de consulta formal aos órgãos públicos sediados em Brasília/DF, visando a seleção de servidores qualificados, com ou sem vínculo.</p> <p>A SAC continua buscando servidores interessados em exercer suas atividades na unidade. Portanto, o atendimento dar-se-á no momento adequado.</p> <p>A Portaria nº 44, de 17 de dezembro de 2014, do Diretor de Administração Interna, incluiu os seguintes servidores/empregada pública na equipe de apoio aos processos licitatórios na modalidade Pregão: - Fábio Ricardo da Silva Torres - matrícula SIAPE nº 2759021; - Gabriel Helene Alves Ferreira, matrícula SIAPE nº 0046982, e - Angélica Aguiar Resende, matrícula SIAPE nº 2117867.</p>	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>A solução definitiva para a área de gestão de contratos da SAC-PRSAC-PR não depende de fatores sob o controle da Secretaria, uma vez que o órgão tem encontrado dificuldade em requisitar servidores públicos sem a disponibilidade de cargos comissionados para oferecer como contrapartida financeira pela assunção de responsabilidades funcionais.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

### 11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

#### 11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

##### Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Entregaram a DBR	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Não cumpriram a obrigação	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	<b>68</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Entregaram a DBR	<b>68</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	Não cumpriram a obrigação	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: SIAPE

### **11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações**

Todos os servidores em exercício na UJ SAC autorizaram formalmente o acesso de seus respectivos dados constantes da base da Receita Federal do Brasil ou entregaram as declarações de referência no momento do início de suas atividades na SAC/PR.

As autorizações de acesso às informações da base de dados da Receita Federal encontram-se arquivadas junto aos registros funcionais constantes dos respectivos assentamentos.

O preenchimento do formulário referente à Declaração de Bens e Rendimentos é exigido para a posse e/ou início do exercício de função ou cargo no âmbito das unidades vinculadas à Presidência da República.

### **11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário – Ver justificativa na Introdução.**

### **11.5 Alimentação SIASG e SICONV**

As declarações dos responsáveis pela alimentação dos sistemas SIASG e SICONV encontram-se no Anexo I.

## **ANEXO I**

**DECLARAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS PELA ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS SIASG E SICONV, EM ATENÇÃO AO ITEM 11.5, DA PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 4/12/2013, ALTERADA PELA DN N.º 139, DE 24/09/2014.**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Sérgio Cruz, CPF nº 455.452.781-68, Diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 29 de abril de 2015.



**SÉRGIO CRUZ**

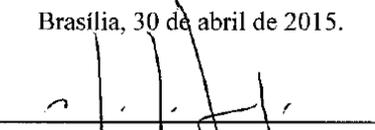
CPF: 455.452.781-68

Diretor do Departamento de Administração Interna da  
Secretaria Executiva da  
Secretaria de Aviação Civil da  
Presidência da República

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Eduardo Henn Bernardi**, CPF nº **540.005.561-34**, **Diretor do Departamento de Gestão do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 30 de abril de 2015.

  
**EDUARDO HENN BERNARDI**

CPF: 540.005.561-34

Diretor do Departamento de Gestão do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos da  
Secretaria de Aeroportos da  
Secretaria de Aviação Civil da  
Presidência da República



## **12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 4/122013, ALTERADA PELA DN Nº 139, DE 24/09/2014.**

### **12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

A Setorial Contábil de Órgão Superior da Presidência, responsável pelo tema junto à SAC-PR, analisou mensalmente os registros e avaliações de ativos e passivos e procurou sistematizar procedimentos internos para atender às novas demandas oriundas das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, como os registros de Depreciação, Amortização, Provisões e atualizações dos saldos das contas diversos responsáveis e outros, em respeito às NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

Destaca-se que as metodologias adotadas para estimar a vida útil econômica do ativo, para cálculos para depreciação, amortização, exaustão e outros foram as contidas nas orientações do Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal - Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional -, por meio da Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

### **12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas**

Considerando a recente criação da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, ainda não foi implementada sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da UJ SAC. O sistema de custos, regimentalmente, é de competência da Coordenação de Orçamento da Presidência da República

### **12.3 Conformidade Contábil**

Diante das análises e acompanhamentos periódicos dos demonstrativos contábeis, o Registro de Conformidade Contábil das unidades gestoras jurisdicionadas à Presidência da República foi realizado pela Unidade Gestora 110003 – Ciset/GPR - da Secretaria de Controle Interno. Esse trabalho foi realizado por servidores em exercício na Setorial Contábil da Presidência da República, que não realizam atos de gestão, em atendimento ao Princípio da Segregação de Funções.

Informe-se que a Conformidade Contábil da Presidência da República, no decorrer do exercício de 2014, não apresentou ocorrências.

Cabe destacar que a Setorial Contábil de Órgão Superior da Presidência da República, com o intuito de ressaltar a importância de sanar todas as pendências e evitar ocorrências nos demonstrativos contábeis de dezembro de 2014, providenciou a Portaria Ciset/SG/PR, nº 12, de 25.11.2014, publicada no Diário Oficial da União, em 26/11/2014, que tratou da aprovação do calendário e das orientações sobre o encerramento contábil das atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos órgãos e entidades integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, referente ao exercício de 2014, cujo alerta foi ratificado por meio das Mensagens SIAFI nºs 1821029, de 26/11/2014, e 1986883, de 22/12/2014.

### **12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis**

O Contador desta Presidência emitiu Declaração dos demonstrativos constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) regidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativo ao exercício 2014, constantes em Anexo II.

## **ANEXO II**

**DECLARAÇÕES DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, EM ATENÇÃO AO ITEM 12.4, DA PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 4/12/2013, ALTERADA PELA DN N.º 139, DE 24/09/2014.**

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

Denominação Completa (UJ)

Código da UG

**SECRETARIA DA AVIAÇÃO CIVIL - SAC****110590**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) regidos pela Lei 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.



JOÃO BOSCO GARCIA  
Chefe de Divisão  
DICON/COAMA-CIBET-83-PR

**Local****Brasília-DF.,****Data****13.02.2015****Contador Responsável****JOÃO BOSCO  
GARCIA****CRC nº****3.109-DF**

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

<b>Denominação Completa (UJ)</b>	<b>Código da UG</b>
<b>FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL</b>	<b>110591</b>

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) regidos pela Lei 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.



JOÃO BOSCO GARCIA  
Chefe de Gabinete  
DICON-COANA-CIBET-SS-PR

<b>Local</b>	<b>Brasília-DF.,</b>	<b>Data</b>	<b>13.07.2015</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>JOÃO BOSCO GARCIA</b>	<b>CRC nº</b>	<b>3.109-DF</b>

**13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 4/122013, ALTERADA PELA DN N.º 139, DE 24/09/2014.**

**Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ**

Este relatório apresentou os resultados da SAC-PR, consolidando as informações do FNAC, ao longo do exercício de 2014, a evolução de alguns indicadores e índices ao longo dos anos, especialmente aqueles relativos ao PPA 2012-2015, com eventuais perspectivas para 2015.

Conclui-se que a secretaria está ao longo dos anos apresentando bons resultados entregues à sociedade, evidenciadas pelas avaliações de aeroportos, apresentada em pesquisas, e no sucesso durante grandes eventos, como a Copa do Mundo Fifa 2014.

**13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 4/122013, ALTERADA PELA DN N.º 139, DE 24/09/2014.**

**Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ**

Este relatório apresentou os resultados da SAC-PR, consolidando as informações do FNAC, ao longo do exercício de 2014, a evolução de alguns indicadores e índices ao longo dos anos, especialmente aqueles relativos ao PPA 2012-2015, com eventuais perspectivas para 2015.

Conclui-se que a secretaria está ao longo dos anos apresentando bons resultados entregues à sociedade, evidenciadas pelas avaliações de aeroportos, apresentada em pesquisas, e no sucesso durante grandes eventos, como a Copa do Mundo Fifa 2014.

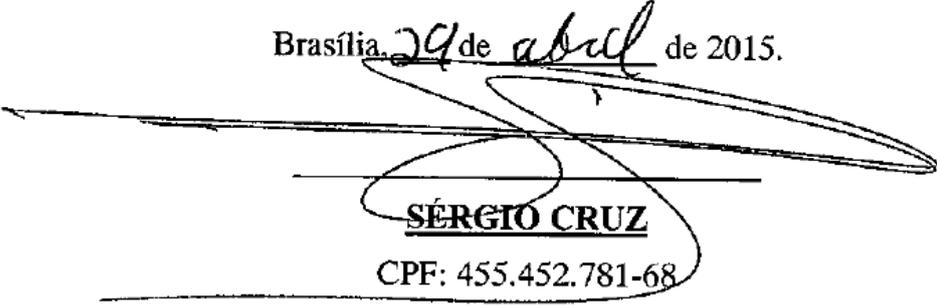
## **ANEXO I**

**DECLARAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS PELA ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS SIASG E SICONV, EM ATENÇÃO AO ITEM 11.5, DA PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 4/12/2013, ALTERADA PELA DN N.º 139, DE 24/09/2014.**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Sérgio Cruz, CPF nº 455.452.781-68, Diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 29 de abril de 2015.



**SÉRGIO CRUZ**

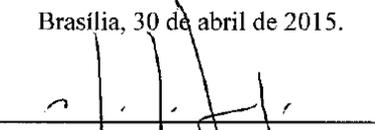
CPF: 455.452.781-68

Diretor do Departamento de Administração Interna da  
Secretaria Executiva da  
Secretaria de Aviação Civil da  
Presidência da República

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Eduardo Henn Bernardi**, CPF nº **540.005.561-34**, **Diretor do Departamento de Gestão do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 30 de abril de 2015.

  
**EDUARDO HENN BERNARDI**

CPF: 540.005.561-34

Diretor do Departamento de Gestão do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos da  
Secretaria de Aeroportos da  
Secretaria de Aviação Civil da  
Presidência da República

## **ANEXO II**

**DECLARAÇÕES DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, EM ATENÇÃO AO ITEM 12.4, DA PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 4/12/2013, ALTERADA PELA DN N.º 139, DE 24/09/2014.**

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

Denominação Completa (UJ)

Código da UG

**SECRETARIA DA AVIAÇÃO CIVIL - SAC****110590**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) regidos pela Lei 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.



JOÃO BOSCO GARCIA  
Chefe de Divisão  
DICON/COAMA-CIBET-83-PR

**Local****Brasília-DF.,****Data****13.02.2015****Contador Responsável****JOÃO BOSCO  
GARCIA****CRC nº****3.109-DF**

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

<b>Denominação Completa (UJ)</b>	<b>Código da UG</b>
<b>FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL</b>	<b>110591</b>

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) regidos pela Lei 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.



JOÃO BOSCO GARCIA  
Chefe de Gabinete  
DICON-COANA-CIBET-SS-PR

<b>Local</b>	<b>Brasília-DF.,</b>	<b>Data</b>	<b>13.07.2015</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>JOÃO BOSCO GARCIA</b>	<b>CRC nº</b>	<b>3.109-DF</b>